

Relatório Anual 2010



Principais indicadores	3
Órgãos Sociais	4
Factos relevantes e prémios obtidos em 2010	7
<i>Rating</i>	9
Valores Corporativos e Modelo de Negócio	10
Responsabilidade Social Corporativa	11
Enquadramento da Actividade	16
Áreas de Negócio	24
Áreas de Suporte ao Negócio	34
Informação Económica e Financeira	38
Gestão de Risco	44
Proposta de Aplicação de Resultados	52
Informação Complementar e Anexos	53
Governo Societário	63
Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	79
Relatórios e Pareceres Consolidados	216
Demonstrações Financeiras Individuais	221
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	225
Relatórios e Pareceres Individuais	238

Principais Indicadores

milhões de euros	2010	2009	Var.
Balanço e Resultados (milhões de euros)			
Activo Líquido	48.182	48.590	-0,8%
Crédito Líquido	32.814	32.418	+ 1,2%
Recursos de Clientes	27.081	26.051	+ 4,0%
Capital Próprio + Int. Minoritários + Pas. Subordinados	3.044	3.490	-12,8%
Margem Financeira Estrita	721,8	800,4	-9,8%
Comissões, Outros Res.Act.Bancária e Actividade Seguros	381,5	369,6	+ 3,2%
Produto Bancário	1.168,3	1.264,9	-7,6%
Resultado de Exploração	634,3	713,5	-11,1%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	543,1	635,9	-14,6%
Resultado Consolidado do Exercício	434,6	523,3	-16,9%
Rácios			
ROE	15,3%	20,8%	-5,5 p.p.
ROA	0,9%	1,1%	-0,2 p.p.
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	45,7%	43,6%	+ 2,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios*	11,1%	11,9%	-0,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I)*	11,2%	11,0%	+ 0,2 p.p.
Core Capital *	10,3%	9,2%	+ 1,1 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,3%	1,2%	+ 0,2 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,4%	1,2%	+ 0,2 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	127,2%	135,9%	-8,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	125,8%	133,6%	-7,8 p.p.
Outros Dados			
Colaboradores	5.916	5.958	-42
Colaboradores em Portugal	5.857	5.895	-38
Pontos de Atendimento	758	763	-5
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	716	721	-5

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir



Órgãos Sociais

SANTANDER TOTTA, S.G.P.S., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório ⁽¹⁾
Vice – Presidentes	Matias Pedro Rodriguez Inciarte ⁽²⁾ Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges ⁽³⁾
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, S.R.O.C.

Comissão Executiva

Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	João Manuel da Mota Branquinho e Crespo ⁽⁴⁾

(1) Renunciou ao cargo em 13/01/11

(2) Em 13/01/11 passou de Vice-Presidente a Presidente do Conselho de Administração

(3) Renunciou ao cargo em 18/02/11

(4) Cessou funções por óbito em 06/08/10



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório ⁽¹⁾
Vice – Presidentes	Matias Pedro Rodriguez Inciarte ⁽²⁾ Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges ⁽³⁾
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	João Manuel da Mota Branquinho e Crespo ⁽⁴⁾

(1) Renunciou ao cargo em 13/01/11

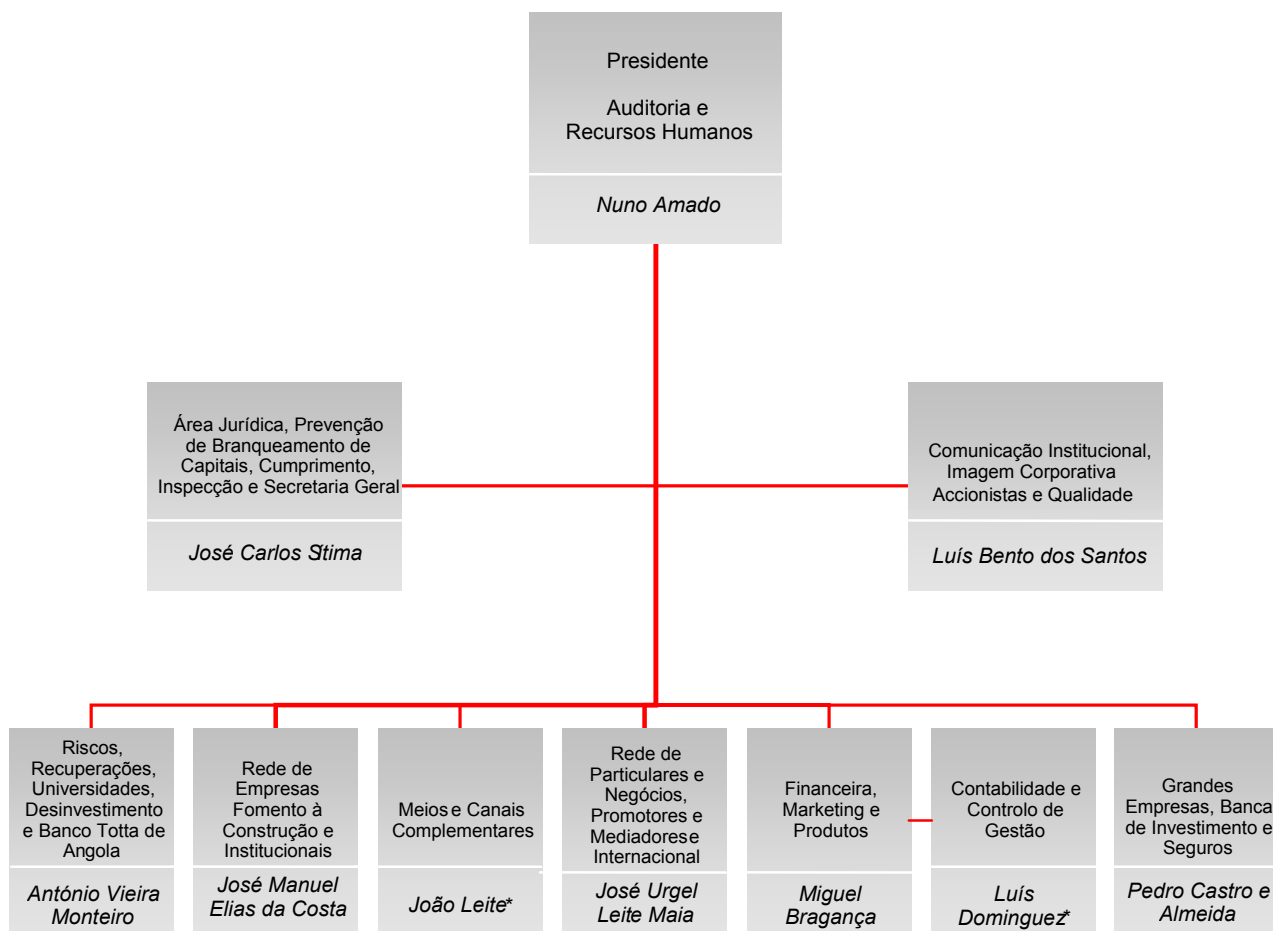
(2) Em 13/01/11 passou de Vice-Presidente a Presidente do Conselho de Administração

(3) Renunciou ao cargo em 18/02/11

(4) Cessou funções por óbito em 06/08/10



Organigrama Funcional



(*) Directores Agregados à Comissão Executiva. O Dr. Luis Dominguez renunciou ao cargo em 01/01/11.

Factos Relevantes em 2010

Prémios em 2010

- Melhor Banco em Portugal – Global Finance (Fev/10)
- Melhor Banco em Portugal - Euromoney (Jul/10)
- Banco do Ano em Portugal – The Banker (Dez/10)
- Melhor Grande Banco em Portugal; Grande Banco mais Sólido; Grande Banco Mais rentável – Exame (Out/10)



- Certificação Entidade Familiarmente Responsável, Fundação mais Família
- “Melhor Contact Center do Sector Financeiro” no âmbito dos Prémios APCC 2010.
- “Empresa Mais Familiarmente Responsável” - Deloitte e AESE (2010)
- Best Foreign Exchange Banks - Global Finance

Outros factos relevantes em 2010

Janeiro

- Santander Totta e Universidade de Coimbra assinam acordo de colaboração
- Grupo Santander dá 1 milhão de euros ao Haiti
- Assinatura de Protocolo com o Centro Social do Bairro 6 de Maio

Fevereiro

- Santander Totta eleito “Melhor Banco em Portugal” pela revista *Global Finance*
- Investigação sobre “Magnetismo e biomimetismo em processos de separação” recebe Prémio Santander Totta / Universidade Nova de Lisboa
- Abertura das candidaturas para o Prémio América Latina
- Apresentação dos Resultados Anuais 2009

Março

- Santander Totta apoia reconstrução da Madeira
- Santander Totta reforça posicionamento junto do segmento Premium

Abril

- 4ª Edição do Prémio de Jornalismo Económico com inscrições abertas
- Apresentação dos Resultados do 1º Trimestre 2010

Maio

- Santander Totta e UBI firmam parceria estratégica para os próximos 5 anos
- Cerca de mil reitores irão assistir ao II Encontro Internacional de Reitores Universitários

Junho

- 1.009 Universidades ibero-americanas e 44 reitores de outros países definiram “A Agenda de Guadalajara”
- Santander Totta dedica semana aos seus colaboradores
- Entrega do Prémio Primus Inter Pares
- Lançamento da 1ª edição do concurso FotoUniversia
- Santander Totta vence prémio de “Melhor Contact Center da Banca”
- Lançamento do serviço Videocall

Julho

- Prémio de Melhor Banco em Portugal, pela revista Euromoney
- Universia lança 2ª edição do U>Rock – o concurso das bandas universitárias
- Apresentação dos Resultados 1º Semestre 2010

Agosto

- Testes de *Stress*: Santander Totta apresentaria os melhores níveis de solvabilidade perante um cenário económico adverso, de acordo com as provas de resistência
- 7ª Edição do torneio de golfe Santander Totta

Setembro

- “Social Meeting” vence FotoUniversia em Portugal
- Santander Totta inaugura dois balcões universitários na Universidade de Coimbra
- RedEmprendia apoia com 200.000 euros a valorização do projecto de investigação Laser Leap, da Universidade de Coimbra
- II conferência “Everything is Connected” inserida no Green Festival onde também são apresentados os resultados do concurso de fotografia para colaboradores

Outubro

- Santander Totta lança Soluções Integradas, com foco na poupança, para todos os momentos da vida dos seus clientes
- 2ª edição da Bolsa Virtual de Emprego e Empreendedorismo Universia
- Santander Totta eleito “Melhor Banco do Ano” pela revista Exame
- Apresentação dos Resultados - 3º Trimestre 2010
- 3ª Conferência Gestão no Feminino

Novembro

- Banco Santander Totta entrega Prémios de Mérito Científico na UBI
- Open Day Universidades: Santander Totta recebe 20 alunos da Católica
- Apresentação do novo serviço para as empresas: o Gestor de Pagamentos e Cobranças
- Bolsa Virtual de Emprego passa a estar aberta todo o ano

Dezembro

- Santander Totta é a 1ª empresa a ser certificada como Entidade Familiarmente Responsável
- Santander Totta eleito Banco do Ano em Portugal pela revista The Banker
- CAIS e Santander Totta metem “mãos à obra” no “Pão de Todos. Para Todos”
- Apresentação do livro “A Universidade, Uma História Ilustrada”



Rating

O Santander Totta é objecto de notação de *rating* pela Fitch Ratings, Moody's e Standard and Poor's, continuando a manter, no final de 2010, a melhor notação de *rating* da banca portuguesa (AA, A1, e A para a dívida de longo prazo), respectivamente.

No dia 29 de Março, as agências de *rating* Fitch Ratings e S&P reafirmaram as notações atribuídas ao Banco Santander Totta, para a dívida de longo prazo, em AA e AA- respectivamente. No dia 27 de Abril, a S&P reviu em baixa os *ratings* de longo prazo e de curto prazo da República Portuguesa, para A-/A-2, respectivamente, e em consequência procedeu também à revisão dos *ratings* dos bancos portugueses, baixando as notações de *rating* do Banco Santander Totta, de longo prazo para A e de curto prazo para A-1.

Em Julho de 2010, a Moody's desceu, em dois níveis, a notação de *rating* da dívida de longo prazo da República Portuguesa, de Aa2 para A1. Como consequência desta decisão, o *rating* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta foi também revisto, tendo descido um nível, de Aa3 para A1, com a revisão de *outlook* negativo para *outlook* estável, tendo o *rating* da dívida de curto prazo sido reafirmado em P1. Por seu turno, e também em Julho, a Fitch reafirmou os *ratings* do Banco Santander Totta em AA (longo prazo) e F1+ (curto prazo) com *outlook* estável.

No início de Dezembro, a S&P colocou os *ratings* do Banco Santander Totta e de mais 4 bancos portugueses em vigilância negativa, resultante de idêntico procedimento feito à República Portuguesa. Posteriormente, também a Moody's pôs em revisão, para possível *downgrade*, os *ratings* dos bancos portugueses.

Agência	Notações de <i>Rating</i>
FitchRatings	
curto prazo	F1+
longo prazo	AA
<i>outlook</i>	Estável
individual	B
Moody's	
curto prazo	P-1
longo prazo	A1
<i>outlook</i>	Estável
individual	C
Standard & Poor's	
curto prazo	A-1
longo prazo	A
<i>outlook</i>	Negativo

Valores Corporativos e Modelo de Negócio

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

Dinamismo

Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado

Solidez

A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo

Liderança

Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o cliente e para os resultados

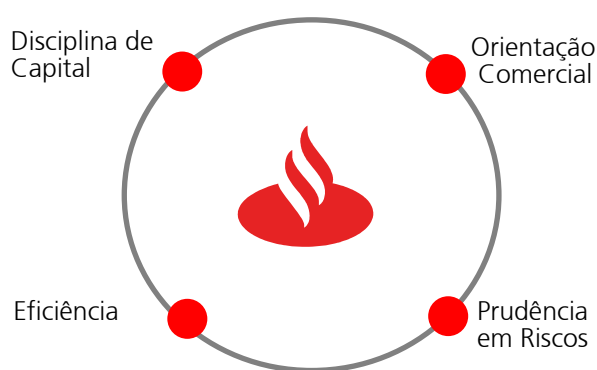
Inovação

Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos clientes permitindo obter aumentos de rentabilidade superiores aos dos nossos concorrentes

Orientação comercial e ética profissional

Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço

O cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta



O fulcro da actividade do Santander Totta, assente na actividade de banca comercial, consistiu na manutenção de uma estratégia de proximidade ao cliente, privilegiando a oferta de produtos e serviços inovadores, a melhoria contínua da qualidade de serviço, a captação e retenção de clientes, a captação e retenção de talentos, a gestão prudente de riscos e uma procura permanente de maior eficiência através da excelência operativa com base em tecnologia de vanguarda.

Responsabilidade Social Corporativa

O Santander Totta, alinhado com a política do Grupo, tem como eixo prioritário da sua política de responsabilidade social a promoção do conhecimento e ensino, em especial nas universidades, uma vez que considera que este é o motor de desenvolvimento da sociedade. O Banco mantém também uma política activa nas áreas da solidariedade social e ambiente, sem esquecer a cultura e a promoção da saúde e do desporto, ciente que esta diversidade na intervenção é determinante para o aprofundamento da consciência social e corporativa dos actores económicos.

Em 2010, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,8 milhões de euros, o que representa um incremento de 35% face ao ano anterior.

Universidades e Universia

Universia

O ano de 2010 serviu para o Universia consolidar a sua actividade com base nos eixos estratégicos definidos para o período 2008-2010, com especial ênfase no emprego, formação, observatório para a ciência e conhecimento, e redes sociais. No término deste período, o Universia conseguiu solidificar os projetos de referência nas diferentes áreas de actuação, mantendo sempre a criação de valor para a comunidade universitária.

No âmbito do emprego, o Universia Portugal voltou a inovar com a sua iniciativa bianual: Bolsa Virtual de Emprego. Este ano, em virtude de uma crescente dificuldade em encontrar emprego qualificado, a Bolsa Virtual contou com uma nova área, a do empreendedorismo. Com a aposta renovada nesta alternativa de auto-emprego, as sete edições da bolsa virtual - focada no mercado do primeiro emprego e dos juniores profissionais - contabilizaram no total 3,5 milhões de páginas vistas, 250.000 utilizadores únicos e 5.500 oportunidades de emprego. Ao longo das duas semanas em que esteve aberta na última edição, a Bolsa conseguiu disponibilizar 1.200 ofertas de emprego, o que representa um aumento de 70% em relação à edição anterior. Os 4.000 currículos enviados nesta edição traduzem também um aumento relativo na ordem dos 60%. No final desta edição, a BVEE abriu em permanência, dando às empresas e aos universitários uma flexibilidade maior na área do recrutamento que até agora não existia.

A área da formação continua a ser fulcral para o Universia. A aposta, em 2010, não se prendeu em inovar mas sim em melhorar o que já estava desenvolvido. O exemplo disso é a actualização da *Home Page*, melhorando a navegação e organização da página. Outros exemplos são ainda o Universia Emprego, os Classificados e a Agenda Universia. Estas três áreas do portal foram alvo de um *restyling*, onde o *design* mais jovem e dinâmico foi implementado, em conjunto com a integração de novas funcionalidades para as redes sociais.

O eixo do observatório para a Ciência e Conhecimento foi fortemente marcado em 2010 com a realização do II Encontro Internacional de Reitores Universia. Mais de mil universidades reuniram-se na cidade mexicana de Guadalajara em Maio de 2010 para discutir os futuros desafios do ensino superior e as respostas que as instituições de ensino devem dar à sociedade. Este encontro em Guadalajara assinalou o culminar de um debate que tinha sido desenvolvido durante os meses prévios através de canais *online* como *blogs*, redes sociais e plataformas audiovisuais. Através destes meios *online* foram recolhidas mais de 500 ideias e propostas que serviram como base para desenvolver os temas a debate no evento. Assistiram mais de mil reitores de universidades sócias e representantes de instituições de ensino superior de todo o mundo.

Por último, nas redes sociais, a organização da II edição do U>Rock Universia e o lançamento do concurso Foto Universia marcaram as actividades neste âmbito, sendo ambos eventos que pretendem captar novos talentos, e ao mesmo tempo fomentam actividades participativas e criativas dos jovens universitários, na área da música e da fotografia. Em Portugal, o U>Rock obteve um total de 24 bandas participantes com um total de 10.135 votos. Quanto ao Foto Universia, que decorreu entre 1 de Junho a 1 de Setembro, competiram 1.144 fotografias que no total obtiveram mais de 52.000 votos.

Prémio *Primus Inter Pares*

Lançado em 2003, pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, a que este ano se juntou a Fundação Manuel Violante, através da McKinsey, o Prémio *Primus Inter Pares* tem vindo a consolidar-se como um prémio de excelência, recebendo, ano após ano, um número cada vez maior de candidaturas de alunos de Economia, Gestão e Engenharia, as três áreas de formação em que os alunos podem concorrer.

Gonçalo Videira, finalista do curso de Gestão/Estratégia e Empreendedorismo, da Universidade Católica Portuguesa, é o vencedor da 7ª edição do Prémio *Primus Inter Pares* e terá agora a oportunidade de frequentar um MBA numa Universidade de prestígio.

Seminário sobre relações União Europeia-América Latina

O Banco apoiou o seminário “Encontro de Lisboa”, organizado pela Fundação Euroamérica, juntamente com a Fundação Luso-Espanhola e o Real Instituto Elcano. Este encontro, que decorreu na Fundação Gulbenkian nos dias 21 e 22 de Janeiro e que contou com a participação, entre outros, de Mário Soares e Ernâni Lopes, teve no centro dos trabalhos as relações União Europeia-América Latina. Os debates deram especial destaque às políticas públicas em I+D+i, investimentos em infra-estruturas e eficiência energética e transferência tecnológica para a América Latina, como um contributo para o desenvolvimento sustentável.

Programa universitário Casa da América latina

O Banco assinou um protocolo com a Casa da América Latina para a criação do “Programa Universitário Casa da América Latina / Santander Totta”, uma iniciativa que tem como objectivo estimular a formação de estudantes universitários latino-americanos em Portugal e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de rigor e de excelência.

Este programa universitário é constituído por um prémio científico, com duas categorias, a de “Ciências Sociais e Humanas” e a de “Tecnologias e Ciências Naturais”, e por duas Bolsas Universitárias. O prémio consiste na atribuição de 5.000€ a cada um dos premiados em cada categoria. As bolsas universitárias consistem no pagamento do alojamento, por um ano, na Residência Universitária da Fundação Cidade de Lisboa.

Solidariedade Social

Apoio às vítimas do temporal na Madeira



Perante a catástrofe que assolou a Madeira em Fevereiro, o Banco manifestou a sua solidariedade junto da população atingida, através da implementação de um programa estruturado de medidas de apoio:

Em primeiro lugar, foi criada uma conta solidária, com um donativo inicial de 100.000€, para recolha de contributos junto de clientes e colaboradores. Para além do donativo inicial, o Banco comprometeu-se a completar o valor dos donativos recebidos na "Conta BST Solidariedade com a Madeira", até ao montante de 250.000€. Os donativos angariados foram entregues às Câmaras Municipais e às Corporações de Bombeiros Voluntários das zonas mais afectadas.

Foi também implementado um conjunto de medidas com efeito directo na recuperação e normalização da actividade e economia locais.

Pão de todos



“Mãos à Obra. Porque todos somos precisos” foi o tema da 7ª edição do Pão de Todos, que contou com a participação solidária de 350 voluntários do Banco. O tema desta edição apelou ao espírito de equipa e partilha por um Portugal mais justo e equilibrado.

Pela primeira vez em sete edições, o “Pão de Todos. Para Todos”, organizado pela CAIS (associação de apoio aos sem abrigo e à população mais carenciada) e patrocinado pelo Santander Totta desde a sua 1ª edição, visitou duas cidades, Porto e Lisboa. As duas cidades foram palco desta iniciativa em que os 350 voluntários do Banco, em conjunto com profissionais de empresas do sector da panificação, garantiram a produção de milhares de pães que foram oferecidos, junto com chocolate quente, a todas as pessoas que visitaram a tenda do “Pão de Todos”.

Frases como “Foi uma experiência inesquecível!”, “Para o ano, estamos cá outra vez para ajudar!” e “Este tipo de iniciativas prestigia a empresa onde trabalhamos” foram as mais ouvidas entre os colaboradores do Banco que, com alegria e orgulho, participaram nesta iniciativa solidária.

Recolha de alimentos para o Banco Alimentar

A proposta apresentada foi simples, rápida e socialmente de muito valor. A DCRH propôs aos colaboradores que adquirissem vales no valor de 1€ ou cabazes no montante de 5€ para compra de bens alimentares básicos, destinados a famílias carenciadas apoiadas pelo Banco Alimentar. O Banco contribuiu com 50.000€ em bens alimentares de primeira necessidade.

O resultado superou as expectativas e o estímulo de poder ajudar e tornar o Natal das famílias necessitadas um pouco melhor, traduziu-se em 582 pacotes de leite, 350 garrafas de azeite, 179 garrafas de óleo, 250 latas de salsichas e 1.818 cabazes de bens essenciais.

O Natal numa caixa de sapatos

Pelo 2º ano consecutivo, desenvolveu-se o projecto “O Natal numa Caixa de Sapatos”, através do qual os filhos dos colaboradores entregaram presentes para as mães de 2.000 crianças e jovens que vivem nas 64 instituições de acolhimento de todo o país indicadas por cada uma das Direcções Comerciais.

A ideia é simples: os colaboradores que participaram na iniciativa deram uma caixa de sapatos aos seus filhos e sugeriram que a enchessem com presentes que gostariam de dar a um menino ou menina da mesma idade, escrevendo na tampa da caixa o sexo e a idade a quem deve ser entregue o presente. As caixas foram entregues nos diferentes locais de recolha distribuídos por todo o país, e posteriormente, entregues nas instituições de acolhimento.

Esta iniciativa contou com o envolvimento das Direcções Comerciais, que identificaram localmente quais as instituições a apoiar; dos colaboradores, que localmente asseguraram toda a logística, e com o entusiasmo dos nossos filhos. Estes foram os factores chave do sucesso deste projecto.

O sentimento de partilha e o espírito de solidariedade com que foi vivida esta iniciativa levou um sorriso e a magia do Natal a estas crianças e jovens.

CEDEMA

O Banco apoiou a CEDEMA (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos) através de um donativo

para a construção do Lar do Telhadinho e do patrocínio do torneio de golfe que esta instituição organiza anualmente.

Fundação CEBI

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração. Esta instituição tem como principal actividade a promoção da educação, abrangendo 1.600 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social no valor de 540.000€/ano.

Para além disso presta apoio a 250 idosos em lar e apoio domiciliário e centros de dia. Ainda no âmbito de acção social, acolheu 49 crianças, vítimas de maus tratos ou abandono, no Centro de Emergência Social e acolheu famílias monoparentais na comunidade de inserção. Assegura também a distribuição de 40.630 Kg de alimentos por 146 famílias, num total de 590 pessoas, em articulação com o Banco Alimentar Contra a Fome e Empresas Locais. Na área da saúde, e através da sua Clínica de Medicina Física e Reabilitação faz cerca de 5.000 atendimentos por ano.

Visão em Braille

Visão em Braille - O Santander Totta é apoiante desde a primeira edição da revista VISÃO Braille que ficou acessível a um leque mais vasto de potenciais leitores, por nós considerados muito especiais: os invisíveis. Sem fins lucrativos, esta edição especial é mensal e a sua distribuição gratuita. Prosseguiu-se ainda a política de apoio a outras instituições, das quais se salientam a cooperação com a *Pró Dignitate* e a Cruz Vermelha Portuguesa, entre outras.

Mini Maratona Sportzone / Santander Totta

As ruas das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia receberam a 4ª Meia Maratona e Mini Maratona Sportzone/Santander Totta que contou com a presença de mais de 300 colaboradores e 50 clientes. Estas provas foram apoiadas pelo Banco no âmbito da sua Responsabilidade Social e do seu compromisso com a promoção do Desporto.

As provas contaram com a presença de cerca de 12 mil participantes, entre os quais encontravam-se cerca de 300 colaboradores e 50 clientes do Banco. A Meia Maratona Sportzone tem desenvolvido, desde a primeira edição, uma componente de solidariedade social, dando a conhecer projectos diversos, promovendo-os e apoiando-os. Nesta última edição, foram angariados fundos para a Fundação Salvador.



Instituto de Empreendedorismo Social (IES)

O Banco é, desde 2009, membro fundador do IES, que nasce de uma parceria de um grupo de empreendedores sociais com o INSEAD e com a Câmara Municipal de Cascais. Pretende apoiar os empreendedores sociais potenciando o impacto das suas iniciativas para dar resposta aos crescentes desafios sociais e ambientais. O objectivo é tornar-se um centro de investigação e aprendizagem em empreendedorismo social. Para isto, o IES tem 4 áreas de actuação: investigação, promoção do IES, partilha de conhecimento e aprendizagem.

Acredita Portugal

O Banco apoiou em 2010 a associação Acredita Portugal, através do patrocínio do concurso "Realiza o Teu Sonho", que tem como principal objectivo o fortalecimento da confiança dos portugueses para a realização dos seus sonhos e projectos.

Semana Santander És Tu

Pelo 3º ano consecutivo o Santander Totta celebrou a semana "Santander És Tu", uma semana dedicada aos colaboradores em que se promoveram e realçaram as vantagens de trabalhar no Santander, consolidando os valores corporativos, desenvolvendo o sentimento de pertença e fomentando a aproximação entre as equipas.

"Santander Faz Bem" foi o lema escolhido; 7, 8 e 9 de Junho, os dias em que decorreram as seguintes iniciativas:

- Dia do Colaborador - "Santander Faz Bem: Coma Melhor, Mexa-se Mais, Respire Ar Puro"
- Contacto Directo - Um dia dedicado às equipas
- Mega Intercâmbio - "Trocar de função... por um dia"
- Santander Solidário - Reciclar, Recuperar, Reutilizar telemóveis velhos

Ambiente

Green Festival e Everything is Connected



O Santander Totta patrocinou mais uma edição do *Green Fest*, no âmbito do qual organizou a 2ª conferência *Everything is Connected*, que sob o mote de que tudo está ligado, reuniu destacadas personalidades da Ciência e das Humanidades.

A conferência pretendeu pôr em debate a importância da cooperação pessoal, institucional e disciplinar e a da complementaridade, tendo como pano de fundo um mundo globalizado onde a interdependência é a palavra de ordem. Destacando o contributo de cada uma das áreas do saber e a sua correlação, cada um dos intervenientes fez alusão à necessidade de nos unirmos tendo em vista um desenvolvimento sustentável.

Projecto de florestação da Madeira

Apoio de 10,000€ ao Projecto de Florestação da Madeira, desenvolvido pela Câmara Municipal do Funchal.

Cultura

A Universidade. Uma história Ilustrada em Portugal

O Santander Totta apresentou no início de Dezembro, em Lisboa, o livro sobre a universidade, editado pelo Grupo Santander. Participaram no evento os principais reitores de universidades do país.

A apresentação desta obra, que teve lugar no Museu Nacional de Arte Antiga, esteve a cargo do coordenador e editor responsável, Fernando Tejerina, ex-reitor da Universidade de Valladolid e antigo secretário de Estado de Universidades. Tejerina resumiu na sua intervenção os vários capítulos do livro, sublinhando que "Coimbra foi das primeiras universidades, no modelo actual de Ensino Superior, a surgir na Europa, em 1290".

Nuno Amado, presidente do Santander Totta, referiu-se a este livro "como algo natural para o Santander devido ao facto de, por um lado, o Grupo ter como prioridade absoluta no seu compromisso de Responsabilidade Social o apoio ao Ensino Superior e ao Conhecimento, e por outro lado, devido à dimensão da presença internacional do Banco, com convénios com mais de 800 universidades em 15 países."

O livro reúne, pela primeira vez num só volume, os principais acontecimentos e personagens que contribuíram para a construção desta história "do saber", contendo ainda magníficas ilustrações. Numa viagem ao legado deixado por grandes civilizações e culturas como a China, Índia, Mesopotâmia, Egipto, Grécia ou Roma, a narrativa ilustra de que forma civilização e universidade andaram, ao longo da história, de mãos dadas.

Exposição "Primitivos Portugueses"

O Santander Totta apoia exposição "Primitivos Portugueses (1450-1550). O Século de Nuno Gonçalves", no Museu Nacional de Arte Antiga, através do patrocínio do catálogo, uma obra fundamental para o estudo da pintura portuguesa nos sec. XV e XVI.

Reunindo mais de 160 pinturas, a exposição tem como principal objectivo, além de reunir obras exímias, ensaiar um panorama crítico, actualizado e de grande dimensão sobre os chamados “primitivos portugueses”. Através de um estudo técnico e material das obras, a exposição contribui decisivamente para aprofundar e aumentar o conhecimento sobre a época.

Festival de Sintra

No ano em que o Festival de Sintra comemorou o seu 45º aniversário, o Santander Totta voltou a patrocinar este evento de grande qualidade artística e de prestígio nacional e internacional, que constitui uma referência no panorama cultural português. O Banco patrocinou um concerto do pianista francês Jean-Marc Luisada, que interpretou Chopin numa das mais belas salas do Palácio Nacional de Queluz: a Sala do Trono. Para assistirem ao concerto foram convidados clientes da área de Institucionais, de Empresas e da Rede de Particulares e Negócios.

Ciclo Gastronómico do Festival das Artes

Organizado pela Fundação Inês de Castro, a 2ª edição do Festival das Artes decorreu no mês de Julho, em Coimbra, tendo os eventos sido realizados fundamentalmente na Quinta as Lágrimas. Com o elemento “água” como tema central, o festival incluiu concertos sinfónicos, ópera, concertos para piano, jazz, fado, cinema, conferências, ciclo gastronómico e exposições de banda desenhada. O Banco Santander Totta patrocinou o Ciclo Gastronómico, tendo convidado clientes da zona de Coimbra, numa acção de angariação e vinculação de clientes *Premium* e que foi especialmente bem sucedido.

Centenário da Universidade de Lisboa

O Banco patrocinou o concerto Jazz na Aula Magna, inserido no programa de comemorações do Centenário da Universidade de Lisboa, e convidou colaboradores e clientes a assistirem a este espectáculo. A Big Band Orquestra Ligeira do Exército, sob a direcção do Maestro italiano Marco Renzi e com a participação especial do clarinetista solista Bepi D’Amato - um dos maiores expoentes italianos do Jazz -, interpretaram clássicos do Jazz americano e canções napolitanas. A lotação esgotada e os dois *encores* que o público exigiu foram prova do sucesso do espectáculo.

Música nos 100 Anos da República

O Salão Nobre dos Paços do Concelho, na Câmara Municipal de Lisboa, recebeu, no dia 1 de Outubro, um

concerto de Vera Prokic. O mote para o espectáculo, que contou com o apoio do Santander Totta, foi a comemoração do centenário da República Portuguesa.

No espectáculo puderam ouvir-se peças eruditas como *Portugal*, de Franz Liszt, pianista revolucionário que viveu entre 1811 e 1886, e ainda outros nomes, como Alfred Keil e José Vianna da Mota.

Ciclo de Cinema Espanhol, com o Apoio do Santander Totta

Através da 3ª edição do ciclo de cinema Espanhol, que contou com o patrocínio do Santander Totta, foi possível ver, de forma gratuita, alguns dos mais conhecidos filmes espanhóis no cinema São Jorge, em Lisboa.

Com títulos como *Bienvenido Mister Marshall*, máximo expoente do realismo espanhol, *Tierra*, de Júlio Medem, ou *Mar Adentro*, de Alejandro Amenábar, o Ciclo de Cinema Espanhol mostrou, através dos filmes, a realidade espanhola dos anos 40 e 50 do século XX, e a situação actual, projectando significativas obras de um e do outro momento histórico.

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

A economia mundial recuperou mais rapidamente, em 2010, após a forte recessão de 2009. O FMI estima que a economia mundial tenha crescido 4,8%, assim retomando os ritmos observados no período imediatamente anterior ao início da crise financeira.

O ritmo de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, tendo-se assistido a uma aceleração bastante pronunciada no primeiro trimestre do ano, período em que a generalidade das economias registou já taxas de variação homólogas positivas (o ponto mínimo da recessão, em termos trimestrais, tinha sido observado no 1T2009). Esta recuperação da actividade beneficiou, além destes efeitos estatísticos, do significativo volume de ajudas públicas adoptado no segundo semestre de 2009.

A dissipação do impacto destes dois factores, no segundo trimestre, resultou numa desaceleração do crescimento, que se tornaria mais acentuada no início do Verão. Essa situação alimentou mesmo receios de que a economia mundial, em especial os países mais desenvolvidos, como os EUA, pudessem estar a caminhar para uma nova fase recessiva, o que exigiria a adopção de novas medidas de estímulo.

Crescimento Económico Mundial

	2008	2009	2010
Mundo	2.8	3.0	4.8
Países Avançados	0.2	-3.2	2.7
EUA	0.0	-2.6	2.6
UEM	0.5	2.6	-3.9
Reino Unido	-0.1	-4.9	1.7
Japão	-1.2	-5.2	2.8
Países em Desenvolvimento	6.0	2.5	7.1
África	5.5	2.6	5.0
Ásia	7.7	6.9	9.4
China	9.6	9.1	10.5
Europa de Leste	3.0	-3.6	3.7
Médio Oriente	5.0	2.0	4.1
América Latina	4.3	-1.7	5.7
Brasil	5.1	-0.2	7.5

Fonte: FMI (Outubro de 2010)

Já no final do Verão, observou-se de novo uma reaceleração do crescimento, de forma relativamente generalizada, mas mais perceptível nos mercados emergentes e nas economias desenvolvidas que têm maiores fluxos comerciais com aqueles, como a Alemanha. O ano terminou, desta forma, com sinais de

reanimação da actividade, o que deixa perspectivas favoráveis para o ano de 2011.

O ritmo de crescimento também não foi uniforme entre as principais economias, com os mercados emergentes a manterem taxas de crescimento bastante sólidas, nomeadamente a China, mas também o Brasil.

A mais forte taxa de crescimento económico na China, na ponta final do ano, exigiu por parte das autoridades a adopção de medidas destinadas a arrefecer a economia, em especial uma subida da taxa de reservas de caixa, num total de 250pb, para 18,5%. O Banco Central da China subiu também as taxas de juro, para 5,81%, procurando moderar a procura de crédito, que cresceu 19,9%.

Nos EUA, o perfil de crescimento caracterizou-se por uma desaceleração face aos ritmos de final de 2009, e que foi mais pronunciada no 2T, fruto também do fim de várias medidas de estímulo económico (como os benefícios fiscais à aquisição de habitação própria). Esta situação gerou receios de que a economia pudesse estar a entrar numa nova fase recessiva, pelo que a Reserva Federal adoptou novas medidas de estímulo, nomeadamente a decisão de ampliar a aquisição de dívida pública. Após ter decidido, no Verão, em reapplicar os montantes de dívida privada que entretanto maturem em dívida pública, em Novembro anunciou um novo programa, no montante de 600 mil milhões de dólares para adquirir mais dívida pública até Junho de 2011.

Adicionalmente, a Reserva Federal manteve a sua política de taxas de juro de referência em mínimos históricos, com o compromisso de manutenção nestes níveis por um período de tempo prolongado.

No Reino Unido, a economia saiu da recessão, no segundo trimestre do ano, com uma aceleração da actividade basicamente suportada pelo consumo privado (com o desemprego estável), investimento (a beneficiar, em parte do mercado imobiliário) e das exportações (que colhem ainda os frutos da depreciação da libra).

O Banco de Inglaterra manteve, também, inalterada a política monetária, em termos de taxas de juro de referência (que permanece no mínimo de 0,5%), bem como de política quantitativa, tendo decidido manter também inalterados os montantes destinados ao programa, em 200 mil milhões de libras esterlinas.

O novo Governo britânico anunciou um conjunto de medidas destinado a reduzir o défice orçamental em 2011, partindo de níveis historicamente elevados de 10,5% do PIB em 2010.

Na zona euro, a actividade económica acelerou também, embora de forma ainda desigual entre países. O conjunto dos 16 países cresceu 1,9%, em termos homólogos, no terceiro trimestre, com a Alemanha e França a destacarem-se como duas das economias mais dinâmicas, com taxas de crescimento de 3,3% e 1,3%, respectivamente, enquanto a Grécia e a Irlanda ainda registaram taxas de variação negativas. A Espanha já saiu da condição de recessão técnica, com o PIB a crescer 0,2% em termos homólogos.

	PIB	Inflação
UEM	1.7	1.6
Alemanha	3.3	1.3
França	1.6	1.6
Espanha	-0.3	1.5
Itália	1.0	1.6

Fonte: FMI (Outubro de 2010)

Em resultado, o ritmo de deterioração das condições no mercado de trabalho abrandou, com a taxa de desemprego a subir para 10,1% em Novembro (face a 9,9% no final de 2009). De qualquer modo, a confiança dos consumidores permanece em níveis deprimidos, agora afectada pelas perspectivas de políticas orçamentais mais restritivas, seja por contenção da despesa pública, seja por um aumento da carga fiscal.

Esta alteração da orientação da política orçamental foi determinada pela situação na Grécia, onde as estimativas relativas ao ano de 2009 foram muito mais negativas (com um défice de 15,4% do PIB, superior ao esperado), que resultou na impossibilidade de financiamento em mercado e consequente necessidade de um plano de apoio europeu, com o FMI, destinado a assegurar as necessidades de financiamento da Grécia até pelo menos 2012. Em contrapartida, a Grécia iniciou um significativo plano de redução do défice orçamental, visando alcançar um défice inferior a 3% do PIB em 2014.

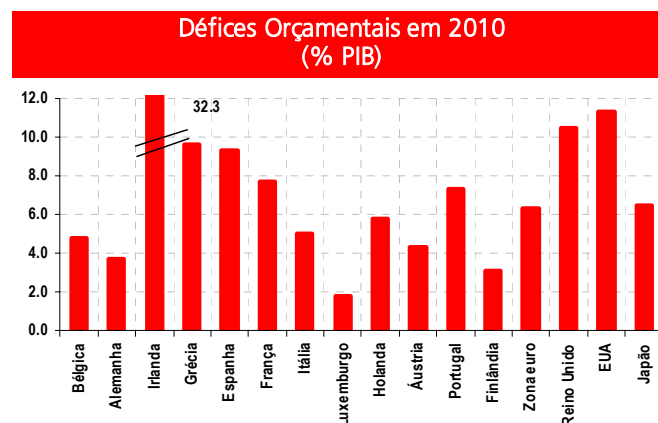
Este plano não foi suficiente para acalmar os mercados financeiros, que começaram a temer que outros países do Sul da Europa (e, em especial Espanha e Portugal) tivessem igualmente dificuldades de acesso aos mercados de dívida e se vissem impossibilitados de financiar-se. No final de Abril e início de Maio este sentimento resultou numa subida bastante pronunciada nos *spreads* de crédito exigidos aos soberanos do Sul da Europa, para todo o espectro de maturidades.

Em resposta, a União Europeia, com o apoio do FMI e do BCE, anunciou um novo plano, com a criação de um

fundo global orçado em 750 mil milhões de euros, que asseguraria as necessidades de financiamento de Portugal, Espanha e Irlanda até 2012. Em resultado, os países anunciaram novas medidas de redução do défice orçamental, com Portugal e Espanha a anteciparem as metas inicialmente anunciadas para 2013.

No final do Verão, assistir-se-ia a uma segunda vaga da “crise soberana”, que resultou novamente na subida pronunciada dos *spreads* de crédito, para níveis próximos dos verificados em Maio. Portugal e Espanha anunciaram mais um pacote de medidas, incluídas nos Orçamentos do Estado para o ano de 2011, de forma a assegurar as metas anunciadas anteriormente. Mas a Irlanda ficou na linha de fogo, depois de mais um plano de resgate do sector financeiro.

Os custos assumidos com a nacionalização do Allied Irish Banks, em 2010, que se juntou ao Bank of Ireland, implicaram que o défice de 2010 subisse para 32% do PIB (13% sem esse custo).



Fonte: CE

Adicionalmente, os líderes europeus discutiam a criação de um novo mecanismo permanente de apoio, que substitua o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) após 2013, com a Alemanha a colocar como condição que os investidores privados assumam responsabilidades em caso de reestruturação da dívida soberana de um Estado-membro.

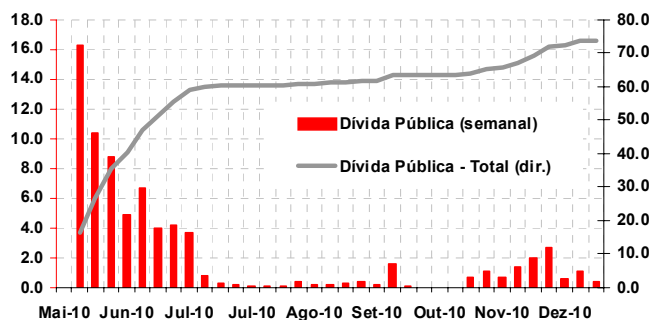
Neste quadro, a Irlanda assumiu o papel de foco dos mercados, sendo posteriormente acompanhada de Portugal e Espanha. No final de Novembro, a forte deterioração das condições de mercado levou a Irlanda a pedir apoio ao FEEF, com um pacote de ajuda orçado em 85 mil milhões de euros, que asseguram as suas necessidades de financiamento até 2013. Parte deste apoio é fornecido pelo FMI (22,5 mil milhões de euros) e outra parte, destinada a recapitalizar os bancos, é providenciada pelo Fundo de Capitalização da Segurança Social irlandês, num montante de 17,5 mil milhões de euros. Em contrapartida, a Irlanda anunciou mais um conjunto de medidas destinadas a reduzir o défice

orçamental, com novas reduções da despesa, incluindo salários e despesa social, e subidas de impostos, excepto o IRC.

Simultaneamente, os líderes europeus acordaram as bases do novo mecanismo de apoio financeiro. A principal diferença face à discussão anterior prende-se com a reestruturação da dívida. O pedido de auxílio obriga a uma análise de sustentabilidade da dívida pública, e apenas caso seja considerado que a mesma segue uma trajectória insustentável se coloca a possibilidade de reestruturação.

O BCE, por seu lado, e no âmbito das medidas de apoio aos mercados financeiros, iniciou um programa de aquisição de dívida pública de alguns países europeus, de forma a procurar restabelecer o normal funcionamento dos mercados de dívida. Até ao final do ano, o BCE adquiriu cerca de 74 mil milhões de euros de dívida soberana. Esta aquisição ocorreu em duas grandes vagas. A primeira em Maio, e até Julho, logo após o pedido de auxílio pela Grécia, quando foram adquiridos cerca de 60 mil milhões de dívida. A segunda, no final de Novembro e primeira semana de Dezembro, após o pedido de auxílio pela Irlanda, num total de cerca de 10 mil milhões de euros. Fruto desta segunda intervenção, as taxas de juro de Portugal e Espanha desceram, destacando-se a *yield* dos 10 anos de Portugal, que caiu dos 7,5% para 5,8%. Posteriormente, retomaria níveis em redor de 6,5%.

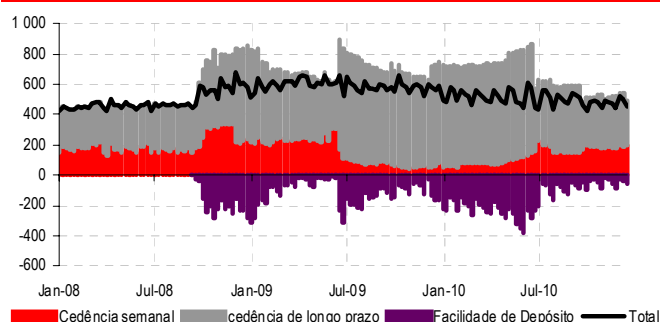
Aquisição de Dívida Pública pelo BCE (€ bn)



Fonte: BCE

Igualmente em resposta ao agravamento das condições nos mercados financeiros, o BCE adiou, por três vezes, o término das operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses. A primeira vez em Maio, com a sua extensão até Setembro; posteriormente, até ao final do ano; e, em Dezembro, até ao final do primeiro trimestre de 2011. Durante o mesmo período, está em vigor a cedência ilimitada nas operações regulares semanais.

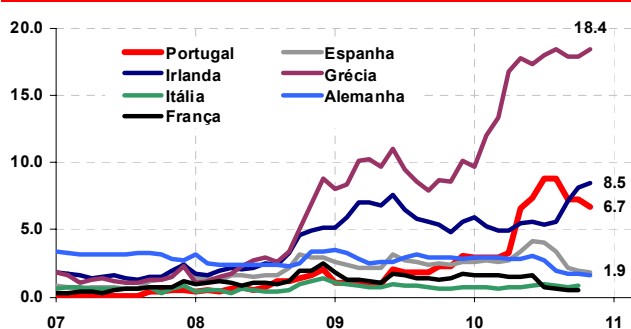
Cedência de liquidez pelo BCE (€ bn)



Fonte: BCE

Ainda assim, estas medidas não foram suficientes para repor a confiança nos mercados, pelo que desde Maio se assistiu a uma redução significativa das linhas de crédito às instituições financeiras destes países por parte de outros bancos. Esta situação veio a materializar-se numa diminuição drástica do acesso aos mercados de curto prazo, também para os bancos portugueses, que tiveram, deste modo, que passar a refinarciar-se junto do BCE. Entre Março e Junho, o montante de financiamento obtido junto do BCE pelo sistema bancário nacional mais do que duplicou, para cerca de 41 mil milhões de euros, atingindo um máximo de 49 mil milhões em Agosto, após o que se reduziria, fruto de uma gestão delicada de balanço, para cerca de 39 mil milhões em Novembro.

Acesso ao BCE (% activos)



Fonte: BCE

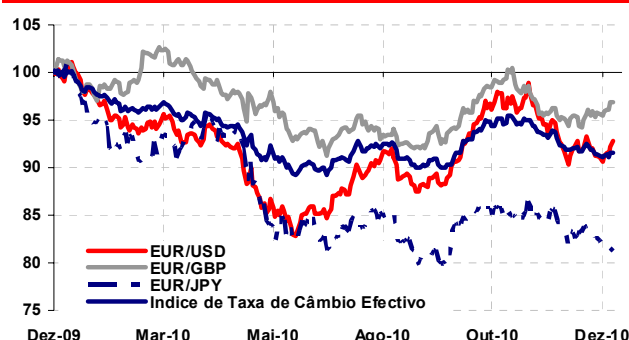
Também ao nível dos mercados de médio e longo prazo se assistiu a uma deterioração das condições e acesso por parte das instituições financeiras nacionais, com uma subida bastante pronunciada dos *spreads* de crédito em mercado secundário, além da completa impossibilidade de realizar emissões de dívida em mercado primário.

O comportamento dos demais mercados financeiros esteve, em grande medida, influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da "crise soberana" europeia.

No mercado cambial, destacam-se dois grandes “movimentos”. Por um lado, a depreciação do euro face ao dólar, embora numa tendência que não foi uniforme, com mínimos do euro em Maio/Junho, após a primeira vaga da crise, e novamente no final do ano. Em Maio/Junho, o dólar chegou a cotar abaixo de 1.19 dólares por euro (o nível mais forte do dólar desde Fevereiro de 2006), fechando o ano em redor de 1.33 dólares.

Em Novembro, o dólar testaria mínimos do ano, em redor de 1.428 dólares por euro, devido aos sinais de menor crescimento económico e maior aquisição de dívida pública pela Reserva Federal dos EUA.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2009 = 100)



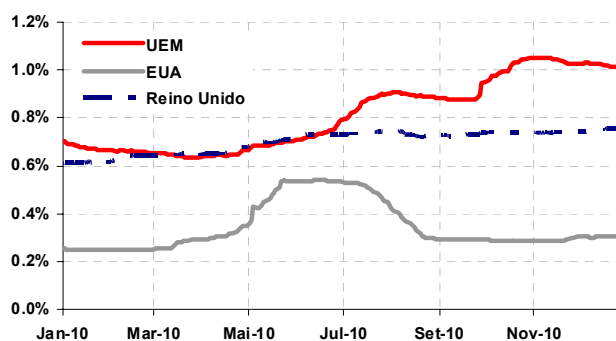
Fonte: Bloomberg

O segundo “movimento” está relacionado com a “guerra cambial” que foi tema de destaque durante a reunião do G20 de Novembro. O facto de a China manter, apesar das medidas anunciadas no primeiro semestre, um regime de câmbios quase fixos, à semelhança de outras economias emergentes, alimentou alguma especulação que se revelaria, para já, espúria.

Nos mercados monetários, as taxas de juro permaneceram em níveis historicamente baixos. Nos EUA, houve uma subida moderada das taxas de mais curto prazo durante o Verão, mas que se anulava após os sinais de abrandamento da actividade económica, e a decisão da Reserva Federal em ampliar a aquisição de dívida pública.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 a meses subiu de cerca de 0,6% no segundo trimestre até 1,05% no final do ano, reflectindo o término da “Grande Operação” de cedência de liquidez a 12 meses, que ocorreu em Junho. Até essa data, a zona euro tinha um excesso de liquidez, que era depositado no BCE, à taxa de 0,25%, colocando grande pressão sobre a taxa Eonia e, consequentemente, todos os prazos do mercado monetário. O ritmo de subida das taxas Euribor abrandaria no final do ano, na sequência da extensão da cedência ilimitada de liquidez até ao final do primeiro trimestre de 2011.

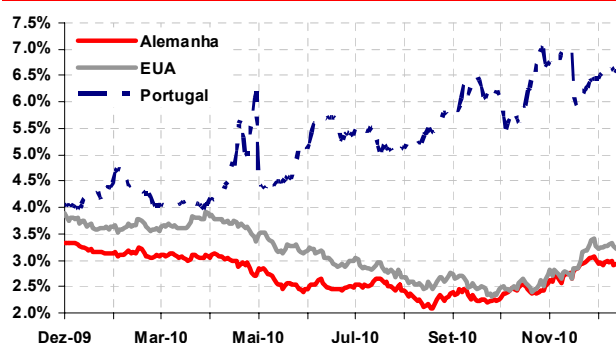
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, para os EUA e Alemanha, testaram níveis mínimos históricos, abaixo de 2.5%. Essa situação reflectiu, por um lado, um movimento de fuga para a qualidade, na Europa, na sequência da crise soberana e, por outro, as medidas extraordinárias adoptadas pelos bancos centrais, com a aquisição de dívida pública, em especial nos EUA. Apesar da subida ocorrida no terceiro trimestre, as taxas de juro de longo prazo fechariam o ano abaixo dos níveis de final de 2009.

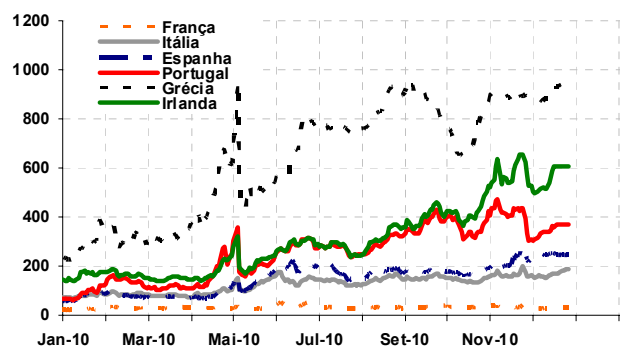
Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Excepção feita aos países periféricos, onde, na sequência da deterioração das perspectivas orçamentais e receios de necessidade de aceder ao FEEF, as taxas de juro subiram para os níveis mais elevados desde a criação do euro, em 1999, o mesmo sucedendo com os *spreads* de crédito soberano, que fecharam o ano em máximos históricos, acima inclusive dos níveis observados em Maio, quando a crise soberana teve início.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

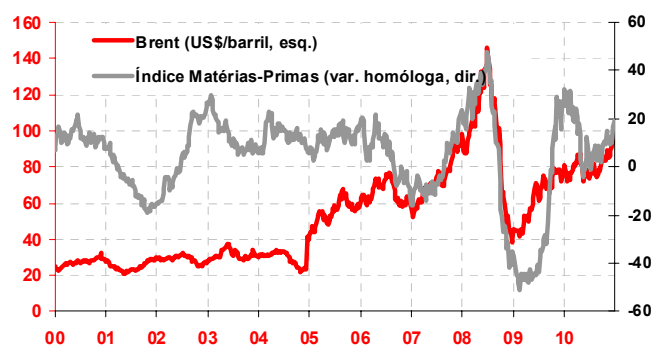


Fonte: Bloomberg

A aceleração da economia mundial, em especial o forte crescimento nos mercados emergentes, suportou a subida dos preços das matérias-primas, de forma relativamente generalizada, para os níveis mais elevados desde o pico de 2008. Destaque para o petróleo, que subiu 20%, excedendo os 95 dólares por barril no final do ano.

A mesma tendência foi verificada para os metais de base, com o cobre a subir para 9,600 dólares, o nível mais elevado de sempre.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



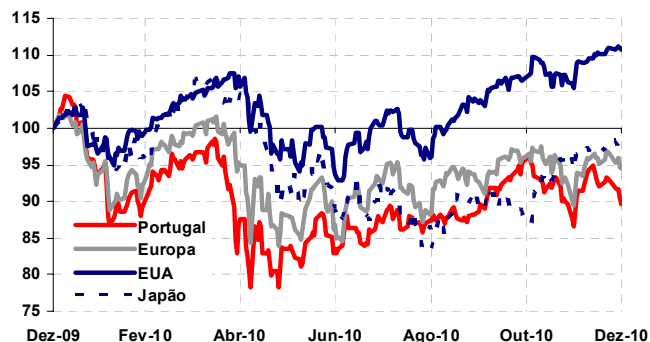
Fonte: Bloomberg

Ao nível dos metais preciosos, o ouro ultrapassou os 1,400 dólares por onça, o nível mais alto de sempre (em termos nominais). O ouro beneficiou do seu papel de refúgio em momentos de crise, que em 2010 teve dois efeitos conjugados: (1) a crise soberana, na zona euro; (2) a política monetária não-convencional, nos EUA, com a injeção massiva de liquidez na economia, que alimentou receios de uma espiral inflacionista, e consequente aversão ao dólar.

As tensões relacionadas com a crise soberana e os receios quanto a um "double dip" nos EUA afectaram também o comportamento dos mercados accionistas, os quais, de forma quase generalizada, fecharam negativos no ano. A excepção foi o mercado norte-americano, que, com uma valorização de 10,8%, recuperou para os níveis

observados no início de Setembro de 2008, mesmo antes da falência do banco de investimento Lehman Brothers, bem como a Índia, onde o índice bolsista valorizou 18%.

Mercados Accionistas (Dez-2009 = 100)



Fonte: Bloomberg

Apesar de terem terminado o ano em terreno negativo, a generalidade dos índices valorizou face aos mínimos observados em Abril, quando a "crise soberana" se iniciou, afectando particularmente a percepção de risco pelos investidores.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa acelerou mais do que o esperado, em 2010, podendo registar um crescimento de 1,4%, após a contracção de 2,6% observada em 2009.

Os principais contributos para o crescimento, em 2010, provieram da procura interna, em grande medida, com alguns factores pontuais a penalizarem o contributo das exportações líquidas.

Dados Macroeconómicos

	2008	2009	2010E
PIB	0.0	-2.6	1.4
Consumo Privado	1.8	-1.0	1.8
Consumo Público	0.8	2.9	6.8
Investimento	-0.3	-14.1	-5.0
Exportações	-0.3	-11.8	7.0
Importações	2.8	-10.9	6.3
Inflação média	2.6	-0.8	1.4
Desemprego	7.6	9.5	10.9
Défice público (% do PIB)	2.9	9.3	7.3
Dívida pública (% do PIB)	65.3	76.1	82.8
BTC (% do PIB)	-11.1	-9.4	-8.8

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta

O consumo privado acelerou bastante, devendo ter crescido cerca de 1,8% em 2010. Para esta melhoria contribuiu, por um lado, a melhoria do rendimento disponível, associada aos baixos níveis de taxas de juro, bem como maiores transferências do Estado para as

famílias; e, por outro lado, a antecipação da aquisição de bens duradouros, em especial automóveis, em Junho e em Dezembro, antes dos aumentos do IVA em Julho de 2010 e Janeiro de 2011.

Esta aceleração da procura ocorreu mesmo num quadro de aumento do desemprego, que atingiu o máximo histórico de 10,9%, no terceiro trimestre de 2010, com o número total de desempregados a ultrapassar as 600 mil pessoas. A taxa de poupança permaneceu nos níveis mais elevados desde 2002, próximo de 11%, embora caindo ligeiramente durante o ano.



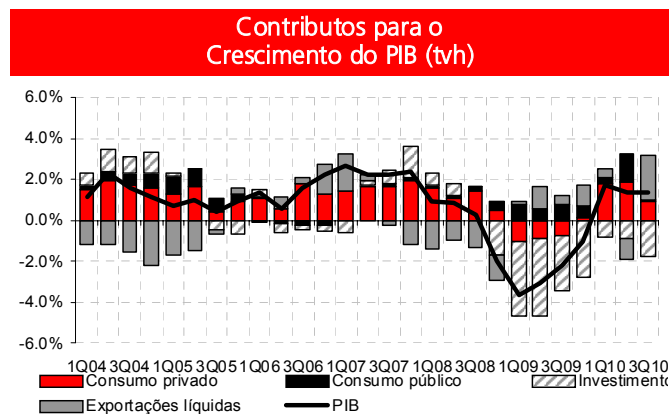
A inflação acelerou para 1,4%, em média anual, fruto quer da subida dos preços nas classes de alimentação e de transportes (reflectindo a subida dos preços das matérias-primas), quer da subida do IVA. A taxa homóloga no final do ano situou-se em 2,5%.

O consumo público registou uma forte aceleração em 2010, devido em grande medida à aquisição de material militar, nos segundo e quarto trimestres do ano. Sem este efeito, a taxa de crescimento teria sido cerca de 3pp mais baixa (3,8% em vez de 6,8%).

Esta aquisição afectou também o comportamento das importações, com um acréscimo de 1,6pp para a taxa de crescimento homóloga. Este efeito afectou o contributo das exportações líquidas para o crescimento, que passou a ser marginalmente negativo (-0,2pp), em vez de um contributo positivo que ocorreria sem aquele efeito pontual. As exportações cresceram ao ritmo mais forte desde 2007, beneficiando claramente da recuperação da procura nos principais parceiros comerciais, em especial a Alemanha e França.

O investimento voltou a contrair em 2010, em cerca de 5%, afectado, por um lado, pelas medidas de contenção orçamental e, por outro lado, pelos efeitos da deterioração das condições nos mercados financeiros, com condições mais restritivas na concessão de crédito (subida dos *spreads* de crédito e maior exigência de garantias por parte dos bancos). As medidas de

contenção orçamental afectaram, por um lado, o investimento público (directo e via PPPs), e, por outro, as perspectivas de crescimento da procura.



A questão orçamental foi um tema dominante durante todo o ano de 2010. A deterioração da percepção de risco no conjunto da zona euro exigiu, por parte do Governo, progressivas novas medidas destinadas a reduzir mais agressivamente o défice orçamental.

De uma meta inicial de 8,3% do PIB para o défice de 2010, o Governo viria, em Maio e na sequência do início da "crise soberana" a definir uma meta de 7,3% do PIB. Para isso, anunciou um conjunto de medidas, incluindo o aumento de todas as taxas de IVA em 1pp, o aumento do IRS em 1,0/1,5% (para rendimentos abaixo/acima de 1.500 euros mensais) e o aumento do IRC em 2,5pp para rendimentos colectáveis superiores a 2 milhões de euros.

Do lado da despesa, as medidas incluíram a redução do investimento público e das transferências para as empresas públicas, e a redução das transferências para as famílias (revisão da política do medicamento e teste de meios para as prestações sociais não contributivas).

No entanto, as medidas do lado da despesa produzem efeitos apenas de forma mais gradual, especialmente quando comparadas com as medidas de redução dos salários em outros países (Grécia, Irlanda, Espanha), que tiveram efeitos imediatos, pelo que Portugal, nesse campo, comparou desfavoravelmente com os demais países que estiveram sob foco dos mercados.

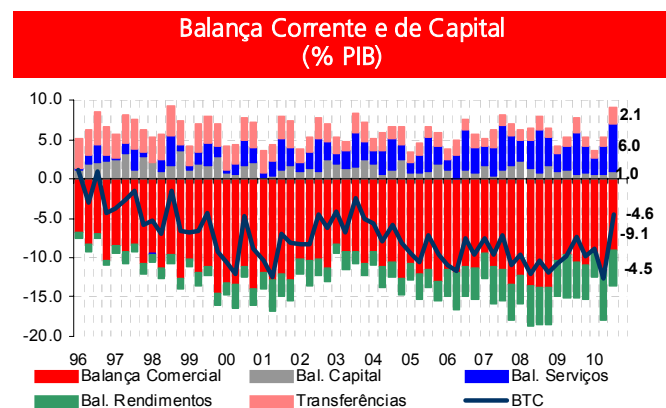
No final do ano, o Governo anunciou um novo pacote de medidas, incluído no Orçamento do Estado para 2011, com mais redução da despesa (e já com uma redução dos salários na Função Pública) e um novo aumento dos impostos. A meta pública é de reduzir o défice para 4,6% do PIB.

Relativamente ao ano de 2010, e para cumprir a meta de 7.3% para o défice, o Governo anunciou a inclusão de parte do Fundo de Pensões da PT na Caixa Geral de

Aposentações, num valor de 2.8 mil milhões de euros (1,6pp do PIB). Este montante destina-se a cobrir os encargos com a aquisição de material militar (que, apesar de adquiridos em *leasing*, serão totalmente contabilizados em 2010) e ainda derrapagens da despesa em alguns sectores (saúde, Estradas de Portugal, por exemplo).

Neste contexto, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros, através da emissão de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro, num total de 38 mil milhões de euros, dos quais 27 mil milhões já no período de maior tensão, após meados de Abril. Apesar de a procura ter permanecido relativamente forte, as taxas de juro subiram fortemente no decurso do ano, com o último leilão de BTs a 12 meses a registar uma taxa média de 5,28% (0,93% no primeiro leilão a 12 meses do ano, em Janeiro). A última *yield* no leilão de OTs a 10 anos foi de 6,81%, uma subida de 247pb face ao primeiro leilão do ano, em Abril.

O défice da balança corrente e de capital caiu ao longo do ano, tendo-se situado em 4,3% do PIB no 3T2010 (8,9% no ano terminado no trimestre), fruto de uma redução mais pronunciada do défice da balança de bens e serviços, bem como de uma ligeira melhoria no défice da balança de rendimentos. No entanto, a subida pronunciada das taxas de juro no segundo semestre de 2010 implica que em 2011 o défice da balança de rendimentos permanecerá bastante elevado.



Fonte: Banco de Portugal, INE

A posição de investimento internacional ficou menos negativa no decurso de 2010, em 105% do PIB no 3T2010, devido em grande medida à menor aquisição de dívida pública portuguesa por não residentes, fruto da aversão ao risco gerada pela crise soberana.

O crédito bancário estabilizou, com uma taxa de variação homóloga em redor de 2,0%, em 2010. A evolução foi, contudo, diferenciada por segmento, com uma desaceleração ao nível do crédito aos privados, e uma aceleração do crédito a OIFNM e ao sector público administrativo. Ao nível dos privados, a aceleração que ocorreu ao nível do crédito hipotecário (ainda assim, com

um crescimento moderado de 3%) foi insuficiente para anular os efeitos da queda ao nível do crédito ao consumo.

Ao nível do crédito a empresas, assistiu-se a uma estagnação, quer em termos de stock, quer em termos de nova produção. Ao longo do período, os *spreads* de crédito alargaram.

Os recursos de clientes cresceram de forma muito moderada, com um crescimento marginal dos depósitos a prazo a anular a redução dos DOs (reflectindo a subida das taxas de juro passivas), enquanto as aplicações em fundos de investimento caíram, num quadro de desvalorização dos mercados accionistas. Os recursos fora de balanço subiram, em especial os seguros financeiros.

O *gap* de liquidez do sistema aumentou ligeiramente, fruto também desta recomposição de recursos de clientes, mas o financiamento nos mercados monetários internacionais reduziu-se para cerca de metade, depois de um mínimo observado em Abril/Maio, quando do pico de tensão nos mercados financeiros.

A qualidade da carteira de crédito do sistema continuou a deteriorar-se, em especial ao nível do crédito ao consumo (com um efeito de base, visto o *stock* de crédito se ter reduzido), e ao nível das empresas, neste caso em especial ao nível da construção e indústria transformadora. O agravamento dos rácios de incumprimento no hipotecário foi muito menor, devido aos baixos níveis das taxas de juro, que compensaram os efeitos da subida do desemprego.

Principais riscos e incertezas para 2011

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2011 são de duas ordens, uma de origem doméstica, outra internacional.

A nível internacional, destacam-se as perspectivas de crescimento na zona euro, caso as medidas de contenção orçamental que já foram anunciadas de forma generalizada afectem a actividade. Este movimento poderia ser ampliado caso a economia mundial, e em especial os mercados emergentes, dessem sinais de maior abrandamento económico. Na China, por exemplo, as autoridades estão a adoptar novas medidas restritivas do crescimento do crédito.

A nível doméstico, as incertezas estão relacionadas com a política orçamental e o seu impacto sobre a actividade económica. A necessidade de reduzir o défice orçamental para 4,6% do PIB em 2011 implicou a adopção de medidas mais restritivas, como a redução dos salários na Função Pública e das transferências para as famílias. As perspectivas de redução do rendimento disponível conduziu a confiança dos consumidores para mínimos

históricos, e levou os empresários a repensar as decisões de investimento para 2011, o que pode ter impactos ao nível do desemprego. A procura interna, em consequência, deverá registar uma forte contracção em 2011. Os riscos continuam negativos, caso se revele necessário adoptar novas medidas de contenção orçamental, que podem ampliar a contracção da actividade.

Relacionado com este factor está o acesso dos agentes económicos nacionais aos mercados financeiros internacionais. A República tem conseguido financiar-se, mas com custos bastante mais elevados. Já o sector financeiro mantém a dependência dos fundos do BCE, que apenas estão assegurados de forma ilimitada até Março de 2011, quando se realiza a última operação de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses. De qualquer modo, a forma como os investidores institucionais estão a avaliar a dependência de fundos do BCE exige do sector financeiro a procura de fontes alternativas de

financiamento ou, na sua ausência, uma aceleração do processo de desalavancagem. Neste contexto de manutenção de fortes restrições de liquidez, o custo do crédito pode continuar a aumentar e os critérios de concessão tornarem-se mais restritivos.

O regresso de um clima de confiança aos mercados internacionais que permita o retorno das Instituições Financeiras Nacionais ao financiamento internacional exige que o Estado cumpra os planos de redução do défice público que se propôs e que dependem do incremento da receita fiscal, mas sobretudo da redução sustentada da despesa pública. O não cumprimento destes objectivos pode atrasar a retoma das emissões de financiamento internacional por parte do sistema bancário, incrementando ainda mais os riscos para a economia nacional por via de uma brusca mas necessária desalavancagem.

Banca Comercial

Particulares & Negócios

Ao longo do ano, o Santander Totta continuou a apostar numa estratégia centrada no cliente, focando a sua acção comercial essencialmente na captação e retenção de recursos, na renegociação de *spreads* do crédito, no controlo do crédito vencido e na dinamização das áreas de Empresas, Negócios e *Premium*.

Foram lançados, não só um conjunto de produtos de poupança tradicional, como o “Depósito Crescente a 3 anos”, “Depósito Crescente a 18 meses” e o “Depósito Netbanco Crescente a 3 anos”, como também se ajustaram as taxas dos produtos de passivo ao contexto de mercado, mantendo a competitividade da oferta nesta área de negócio.

A oferta em recursos foi enriquecida com diversas soluções de produtos estruturados e seguros financeiros (SRS's), numa cadência de lançamento mensal.

Como forte aposta no segmento *Premium*, o Santander Totta lançou, em Março, a campanha “Em Sintonia Consigo”, exclusivamente dedicada ao segmento. A campanha disponibilizou um amplo conjunto de soluções, serviços e vantagens, com uma aposta na qualidade de serviço e na relação, que permitiram à rede comercial apresentar a cada cliente as soluções mais adequadas às suas necessidades pessoais.

No âmbito da política de vinculação de clientes, foi relançada a “Campanha de Ordenados”, exclusivamente destinada ao segmento *Premium* e aos clientes de Protocolos e Promotores, assente na oferta de brindes, na isenção das comissões dos principais serviços do dia-a-dia e oferta da taxa promocional de 0% no descoberto durante o 1º ano. Em Dezembro, foi efectuada uma campanha de captação de novas domiciliações de ordenados com a oferta de um brinde.

Em Junho, foi lançada uma campanha interna designada de “Recursos Champions” com um objectivo claro de captação de novos recursos e com uma forte ambição de crescimento nesta área. Os depósitos lançados, nomeadamente o “DP Vencedor”, “DP Triunfador” e “DP Ganhador”, exigiam condições de *cross-selling* e de

crescimento de saldos médios, dando consistência à política de vinculação.

No último trimestre do ano, foi lançada a campanha “Soluções Integradas”, com uma forte componente de *media* em TV, rádio e imprensa. A campanha incorporou um conjunto de soluções abrangentes e adaptadas às várias necessidades e fases de ciclo de vida dos clientes Particulares, tendo como principais objectivos: (i) apoiar os balcões na captação de novos clientes numa abordagem multi-produto; e (ii) incrementar o *cross-selling* junto da base actual de clientes.

Como o objectivo de captar clientes e gerar tráfego nos balcões, foram disponibilizados diversos PACK's – Emprego, Poupança, Casa, Carro e Filhos – que incorporam vantagens financeiras extremamente atractivas em diversos produtos “âncora” do Banco, com foco em poupança e transaccionalidade.

No que respeita ao crédito à habitação, o ano de 2010 iniciou-se com uma recuperação do mercado, tendência iniciada em meados de 2009. No entanto, a partir do 3º trimestre registou-se uma redução nos níveis de produção, reflectindo a deterioração das condições económicas em Portugal. Neste contexto, a estratégia passou sobretudo pela implementação de medidas de protecção do produto bancário, através de acções de vinculação junto dos clientes e de maior exigência nas condições de *cross-selling*, nomeadamente através da implementação de um novo modelo a partir de Fevereiro.

No âmbito da Responsabilidade Social Corporativa foi disponibilizada uma Linha Especial de Crédito para Particulares de apoio às vítimas da Madeira, na sequência do forte temporal que atingiu a ilha a 20 de Fevereiro, no valor de 2 milhões de euros, em que são oferecidas condições muito vantajosas para clientes proprietários de habitação.

No crédito ao consumo, o início de 2010 foi marcado pela implementação de alterações transversais a toda a oferta, respondendo às novas condições do mercado e centrando-se essencialmente na optimização e simplificação de produtos.

O Santander Totta reforçou ainda as apostas no investimento em projectos de desenvolvimento sustentável e no apoio ao sistema educativo nacional, nomeadamente através da dinamização de produtos especialmente dirigidos para as áreas das energias

renováveis, do ensino universitário e da educação em geral, neste último caso com o lançamento de um produto especial para o financiamento de material escolar, o “Crédito Ensino Plus”.

Ao longo do ano foram lançadas 3 campanhas de crédito ao consumo. Em Março, a campanha para o segmento *Premium*, em que o Banco oferece um produto especial com taxas de juro atractivas, beneficiando os clientes com a domiciliação do ordenado no Banco. Na campanha de transferências de crédito ao consumo, lançada no 3º trimestre, são disponibilizadas condições específicas para os clientes que pretendam transferir o crédito ao consumo para o Santander Totta, beneficiando de condições vantajosas, em que o Banco suporta os custos de amortização antecipada na transferência do crédito pessoal até ao limite máximo de 2% do montante contratado no Santander Totta. No início do 4º trimestre foi lançado, no âmbito da campanha “Soluções Integradas”, o crédito pessoal “Soluções Integradas” com uma taxa de juro promocional durante o 1º ano.

Na área de Negócios, prosseguiu a estratégia de consolidação, que apesar da crise financeira, verificou um ligeiro crescimento do volume de negócio de 0,9%, com uma ligeira retracção do crédito, -0,1% e uma variação positiva dos recursos de 3,2%.

Foi um ano em que o Santander Totta reforçou o seu posicionamento como Banco de apoio às Empresas, fruto de um grande dinamismo no segmento, em que foram lançadas diversas soluções/campanhas, das quais se destacam:

- Solução Saúde
Oferta específica dirigida a consultórios médicos, centros de enfermagem e laboratórios de análises, com condições especiais, nomeadamente, a nível do *leasing*, *factoring* e POS.
- Solução Empresas de Contabilidade
Campanha lançada em Abril para as empresas de serviços de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal e cartórios notariais, com condições vantajosas nos produtos de *leasing* e Sistema de Débitos Directos.
- Solução Retalho Alimentar
Oferta destinada ao apoio do pequeno comércio.
- Solução QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional)
Oferta de condições de apoio através do adiantamento de incentivos, de consultadoria e de linhas de apoio ao investimento via linhas de crédito PME Investe, onde em termos acumulados se registou uma quota de mercado em volume de 16%.

- Campanha POS
Lançada no último trimestre do ano com condições vantajosas ao nível da taxa mensal de serviço e da tarifa de serviço.
- GPC – Gestor de Pagamentos e Cobranças
Também no último trimestre foi lançado este serviço de apoio à gestão de tesouraria do cliente. Trata-se de um conceito inovador que funciona numa plataforma *on-line*, disponibilizado de uma forma totalmente segura e gratuita no NetBanco Empresas.

Na área de *Private Banking* e *Premium* registou-se por parte dos aforradores uma tendência para se concentrarem em activos líquidos, com baixo risco e muito particularmente depósitos a prazo.

No *Private Banking* concretizou-se um bom crescimento de novos clientes que procuravam para a s suas aplicações bancos sólidos e com gestão estável. Em termos de património gerido, o *Private* cresceu cerca de 15% no ano, o que permitiu um excelente contributo para o incremento do negócio de recursos da rede de particulares. Em activo, um crescimento na ordem de 22% veio também a consolidar o negócio deste segmento.

A oferta para os aforradores foi variada e proporcionou um rácio rentabilidade/risco bastante atractivo para os clientes. A possibilidade de uma carteira diversificada com uma gestão dinâmica foi um factor relevante com retornos interessantes. As sinergias da integração da área de *Private Banking* Portugal numa Área Global do Grupo Santander permitiu aos clientes beneficiarem de uma oferta global de produtos.

O rigor no processamento de operações, a procura da qualidade no serviço oferecido, bem como a proximidade com os clientes continuaram a ser objectivos da Equipa de *Private Banking*.

O segmento *Premium*, com crescimento de volume de negócio na ordem dos 5%, reforçou o seu posicionamento no seio da área de Particulares do Banco, tendo sido lançada uma campanha de marketing no início do 2º trimestre que proporcionou não só um aumento de notoriedade do segmento como também uma redefinição de uma ampla oferta de produtos financeiros e de serviços de valor acrescentado. Os 15 centros *Premium* continuaram a ser um forte marco na captação de clientes e na imagem do segmento.

O segmento *Premium* tem merecido um grande foco também pelo facto dos gestores terem metodologias e ferramentas que lhes permitem estar mais aptos a responder às necessidades dos seus clientes de uma forma rápida e eficiente, tendo também em conta o perfil

de investimento e necessidades financeiras, de modo a anteciparem as decisões de investimento.

Empresas

O ano de 2010 na Rede de Empresas foi um ano marcado pela necessidade de adaptar frequentemente os planos comerciais estabelecidos à conjuntura económica adversa. Neste contexto, as principais prioridades passaram por aproveitar a estrutura de balanço para uma contínua aposta no mercado das Empresas e mais concretamente das PME's, mantendo um controlo muito apertado das situações de crédito em incumprimento.

Em termos de volume de negócio, a Rede de Empresas registou um crescimento de 2,5% em crédito e de 30,4% em recursos, com destaque para as seguintes actividades:

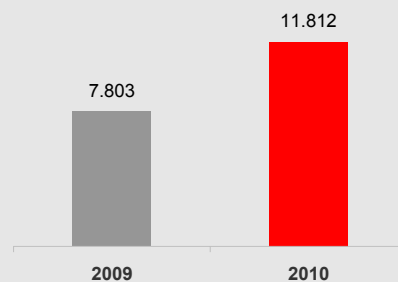
- A formalização de 323 operações no montante de 188,2 milhões de euros nas linhas PME Investe V e VI, traduzindo um forte compromisso e aposta do Santander Totta e da Rede Empresas no mercado das PME's, assumindo um papel muito relevante na dinamização destas linhas nas Pequenas e Médias Empresas;
- O crescimento de 35,7% do crédito concedido em *factoring* e *confirming*;
- Crescimento da carteira de recursos em todas as rubricas, reflexo da política de maior proximidade comercial com os clientes, apresentado soluções para a sua tesouraria, inovadoras e únicas no mercado;
- Evolução do crédito vencido dentro do perspectivado e abaixo da média do mercado, fruto da relação estreita com os clientes e de uma cuidada e eficiente gestão de riscos.

A estratégia prosseguida traduziu-se ainda no crescimento de 33% no número de clientes captados, relativamente a igual período de 2009 e no crescimento em 20% nos clientes vinculados ao Banco.

Linhas PME Investe

O Santander Totta continuou muito dinâmico na colocação das Linhas PME Investe, tendo já formalizado mais de 11.000 operações, num montante que já ultrapassa 1 bilião de euros colocados. Saliente-se que em resultado da rapidez da formalização e da atenção especial que o Banco tem estado a dar na contratação deste tipo de operações, se atingiu, nestas linhas, uma quota superior a 16%, muito acima da quota natural do Banco em empresas. Nas linhas específicas do sector do Turismo, um dos segmentos em que está a ser feita uma aposta estratégica, como é o caso da Linha PME Investe III Sector Turismo, a quota é superior a 30%.

Evolução do nº de operações

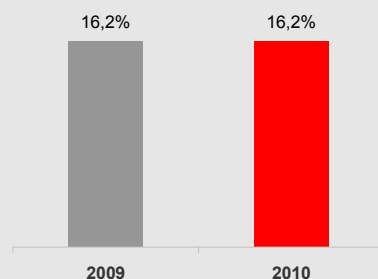


Diversas foram as novas linhas de crédito protocolado assinadas pelo Banco e disponibilizadas de forma muito eficiente aos clientes, visando o apoio ao investimento e reforço dos capitais permanentes das empresas, sendo de destacar as seguintes:

- Linha de Crédito PME Investe V;
- Linha de Crédito PME Investe VI e VI Aditamento;
- Linha de Crédito IFAP PME-2010, para apoio das empresas do Sector Agrícola e Pecuário;
- Linha de Apoio à Recuperação Empresarial da Madeira;
- Linha de Apoio às Intempéries;
- Linha de Crédito Açores Empresas;
- Linha PME Investe III- Apoio ao sector do Turismo da Região do Oeste;
- Linha de Apoio aos projectos para Crédito Energias Alternativas e Eficiência Térmica;
- Linha de Apoio aos projectos QREN;
- Renovação Protocolo da Linha Crédito Investe Açores, para alargamento dos prazos das operações já contratadas, tendo em vista melhorar as condições dos financiamentos concedidos.

Estas linhas, para além de beneficiarem de bonificação de juros, têm na sua generalidade associado o Sistema de Garantias Mutuas, tendo em vista facilitar o acesso das empresas ao crédito.

Quota de Mercado PME Investe (montante)



Grandes Empresas

O Santander Totta reforçou, em 2010, o compromisso assumido junto dos grandes clientes. O contexto macroeconómico adverso e a instabilidade dos mercados verificada ao longo de todo o ano exigiram uma estratégia de rigor e de maior aproximação.

O modelo comercial corporativo, seguido há vários anos pelo Grupo, permitiu consolidar a posição do Santander Totta na relação com os seus clientes, através da oferta de soluções integradas, ajustadas às suas necessidades e que se traduzam num valor acrescentado à sua actividade.

Neste enquadramento, foi necessário adequar os contratos de crédito às novas condições de mercado, desde a revisão das condições financeiras à dinamização do *cross-selling*, permitindo a ampliação do negócio existente às outras áreas do Banco.

Promotores e Mediadores

Para o canal de Promotores Externos e Mediadores Imobiliários manteve-se como prioridade o reforço da proximidade junto dos principais parceiros privilegiando diversas acções de dinamização destes importantes canais.

No âmbito dessa estratégia o Santander Totta esteve presente em todos os principais eventos da mediação imobiliária, nomeadamente na Imobitur, SIL – Salão Imobiliário de Portugal, e nas convenções nacionais dos principais parceiros do sector Imobiliário.

Reforçando a aposta no lançamento de novas iniciativas que motivem ainda mais os nossos parceiros, destacam-se as três edições do PIPE – Plano de Incentivos de Promotores Externos que decorreram em 2010; as duas Edições do PIME – Plano de Incentivos de Mediadores e muitas outras campanhas e planos de incentivos que deram mais relevo às principais variáveis estratégicas de crescimento do Banco, nomeadamente captação de novos recursos, captação de clientes activos e captação de clientes do segmento de Negócios.

De referir ainda o lançamento do 1º Prémio Anual de Promotores que irá levar conjuntamente com outras iniciativas, cerca de 40 promotores externos à Cidade Financeira Santander em Boadilla del Monte.

Relativamente às Lojas de Promotor, o objectivo continuou a ser o de alargar esta rede tendo terminado o ano com mais 50 aberturas líquidas permitindo desta forma fechar 2010 com 250 Lojas de Promotor. De mencionar também a crescente importância desta Rede nos resultados do Canal Promotor.

Meios de Pagamento

O ano de 2010 destacou-se pela preocupação da fidelização dos clientes e na procura da excelência de serviço e atenção a clientes.

Foram tomadas diversas iniciativas para promover a utilização de cartões, que se massificaram e que se caracterizam por ofertas e descontos aos clientes que utilizam regularmente os cartões do Santander Totta. Igualmente houve uma grande dedicação em realçar todos os serviços bem valorizados pelos clientes, como sejam os seguros de cartões e um foco em melhorar níveis de serviço e minimizar eventuais incidências. Efectivamente, a conjugação destas medidas permitiu aumentar a utilização de cartões - a facturação de 2010 superou a de 2009 em 6,6% - e reduzindo, em simultâneo, o total de cartões cancelados pelos clientes.

No início de 2010, lançaram-se 2 cartões para o segmento *Affluent*, um cartão *Gold* para o dia-a-dia e um cartão *Gold* de crédito. O Santander Totta oferece uma gama muito completa para este segmento de clientes, podendo o cliente optar ainda por um cartão *Gold* com um vasto conjunto de seguros, ou por um cartão *Gold* com programa de fidelização de acumulação de milhas aéreas rebatíveis em qualquer companhia aérea.

O Santander Totta apostou também nos protocolos do Exército e Marinha oferecendo cartões personalizados com imagens emblemáticas a estes colectivos.

Em 2010, o Santander Totta manteve uma posição de *player* relevante no mercado de POS com uma quota de 16% e estando presente nas principais cadeias de distribuição e nos diversos sectores de actividade.

Banca Transaccional

Cash Management e Negócio Internacional

Durante o ano de 2010 foram efectuadas diversas campanhas comerciais nas áreas de Empresas e Negócios, com o propósito de aumentar a transaccionalidade e a vinculação de clientes. Complementando a rede comercial, foram criadas equipas de especialistas/dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

O Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços de *cash management* e de negócio internacional em Portugal, tendo consolidado a sua presença nas empresas.

Prosseguiu-se a melhoria e incremento da nossa oferta de produtos e serviços, tendo no decurso do ano sido



lançados, para o mercado doméstico, duas soluções inovadoras:

- GPC – Gestor de Pagamentos e Cobranças, solução informática disponibilizada em ambiente Netbanco Empresas que permite aos clientes otimizar a sua tesouraria, gerindo automaticamente as suas cobranças e pagamentos.
- *Home Deposit*, disponibilização de equipamentos que possibilitam depósitos à distância, permitindo ao Banco uma gestão centralizada da recolha de valores.

As funcionalidades de negócio internacional disponíveis na plataforma internet foram também objecto de melhorias, visando uma maior segurança e transparência para os clientes.

Customer Service

Actualmente uma das armas de diferenciação mais fortes do mercado é o pós-venda. Este importante elemento de fidelização é hoje tão importante como a qualidade do próprio produto.

O Santander Totta continuou a investir fortemente em novas formas de seguimento e controle da resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Foi ainda consolidada a vertente comercial desta área, tendo sido efectuadas visitas aos principais clientes em conjunto com a área comercial, apoiando e fortalecendo a relação comercial com as empresas.

O Santander Totta, como membro exclusivo para Portugal da Associação IBOS, usufrui da estreita parceria comercial entre os 12 grupos internacionais que a integram e que cobre designadamente países da União Europeia e da América do Norte.

Canais Complementares

Selfbanking

A área de *Selfbanking* manteve a sua estratégia, a nível da rede Multibanco, de optimização do actual parque de ATM's instalado junto de clientes, traduzindo-se essencialmente na deslocalização de ATM's para novos locais com elevado potencial de transaccionalidade, tendo atingido um crescimento do número de operações dos ATM's deste segmento superior a 5%.

No que diz respeito a equipamentos de depósitos e cheques – rede interna - foram implementados mecanismos automáticos de controlo e avaliação da disponibilidade de funcionamentos dos equipamentos, privilegiando assim o vector qualidade.

Aumentou-se o nível de serviço através do lançamento de novas funcionalidades, destacando-se a consulta da posição consolidada do cliente e a possibilidade de aceder a todas as contas do cliente utilizando apenas um único cartão. A externalização total de operações tem mantido uma evolução positiva, acima já dos 50%.

Netbanco

Nos canais internet, NetBanco Particulares e Empresas, o ano de 2010 caracterizou-se pelo lançamento de novas funcionalidades, por uma melhoria na disponibilidade e *performance* dos *sites* o que permitiu um aumento sustentado do número de clientes utilizadores e um forte crescimento do tráfego dos *sites* com o número de visitas a crescer cerca de 24%.

No Netbanco Particulares destacam-se o lançamento do serviço “Finanças Pessoais”, que permite que os clientes organizem de modo prático e intuitivo todas as suas despesas e receitas, a disponibilização de ofertas segmentadas nomeadamente para os clientes *Premium* e *Private* e serviços de apoio no contacto com o Banco como o *Video Call* e o *Click2chat*. Em 2010, os utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registaram um crescimento superior a 11%.

No NetBanco Empresas foi lançado o “Gestor de Pagamento e Cobranças”, que permite às empresas, de uma forma gratuita e totalmente segura, otimizar a sua gestão de tesouraria. Procedeu-se também à simplificação do processo de adesão e a diversas melhorias em funcionalidades de pagamentos de ordenados e a fornecedores. Os utilizadores frequentes do Netbanco Empresas registaram um crescimento superior a 10%.

Banca Telefónica

No ano de 2010, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado pela Associação Portuguesa de *Contact Centers* o “Melhor *Contact Center*” de Portugal no sector financeiro. O número total de contactos de clientes em 2010 com operadores do *Contact Center* foi ligeiramente superior ao do ano anterior.

Reforçou-se a estratégia de efectuar menos contactos a clientes e incentivar o contacto para o *Contact Center* e para outros canais, potenciando as vendas em *inbound*. Foram ainda reforçadas iniciativas de contacto a clientes que demonstraram, noutros canais, interesse em adquirir produtos e serviços do Banco.

Em colaboração com o Netbanco Particulares, o *Contact Center* passou a assegurar o atendimento a clientes por novos meios de contacto, nomeadamente aos clientes que solicitam contacto por *Chat* ou por *Video Call*, sendo este serviço completamente inovador no sector da Banca em Portugal.



Foi consolidado o atendimento telefónico a clientes e fornecedores de produtos de *leasing* em colaboração com a Santander Totta Crédito Especializado – IFIC.

Actividade Internacional

No ano de 2010, a conjuntura económica, centrada no financiamento da actividade e liquidez dos mercados, manteve-se complexa tendo as principais economias adoptado medidas severas para controlo dos respectivos défices públicos, o que se traduziu em crescimentos da actividade económica reduzidos e níveis de desemprego elevados.

Face a este enquadramento, a estratégia prosseguida na actividade Internacional focou-se no reforço da proximidade com os clientes, transmitindo a segurança e solidez do Grupo, procurando consolidar a oferta de serviços e de soluções dirigidas aos residentes no estrangeiro em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

No que respeita a condições adequadas aos portugueses residentes no estrangeiro, assumiu especial importância a oferta da “Super Conta Residentes no Estrangeiro” e de produtos de poupança.

Foi proporcionada a oferta de produtos diversificados, nomeadamente seguros financeiros e de capitalização e, no que respeita a USD e CAD, aplicações com rentabilidade muito interessante no actual contexto de taxas de juro daquelas moedas.

Em euros foram ainda disponibilizados, com sucesso, produtos que pretenderam associar ao rendimento, oportunidade de reforçar a vinculação com os clientes.

Pretendendo-se apoiar as comunidades realizaram-se, nos países onde temos representação, apresentações sistemáticas, onde se procurou transmitir oportunidades que a economia portuguesa suscita em determinados sectores assim como o desempenho do Santander Totta e do Grupo em que estamos inseridos de forma a incutir maior confiança aos portugueses residentes no estrangeiro. Em Paris realizou-se inclusivamente um evento de maior dimensão dirigido a particulares e empresários portugueses residentes no estrangeiro.

Decorreu ainda a “Campanha de Verão” com um conjunto de iniciativas que visaram receber da melhor forma os clientes que vivem e trabalham no exterior tendo sido garantida uma estrutura de comunicação e de meios com assistentes especificamente focadas no atendimento e apoio dos nossos clientes. Esta campanha foi previamente promovida nas principais comunidades, inclusivamente em meios de informação locais, de forma

a garantir um grau de conhecimento significativo da oferta e do apoio disponíveis.

A sucursal de Londres, tendo em conta os níveis modestos da procura do mercado imobiliário, vem mantendo a oferta de soluções para crédito à 2ª habitação em Portugal para residentes no Reino Unido. Na sequência de medidas já tomadas e tendo presente a conjuntura do mercado britânico, foram reforçados os meios e mecanismos de controlo sobre a carteira de crédito.

O volume de negócios, na área de residentes no estrangeiro cresceu 5,2% beneficiando da conjugação da oferta de produtos de recursos e da evolução de crédito neste segmento.

Manteve-se ainda, dentro do planeamento estratégico definido, um esforço para garantir uma forte ligação entre clientes, escritórios de representação e balcões em Portugal promovendo-se um conjunto de visitas de directores de balcão e comerciais, provenientes de zonas com maior significado na emigração.

O produto bancário do segmento registou uma boa evolução, embora afectada pela conjuntura, sendo ainda de destacar a evolução no crédito neste segmento de Residentes no Estrangeiro comparativamente ao verificado no segmento de Particulares residentes em Portugal.

No que respeita a transferências de emigrantes canalizadas para o Santander Totta, prosseguiram acções de promoção e dinamização nos países mais importantes para o segmento, com foco na forma mais fácil e económica dos clientes procederem.

Finalmente assinala-se uma variação positiva no volume de transferências tendo-se registado um ligeiro incremento da quota de mercado.

Global Banking and Markets

Tesouraria

A actividade desenvolvida no ano de 2010 caracterizou-se pela adaptação de estratégias a um contexto macroeconómico de crise, com o custo de liquidez a aumentar, com elevada volatilidade e com manutenção de expectativas de taxas de juro baixas por um período mais alargado de tempo.

Na área de Institucionais, o Banco Santander Totta manteve a sua estratégia apoiada na utilização de equipas globais do Grupo Santander, permitindo potenciar a sua capacidade de estruturação e diversificação de tipo de operações.

A actividade no segmento de Grandes Empresas pautou-se pela adaptação de produtos às novas realidades de mercado, mantendo-se a preferência por produtos mais simples. A conjuntura económica levou também à extensão de perspectivas de taxas de juro baixas, pelo que se verificou uma maior apetência pela gestão de risco de taxa de juro a prazos mais longos.

A actividade nos segmentos de Empresas e Negócios foi essencialmente feita no acompanhamento das operações contratadas pelos clientes e numa maior simplicidade de produtos oferecidos, posicionamento ponderado e adequado ao contexto de mercado, apresentando soluções de gestão de risco adequadas, para uma melhor gestão da actividade num cenário de grande imprevisibilidade resultante da crise financeira.

Manteve-se o forte compromisso da sala de mercados com as actividades de *flow* (cambial). Neste capítulo, o aumento do número de clientes e operações realizadas espelham o bom trabalho e reconhecimento por parte dos clientes da sala de mercados com as actividades de *flow* (cambial). Saliente-se também a obtenção do Best Foreign Exchange Providers 2011- Global Finance, atribuído em 22 de Novembro de 2010.

No que respeita a produtos estruturados, apesar do ano de 2010 se ter revelado um ano menos fácil para a colocação deste tipo de produtos, o Santander Totta foi bem sucedido na sua comercialização, tendo superado a fasquia dos 600 milhões de euros, sob a forma de depósitos a prazo e obrigações de caixa. De entre os produtos, é de destacar o depósito indexado "Valorização Energias Renováveis" e ainda o depósito indexado "Depósito Valor Mundial", cuja remuneração depende da valorização de um cabaz de acções geograficamente diversificado, incluindo acções de países desenvolvidos e emergentes.

Custódia

A actividade da área de Custódia Institucional do Santander Totta não registou alterações significativas comparativamente com o ano de 2009, apesar do enquadramento adverso dos mercados financeiros e situação económica de Portugal, tendo inclusivamente registado um aumento no volume total de activos custodiados. Na sequência da fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios de Portugal SA no Banco Santander Totta SA com efeitos a Maio de 2010, o Banco Santander Totta mantém o 2º lugar no *ranking* nacional de Custodiantes, com cerca de 25% de quota em volume de activos sob custódia.

Equities

A conjuntura de incerteza em 2010, relacionada com o crescimento económico em Portugal e com a deterioração

das contas públicas Portuguesas, provocou um menor interesse da generalidade dos investidores no mercado accionista. Não obstante, e em função de desenvolvimentos específicos em algumas empresas portuguesas, que viram o interesse por parte dos investidores aumentar significativamente, o volume médio diário transaccionado na Bolsa de Lisboa acabou por subir face ao ano anterior, tendo o Santander Totta acompanhado este crescimento, o que se reflectiu positivamente na rendibilidade da actividade.

Credit Markets

A conjuntura de incerteza e falta de liquidez das instituições financeiras portuguesas, fruto da crise de dívida soberana sofrida por Portugal desde Março de 2010, levou à suspensão/adiamento de vários concursos e investimentos públicos e ao atraso em projectos de iniciativa privada. A crise soberana levou também a que os mercados de dívida europeus (eurobonds) se fechassem para emitentes portugueses a partir do mês de Abril, não havendo desde essa altura qualquer emissão de obrigações portuguesas.

Neste contexto, o ano de 2010 registou uma menor actividade, sendo que o Santander Totta continuou como uma das poucas instituições com presença constante em financiamentos estruturados de MLP, o que lhe permitiu participar em quase todos os financiamentos relevantes realizados este ano.

No que diz respeito a operações de financiamento de projectos ("Project Finance") é de realçar a participação do Banco como "Mandated Lead Arranger" na montagem do financiamento da 1ª fase do projecto ENEOP, o qual consiste num portefólio de parques eólicos com uma capacidade de 480MW, num total de 1.200MW atribuídos em concurso. A ENEOP é um consórcio constituído pela EDP, Endesa, Geneng e TP, tendo como parceiro industrial a Enercom com uma unidade industrial em Viana do Castelo.

É também importante destacar a participação do Santander Totta como um dos líderes no financiamento ao consórcio ELOS para a 1ª Fase do Projecto de Alta Velocidade, que corresponde à ligação Poceirão-Caia. Este projecto, com elevado apoio de fundos comunitários, faz parte do compromisso europeu de ligação em alta velocidade de todas as capitais europeias.

No que diz respeito a operações de *Acquisition Finance* será de realçar a montagem e participação como "Mandated Lead Arranger" e "Bookrunner" no financiamento da aquisição da Betecna pela Secil, o qual será concluído após a autorização da Autoridade da Concorrência. Neste campo, apoiou também o incremento do financiamento à Empark com uma linha de Capex no valor global de 50M€, para que a empresa

tenha flexibilidade financeira para aproveitar as oportunidades de aquisição que possam surgir.

Nos mercados de dívida, o Santander participou como “Bookrunner” na emissão de obrigações no mercado europeu para a EDP, a única emissão de uma empresa portuguesa não financeira durante o ano de 2010. No final de Março, mesmo antes do fecho dos mercados e num ambiente já de grande volatilidade, o Santander liderou também a emissão de 1.000 milhões de euros de obrigações hipotecárias para o Banco Santander Totta, o que acabou por ser a última em 2010 de um emitente português.

Neste enquadramento, para permitir à Brisa gerir o melhor momento de acesso ao mercado de capitais, o Santander liderou, em conjunto com o Caixa BI e o Barclays, a montagem e organização de um financiamento ponte (300 milhões de euro) à emissão de obrigações (eurobonds).

O Santander assume-se, hoje, como um Banco de referência, em Financiamentos Estruturados e Mercado de dívida participando em todas as operações relevantes realizadas no país.

Corporate Finance

A área de *Corporate Finance* desenvolveu, durante o ano de 2010, uma intensa actividade na área de fusões & aquisições reafirmando a posição do Santander como um dos principais actores do mercado de Fusões & Aquisições em Portugal.

Destacam-se em 2010, a conclusão com sucesso das seguintes importantes operações:

- Assessoria à Brisa - Auto Estradas de Portugal no processo de venda da sua participação na CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias do Brasil;
- A assessoria aos grupos Mota-Engil e Opreway na aquisição de 50% do capital da Construtora Idinsa no México, e
- A assessoria ao grupo Urvasco na venda do hotel Silken Berlin ao Grupo Sana.

De realçar também a assessoria em curso à Galp Energia na alienação de uma participação na Galp Gás Natural Distribuição, *holding* que detém as principais empresas reguladas de infra-estrutura de distribuição de gás natural em Portugal.

Ao longo de 2010, o portefólio de transacções foi também reforçado, estando em curso vários outros processos de assessoria em operações de *corporate finance*, a concluir nos próximos meses.

Gestão de Activos

Fundos de investimento

O ano de 2010 foi caracterizado por uma grande instabilidade nos mercados financeiros, nomeadamente marcado pelos seguintes temas:

- Risco soberano nas economias periféricas europeias, nomeadamente o resgate à economia grega e irlandesa;
- Sustentabilidade da UE e moeda única através do possível alastramento do risco soberano às outras economias, nomeadamente Portugal e Espanha;
- Sustentabilidade do crescimento económico global e recuperação da economia norte-americana;
- Intervenção dos Bancos Centrais através da injeção de liquidez;
- Regulação do sistema financeiro e consequentes impactos.

Todos estes factores contribuíram para uma forte aversão ao risco por parte dos investidores com natural impacto na procura por instrumentos financeiros como os fundos de investimento.

Embora tenha assinalado uma redução dos seus activos sob gestão, a Santander Asset Management, ao nível de fundos de investimento mobiliário, terminou o ano de 2010 como a 3ª maior sociedade gestora de Fundos de Investimento Mobiliários em Portugal. Para tal contribuíram as seguintes medidas: i) dinamização da gama actual de produtos com foco nos fundos de valor acrescentado para o cliente; ii) lançamento de novos fundos de investimento com baixo risco e com estratégias activas de investimento.

Nos fundos de investimento imobiliário, o ano de 2010 foi caracterizado pela gestão activa de património através da promoção da ocupação de imóveis devolutos (redução em cerca de 15%) e da promoção de projectos imobiliários.

Gestão de patrimónios e fundo de pensões

As carteiras sob gestão da Sociedade Gestora de Patrimónios Santander Gest registaram um aumento de volume de cerca de 7%, beneficiando da visão conservadora adoptada ao longo do ano, com foco no controlo de risco.

Para a Santander Pensões, os retornos foram mistos. Os volumes sob gestão no final de 2010 eram de 1.315 milhões de euros.

Crédito Especializado

O ano de 2010 caracterizou-se por ser mais um exercício com enquadramento económico difícil e que se foi agravando à medida que se foi aproximando do seu final. Continuaram a verificar-se mais alterações regulamentares sobre a actividade, com destaque para o tema da regulação das TAEG's. A Totta Crédito Especializado desenvolveu a sua actuação tendo em conta os seguintes vectores estratégicos:

- Forte aposta nos produtos de curto prazo e de apoio à tesouraria das empresas e com forte transaccionalidade associada, em detrimento das operações a médio e longo prazo com outros riscos e prémios de liquidez associado;
- Evolução do produto bancário e adequação dos *spreads* e comissões ao custo e risco das operações
- Controle da estrutura de custos e melhorias dos processos e estruturas de apoio
- Adequação dos processos de fusão com o BST

No *leasing* e em resultado das dificuldades da economia e da quebra registada no investimento, os produtos "equipamento" e "imobiliário" apresentam quebras importantes nos volumes de produção.

Ao nível do *leasing* automóvel, manteve-se um crescimento de produção muito importante e acompanhando a tendência do mercado. Com mais de 22.500 veículos em gestão o Santander Totta mantém-se como um importante operador do mercado de financiamento automóvel nacional. O *leasing* automóvel mais do que compensou as reduções de produção nos outros produtos, o que possibilitou um crescimento da produção global de *leasing* de 9% face ao ano anterior.

De salientar ainda o produto *leasing* de energias renováveis que tem permitido ocupar uma posição de destaque ao nível do reconhecimento e da quota de mercado (entre 13% e 20%).

No *factoring* e *confirming*, registou-se um crescimento muito importante, tendo sido produtos estratégicos de desenvolvimento das redes comerciais, com definição de planos específicos próprios para cada segmento e respectivos comités de acompanhamento. Os bons resultados alcançados permitiram conquistar, desde meados do ano, a liderança deste mercado e manter a liderança do *factoring/confirming* Internacional, alcançada em Julho de 2009, e também a do *confirming*. Esta situação foi possível em paralelo com um foco muito grande no *pricing* e *repricing* das operações.

Como consequência da estratégia adoptada, a carteira global do crédito especializado aumentou 11% face ao final do ano anterior, atingindo os 3.138 milhões de euros. Destaque para a alteração do *mix* da carteira, onde

o *factoring* & *confirming* já pesa mais de metade da carteira total de crédito especializado.

O crescimento da carteira de crédito vencido ficou abaixo do previsto no orçamento e foi mais favorável do que a registada em 2009.

Foi ainda possível aumentar, em bases comparáveis, o produto bancário e o resultado líquido em respectivamente 12% e 52% face ao ano anterior.

A Totta Crédito Especializado esteve também muito focada no apoio interno à formação de elementos das redes comerciais e no desenvolvimento de um programa sistemático de notícias e divulgação de boas práticas.

Dedicou-se também especial atenção à melhoria da qualidade do serviço às redes comerciais e clientes finais, com redefinição de estruturas, procedimentos e processos.

Seguros

A actividade de seguros do ramo vida, explorada pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida S.A., pautou-se por um aprofundamento ao nível da informação de clientes, permitindo um modelo de distribuição melhor adaptado aos segmentos de cliente, das suas necessidades, perfis, vontade e potencialidades.

A par da disponibilização de produtos de vida risco de gama simples, vinculados ao crédito ou a outros produtos bancários, manteve-se o especial enfoque à disponibilização de produtos orientados para a protecção de vida e para a protecção ao crédito, comercializados pelo banco em "open market", em simultâneo com a adequação do modelo de venda.

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de destacar o lançamento mensal de seguros financeiros denominados "Plano Rendimento", sob a forma de Seguros Icaee não normalizados, divididos em unidades de participação (*unit linked*), que pretendem proporcionar um retorno mensal, trimestral ou semestral (calculado com base no montante subscrito e pago sob a forma de resgate parcial).

No âmbito dos seguros de vida risco comercializados em open market, de salientar o produto "Plano Protecção Emprego" - um seguro de vida com cobertura de desemprego, sendo o segmento alvo os clientes de crédito à habitação que não possuam este tipo de protecção, tendo a sua comercialização ascendido a 11.900 planos em 2010.

De realçar ainda o "Plano Vida", produto destinado ao segmento de mercado massivo, com mais de 36.000 planos vendidos em 2010. Com o objectivo de adequar

este seguro às necessidades e segmentação de clientes, foi disponibilizada uma opção de redução de capital seguro para clientes com idades a partir dos 45 anos.

Para o segmento *Premium*, foi criado o “Plano Vida Premium”, com mais valor acrescentado para o cliente, através de uma oferta da cobertura 2ª Opinião Médica da Best Doctors.

No 4º Trimestre de 2010, a campanha “Soluções Integradas” veio conferir à rede, de uma forma global organizada e focada, uma maior dinâmica comercial em *cross-selling*, que conduziu a um acrescido alinhamento entre necessidades de protecção e poupança e oferta de produtos, com um aumento significativo na produção de seguros.

A campanha abrangeu as várias necessidades de protecção do cliente, apresentando os melhores seguros de protecção e poupança. Quanto à poupança, reforçou-se a gama de produtos com o lançamento de um novo PPR (PPR Triunfo) e reformulou-se o Seguro Poupança SUB -18.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 1.197 milhões de euros, um incremento de 30% relativamente a 2010. Nos seguros de risco e mistos, apesar do menor volume de nova produção de seguros de vida vinculados aos empréstimos ao consumo (decorrente do decréscimo em crédito ao consumo), registou-se um aumento de 1% em prémios relativamente a 2010, com um valor de 118,4 milhões de euros, decorrente da estratégia de diversificação de comercialização de seguros em “open market”.

Perspectivas para 2011

As perspectivas, para 2011, da actividade bancária em Portugal irão depender em grande medida da execução da política orçamental em Portugal e do seu impacto sobre a actividade económica, sendo de esperar que na parte final do ano se verifique uma melhoria no acesso e condições de financiamento dos mercados internacionais, se se vier a verificar a eficácia das medidas que forem definidas pelo Governo, e for cumprido com rigor o orçamento do Estado.

Num enquadramento difícil e complexo, que será de grande exigência no que se refere à gestão bancária, caracterizado nomeadamente por menores crescimentos dos volumes de negócio, maiores custos de financiamento e aumento dos níveis de imparidade e provisões derivados do aumento dos rácios de incumprimento, o Santander Totta irá manter uma estratégia assente no modelo de banca comercial muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de acção prioritárias.

Uma das principais prioridades do Santander Totta será o equilíbrio de balanço, com a diminuição do *gap* comercial, através do aumento de depósitos e estabilização dos níveis de crédito.

A gestão de margens, o controlo de custos e a gestão activa dos riscos e da qualidade da carteira de crédito continuarão a ser linhas de actuação críticas para 2011.

Áreas de Suporte ao Negócio

Recursos Humanos

Proximidade ao negócio e conciliação

A actividade de Recursos Humanos foi, em 2010, pautada por 2 prioridades, muito importantes para os resultados de negócio do Banco:

- **Proximidade da rede comercial**, apoiando em todos os processos de Recursos Humanos (recrutamentos, mobilidade, formação)
- Continuação da criação de condições para que os Colaboradores possam **conciliar** a sua vida familiar com a carreira profissional no Banco.

Proximidade

No âmbito da proximidade às áreas e ao negócio, a gestão do quadro de colaboradores, com reforço de jovens licenciados sempre que necessário, permitiu manter uma equipa estável e dar resposta às necessidades das equipas e dos nossos clientes.

Os mais de 1.000 colaboradores entrevistados pelos gestores de Recursos Humanos e as cerca de 400 visitas efectuadas a balcões dão nota do esforço desenvolvido no sentido de conhecer e gerir o potencial interno do Banco. Rejuvenescer, qualificar e privilegiar os *upgrades* internos para funções de maiores responsabilidades foram actividades que marcaram o ano: 304 *upgrades* registados, para novas funções, dos quais 45 foram para Directores de Balcão.

A Política de Mobilidade e Carreiras que o Banco tem vindo a concretizar continuou a merecer especial atenção, tendo-se divulgado 74 recrutamentos internos, efectuado mais de 30 movimentações de colaboradores dos serviços centrais para as redes comerciais e efectuado mais de 1.000 movimentações de colaboradores, indicadores que dão nota de uma dinâmica contínua que o Banco tem vindo a concretizar.

Importa referir a realização do “Programa de Mobilidade 2010”, alicerçado num plano de Formação e Desenvolvimento próprio com o objectivo de preparar colaboradores dos serviços centrais para virem a construir as suas carreiras profissionais no âmbito da actividade comercial. Este programa constitui um desafio para os

colaboradores e uma oportunidade de impulsionar a sua carreira profissional.

Nesta orientação de estar próximo das necessidades do negócio, a Formação deu um contributo de relevo, tendo-se concretizado mais de 350.000 horas de formação.

O desenvolvimento de competências comerciais e de produtos e a área de Compromisso e Valores Corporativos mereceram particular atenção tendo representado 39% e 27% respectivamente, da formação ministrada totalizando cerca de 100.000 horas.

De destacar o apoio dado à implementação do Projecto Partenon, plataforma única geradora de sinergias e de uma maior agilidade no negócio e na qualidade de serviço ao cliente, que envolveu cerca de 1.500 assistentes nas 12.000 horas de formação realizadas.

De salientar ainda o envolvimento de toda a rede de balcões para a formação no Programa Arte, cuja participação ascendeu a 1.600 colaboradores (mais de 22.000 horas de formação ministradas).

Merece particular destaque a implementação da Plataforma Corporativa Santander *Learning*, ambiente *on-line* de formação disponível para todos os colaboradores, um passo importante para a transmissão homogénea da Cultura e Conhecimento do Grupo e para a partilha sistemática de melhores práticas.

Nº Horas de Formação	355.600
Nº Horas de Formação por Colaborador	63
Investimento Formação	2,7 milhões
Investimento Formação / Massa salarial	1,36%
% Formação e-learning	14%

“Reinventar os Negócios” foi o tema central da 3ª edição da Conferência Gestão no Feminino, que contou com a participação de mais de 150 Directivas e em que uma vez mais se reforçou a importância do papel das mulheres na condução das empresas, um evento que denota a atenção dada à Política de Igualdade de Género. Hoje, as Mulheres representam 45,6% do efectivo do Banco.

Teve também lugar a 1ª Conferência para Directivos sobre Políticas de Gestão de Recursos Humanos, numa sessão de “transferência” para os cerca de 100 gestores das

políticas que queremos ver cimentadas na gestão das equipas.

Na relação estreita com Universidades, manteve-se o Programa Bolsa de Valores, tendo concedido cerca de 350 estágios a jovens recém-formados.

Conciliação

Em 2010, o Santander Totta voltou a reforçar as medidas que permitem proporcionar aos seus colaboradores condições para conciliarem a sua vida profissional e a sua vida pessoal, tendo implementado duas novas iniciativas: (i) a dispensa concedida aos pais para que possam acompanhar os seus filhos durante o 1º dia de escola no 1º ano de escolaridade; (ii) a concessão de um dia ou dois meios-dias por ano aos pais que façam parte dos órgãos sociais das Associações de Pais para permitir uma participação mais activa na vida das escolas.

O interesse demonstrado pelos participantes nas acções de “Coaching Parental” implicou a reedição deste programa com novas acções em Vila Real, Mesão Frio e Aveiro para colaboradores que não tinham tido oportunidade de participar na 1ª edição e acções de 2º nível em Lisboa e Porto.

Em linha com o que tem sido prática nos últimos anos, o Banco decidiu considerar favoravelmente os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito habitação à taxa ACT, tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 68 milhões de euros, e possibilitando deste modo um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar.

Os filhos dos colaboradores continuaram a ter uma atenção particular, mantendo-se o prémio “Melhores Alunos” que distinguiu 12 filhos de colaboradores que terminaram o 12º ano com média superior a 16 valores tendo sido também concretizados os já habituais programas de ocupação de férias de filhos de colaboradores, na Páscoa e Natal, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

O caminho que o Santander Totta tem vindo a fazer ao nível da conciliação foi, este ano, reconhecido com a atribuição do prémio “Empresa Mais Familiarmente Responsável”, em Maio, pela Deloitte e AESE e obter, em Novembro, a Certificação pela Fundación Más Familia como “Empresa Familiarmente Responsável – EFR”.

O Banco foi a 1ª empresa em Portugal a obter esta certificação, uma distinção que atesta a consistência da linha de actuação que tem vindo a ser seguida em matéria de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e que reforça o objectivo de sermos um empregador de referência em Portugal.

Programa Santander És Tu

O contínuo desenvolvimento de iniciativas que têm por objectivo reforçar as vantagens de trabalhar no Santander e promover o diálogo entre os directivos e as suas equipas constituem os traços dominantes do Programa “Santander És Tu” que é já uma marca reconhecida e distinguida no mercado, pela diferença que o Santander Totta tem vindo a introduzir no modelo de Gestão das Pessoas, destacando-se no panorama da gestão em Portugal.

A realização de mais uma edição da “Semana Santander És Tu”, que este ano se desenrolou sob o mote “Santander Faz Bem” constituiu o ponto alto deste programa, concentrando uma série de actividades que envolvem todos os colaboradores dos mais distintos patamares e sintetizam o espírito associado a esta “marca”, merecendo particular destaque o “Dia do Colaborador” dedicado à saúde e bem-estar, o “Contacto Directo” com a visita dos Administradores a Balcões e Serviços Centrais dos diversos distritos do país, e o “Mega Intercambio” que permite que os colaboradores conheçam na prática outros serviços.

Foi mantido o esforço de comunicação interna com os colaboradores, o que é demonstrado pelas mais de 250 notícias publicadas durante o ano e que permitem manter um permanente fluxo de informação interna com as equipas.

Implementar e desenvolver várias iniciativas que contribuem decisivamente para uma melhoria das condições de vida de populações necessitadas e desfavorecidas constitui já uma prática que dá corpo à Solidariedade, uma das vantagens de pertencer ao Santander. “Reciclar, Recuperar, Reutilizar telemóveis velhos”, “Limpar Portugal”, “Um Livro por um Sorriso”, uma campanha de recolha de presentes para crianças institucionalizadas, a iniciativa “Pão de Todos” (este ano em Lisboa e no Porto) e uma campanha de recolha de alimentos para o Banco Alimentar foram as acções concretizadas em 2010, às quais os colaboradores responderam com particular entusiasmo e empenho.

Tecnologia e Sistemas

A área de Tecnologia e Sistemas de Negócio do Santander Totta, em articulação com a Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, é responsável pela identificação dos meios tecnológicos necessários ao Sistema de Informação junto das áreas utilizadoras de forma a melhor adequar as respectivas plataformas de *hardware*, *software* e comunicações, potenciando todas as vantagens em termos de escala, novas tecnologias e gestão integrada de recursos, assim como pelo desenho

dos processos de negócio, implementação de projectos e controlo operativo da rede.

No âmbito da estratégia global do Grupo Santander de deter uma plataforma tecnologicamente uniformizada para todas as unidades do grupo, prosseguiu-se com o projecto Partenón/Alhambra e na sequência das aplicações já migradas no ano anterior, concluiu-se em Outubro a migração do sistema de empréstimos por vagas sistematizadas de balcões e prosseguiu-se a implementação do sistema de transferências nacionais e internacionais, cuja migração foi concluída em cerca de 398 balcões até ao final de Dezembro com o objectivo de integrar, padronizar e melhorar os serviços aos seus clientes. Neste processo, a área de Processos e de Implementação teve uma intervenção crítica ao redefinir todo o modelo operativo, preparar a mudança operativa, formando as equipas e apoiando a rede na implementação das alterações operativas que o novo sistema exigiu.

Com o objectivo de continuar a assegurar o alinhamento das ferramentas tecnológicas com as necessidades de negócio, prosseguiram os investimentos em áreas estratégicas com prioridade para os projectos de natureza legislativa, regulamentar e de gestão do risco, com um investimento global, excluindo o Projecto Partenón/Alhambra, de 200 mil horas de desenvolvimento de *software*, envolvendo perto de 370 projectos dos quais mais de 260 se encontravam terminados e em pleno funcionamento, no final de Dezembro.

Destaca-se o Gestor de Pagamentos e Cobranças, plataforma *online* integrada no NetBanco Empresas, que permite otimizar a gestão de tesouraria de uma empresa disponibilizando para o efeito as seguintes funcionalidades:

- Gestão automatizada dos pagamentos e cobranças,
- Emissão automática de facturas;
- Reenvio automático de cobranças;
- Consulta e actualização da posição da conta de clientes e fornecedores;
- Relatórios com informação de gestão.

Por outro lado, lançou-se a Plataforma de Gestão de Contactos a Clientes, que permite a gestão integrada e coordenada dos contactos a clientes através dos diferentes canais, assegurando que um cliente não é contactado em excesso nem com mensagens incoerentes, permitindo a cada canal possuir informação actualizada sobre os clientes já contactados e *feed-back* desse mesmo contacto.

Com vista à implementação das medidas decorrentes de Basileia, desenvolveram-se vários projectos que permitiram dar sólidos passos no cumprimento dos requisitos de Basileia.

Privilegiando as disciplinas de *compliance*, continuidade operacional e qualidade, desenvolveram-se e foram implementadas, durante o ano de 2010, um conjunto de medidas que visam melhorar a gestão eficiente e sustentável das tecnologias de informação, com o objectivo de reduzir gradualmente os níveis de risco operacional da actividade e garantir a sustentabilidade e continuidade do negócio. Nesta linha destaca-se a realização de diversos testes de “Disaster Recovery”, visando assegurar a reposição dos sistemas de informação em caso de desastre.

Nas áreas de processos de negócio e implementação foram desenvolvidos vários projectos de reorganização interna, alcançando resultados muito relevantes na simplificação e optimização de tarefas e recursos e na reorganização e normalização de processos e coordenação de novos projectos transversais ao Banco.

Qualidade

A qualidade de serviço e a excelência no atendimento são parte integrante da política de qualidade e objectivos do Santander Totta, como elemento de fidelização dos clientes e de diferenciação da concorrência.

Conhecer bem o cliente e conquistar uma relação de confiança é um importante factor de retenção de clientes e, não menos importante, de satisfação do cliente.

Neste sentido, e após o Plano Contacto de 2008, foram desenvolvidas mais um conjunto de acções que abrangeram todos os colaboradores do Banco, incluindo todos os níveis hierárquicos, denominado “Plano Contacto II”, tendo-se realizado mais de 870 sessões em toda a estrutura do Banco, envolvendo todas as áreas de negócio do Banco e serviços centrais.

O “Plano Contacto II” teve como objectivo uma maior sensibilização de todos os colaboradores para a importância da qualidade de serviço, e conhecimento e confiança dos clientes como factores essenciais para a sua satisfação e fidelização.

Experiência do cliente

Em 2010, o Banco iniciou um projecto de experiência do cliente (PEC). Com este projecto pretende-se melhorar a experiência dos clientes começando por actuar nos aspectos menos positivos que foram identificados, através de “Focus Group” com clientes, inquéritos externos, uma nova ferramenta implementada no final de 2009 que permite o controlo de todas as incidências de clientes e uma identificação dos temas que mais perturbam a relação dos clientes com o Banco.

Foram assim definidos um conjunto de temas e respectivas acções de melhorias das quais uma grande percentagem foi implementada ainda em 2010.

O projecto Radar deu também um contributo para o PEC identificando situações em processos que resultavam numa menor qualidade de serviço aos clientes.

Certificação

Em 2010 o Banco viu renovada a sua certificação de conformidade com a norma ISO 9001-2008, sendo este um corolário de 3 anos de melhorias implementadas no Sistema de Gestão de Qualidade.

Reclamações

No que respeita a reclamações de clientes registou-se uma diminuição das reclamações formais recebidas apesar do clima desfavorável que se viveu ao longo do ano.

O Santander Totta assume nas reclamações uma importante fonte de detecção de potenciais problemas e reais oportunidades de melhorar a relação com os seus clientes.

Redes comerciais

Ao nível das redes comerciais, Particulares e Negócios e Rede de Empresas, mantém-se o funcionamento pleno do META 100, indicador que incorpora diferentes avaliações (métricas operativas e de satisfação de clientes), continuando a apresentar uma evolução muito positiva no ano 2010.

A percentagem de balcões que apresentam valores no Indicador META 100 considerados superiores (indicador $\geq$ 90 pontos) cresceu, em 2010, cerca de 81% o que revela uma muito boa evolução. Ao nível dos centros de Empresas o crescimento foi de 20%.

Por outro lado a percentagem de clientes que recomendam o Banco aumentou para 89%.

A Direcção de Qualidade prosseguiu a sua política de avaliação sistemática da satisfação de clientes e dos níveis de serviço prestado pela rede de balcões tendo sido efectuadas mais de 66.000 inquéritos telefónicos de satisfação a clientes e mais de 6.000 contactos mistério (presenciais ou telefónicos).

Posicionamento

Em 2010, foi efectuado um estudo de posicionamento mais completo, que deu informação muito relevante sobre o comparativo do Banco com os concorrentes. Este estudo surge também na procura de uma matriz corporativa que permita comparar o posicionamento dos vários bancos do Grupo nos vários mercados onde o grupo está presente.

Actividade Consolidada

Introdução

Num enquadramento económico e financeiro difícil, traduzido num abrandamento da actividade económica, deterioração dos níveis de liquidez nos mercados e aumento do incumprimento das famílias e empresas, o Santander Totta manteve uma política de crescimento equilibrado da actividade, principalmente focada no crescimento de recursos em balanço, e de gestão prudente no que respeita ao risco e liquidez. Tal permitiu o reforço dos seus rácios de capital, eficiência e rentabilidade, tendo alcançado, no final de 2010, um core capital de 10,3% (+1,1p.p), um Tier I de 11,2% (+0,2p.p), um rácio de eficiência recorrente de 45,7% e um ROE de 15,3%.

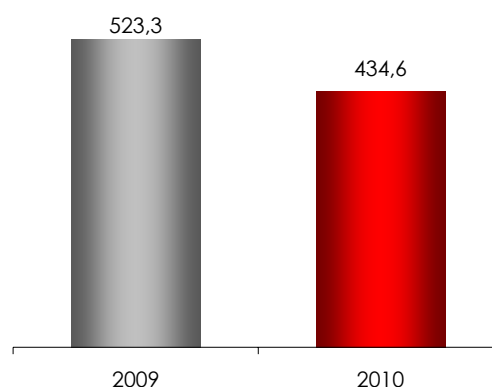
O Santander Totta finalizou o exercício de 2010 com um resultado líquido consolidado de 434,6 milhões de euros, que compara com 523,3 milhões de euros contabilizados no ano anterior o que representa um decréscimo de 16,9%, explicado, por um lado, por menores resultados ao nível da margem financeira em virtude do abrandamento do crescimento do crédito e pressão sobre *pricing* de recursos em balanço bem como do aumento dos custos de financiamento estrutural, e, por outro lado, pelo reforço de provisões e imparidades no período.

Reflexo de um forte abrandamento da actividade económica, o Santander Totta direccionou a sua estratégia para um crescimento selectivo, de apoio ao sector empresarial, mediante uma avaliação rigorosa do

risco associado aos financiamentos, evidenciando um aumento de 3,8% em grandes empresas. Os recursos de clientes aumentaram 4,0%, com destaque para o segmento de empresas com um crescimento de 30,4% e de particulares que cresceu 4,2% face ao período homólogo.

No seguimento de uma política de liquidez adequada, o Santander Totta efectuou durante o ano de 2010 uma emissão de obrigações hipotecárias, a 3 anos, de mil milhões de euros. O Banco prosseguiu uma política de reforço de activos elegíveis para financiamento junto do Banco Central Europeu, que no final de 2010 atingiu o montante bruto de 15,6 mil milhões de euros.

Resultado Líquido (milhões de euros)



Demonstração de Resultados (Proforma)

milhões de euros	2010	2009	Var.
Margem Financeira Estrita	721,8	800,4	-9,8%
Rendimento de Instrumentos de Capital	4,5	5,6	-21,0%
Margem Financeira	726,2	806,0	-9,9%
Comissões Líquidas e Out.Result. Actividade Bancária	343,2	334,0	+2,8%
Actividade de Seguros	38,3	35,5	+7,8%
Margem Comercial	1.107,8	1.175,6	-5,8%
Resultado de Operações Financeiras ⁽¹⁾	60,6	89,3	-32,2%
Produto Bancário	1.168,3	1.264,9	-7,6%
Custos Operacionais	(534,0)	(551,4)	-3,2%
Custos com Pessoal	(308,3)	(316,9)	-2,7%
Gastos Gerais	(158,7)	(165,5)	-4,1%
Amortizações	(67,0)	(69,0)	-2,9%
Resultado de Exploração	634,3	713,5	-11,1%
Imparidade e Outras Provisões e Resultados ⁽¹⁾	(91,2)	(77,5)	+17,7%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	543,1	635,9	-14,6%
Impostos	(103,7)	(105,4)	-1,6%
Resultado Após Impostos	439,3	530,6	-17,2%
Interesses Minoritários	(4,7)	(7,3)	+35,6%
Resultado Consolidado do Exercício	434,6	523,3	-16,9%

(1) Inclui a reclassificação da mais valia da venda da participação no Banco Caixa Geral Totta Angola (28,1 ME em 2009 e 54,0 ME em 2010) e das mais valias da venda da carteira (4,3 ME em 2009 e 0,1 ME em 2010) e a reclassificação da valorização das acções da Unice (21,2 ME em 2010), de ROF's para Imparidade e outras provisões.

A evolução do resultado líquido foi determinada pelo decréscimo da margem financeira e dos resultados de operações financeiras e pelo reforço do provisionamento, não obstante os resultados favoráveis registados em comissões, actividade de seguros e custos operativos.

A margem financeira estrita, principal componente das receitas, ascendeu a 721,8 milhões de euros, reflectindo uma diminuição de 9,8%, face a 2009, a qual resulta do abrandamento do ritmo de crescimento do volume de crédito, do estreitamento dos *spreads* dos recursos de clientes, reflectindo um contexto fortemente concorrencial na captação dos mesmos, da limitação no acesso e aumento do custo de *funding* e do menor resultado da cobertura de balanço que favoreceu 2009 devido ao desfasamento temporal entre o *repricing* de crédito e a descida da Euribor.

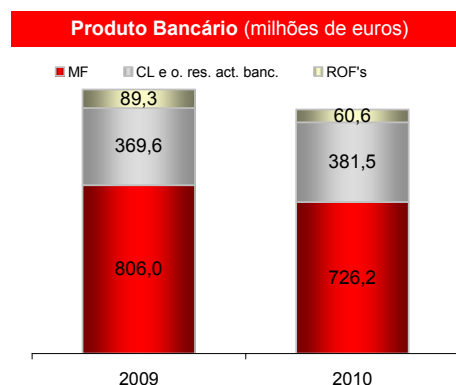
As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária cifraram-se em 343,2 milhões de euros, valor que compara com 334,0 milhões de euros em igual período do ano anterior, crescendo 2,8%. Para este desempenho destaca-se a evolução favorável das comissões de fundos de investimento, de seguros financeiros e da banca de investimento.

A actividade de seguros atingiu 38,3 milhões de euros, crescendo 7,8% face ao período homólogo, resultando

do incremento da margem técnica dos seguros financeiros e de risco associados ao crédito à habitação.

Os resultados em operações financeiras situaram-se em 60,6 milhões de euros, equivalente a um decréscimo face ao período homólogo de 32,2%, mas representando apenas 5% na geração de proveitos do Banco devido aos menores resultados da actividade com clientes.

A evolução registada ao nível da margem financeira e dos resultados de operações financeiras levou a que o produto bancário registasse um decréscimo de 7,6%, ascendendo a 1.168,3 milhões de euros no final de 2010 (1.264,9 milhões de euros em 2009).

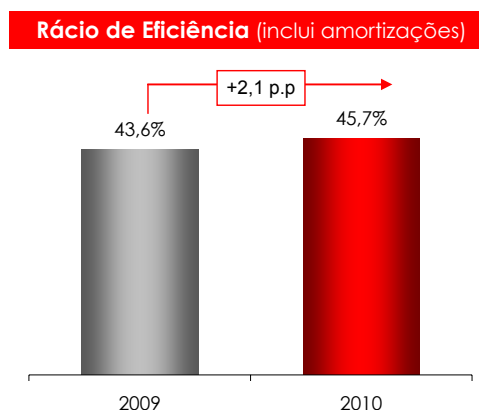


Os custos operacionais que agregam os custos com pessoal, os gastos gerais e as amortizações, somaram 534,0 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 3,2%, traduzindo a manutenção de uma política de controlo rigoroso dos custos, particularmente

numa conjuntura de fraca evolução do produto bancário. No final de 2010, a rede comercial do Banco perfazia um total de 758 pontos de atendimento.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Custos com Pessoal	308,3	316,9	-2,7%
Gastos Gerais	158,7	165,5	-4,1%
Custos de Transformação	467,1	482,4	-3,2%
Amortizações	67,0	69,0	-2,9%
Custos Operacionais	534,0	551,4	-3,2%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	40,0%	38,1%	+ 1,9 p.p.
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	45,7%	43,6%	+ 2,1 p.p.

Em resultado de um decréscimo das receitas superior ao registado ao nível dos custos operativos o rácio de eficiência (com amortizações) cresceu 2,1p.p. passando de 43,6% em 2009 para 45,7% em 2010.



No que diz respeito à produtividade, o Santander Totta apresentou indicadores favoráveis.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Crédito ⁽²⁾ por Empregado	5,9	5,8	+ 1,7%
Recursos por Empregado	4,6	4,4	+ 4,4%
Crédito ⁽²⁾ por Ponto de Atendimento ⁽¹⁾	46,0	45,2	+ 1,7%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽¹⁾	35,6	34,1	+ 4,3%

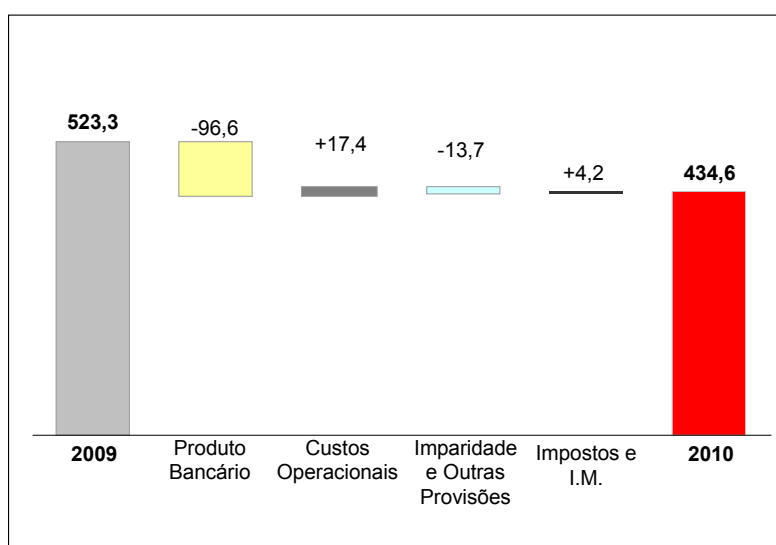
(1) Inclui agências (em Portugal e no exterior), centros empresa, sucursais e escritórios de representação

(2) Inclui garantias

As imparidades, provisões líquidas e outros resultados, que incluem a reclassificação dos montantes não recorrentes, ascenderam a 91,2 milhões de euros, traduzindo-se num reforço de 13,7 milhões de euros face ao registado em 2009, reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à conjuntura macroeconómica vigente mas também de um envelhecimento da carteira de crédito vencido.

O resultado líquido em 2010 incorpora a contabilização de uma mais-valia de 21,2 milhões de euros pelo aumento de participação do Banco na Unicre e a consequente reavaliação bem como uma mais-valia de 54,0 milhões de euros decorrente da redução da exposição no Banco Totta Angola (em 2009 já havia sido registada uma mais-valia de 28,1 milhões de euros).

Evolução do Resultado Líquido (milhões de euros)



Balanço e Actividade

A evolução da actividade em 2010 foi condicionada pelas fortes restrições nos mercados de dívida institucional e nos mercados monetários em virtude do agravamento das tensões de dívida soberana de Portugal e de outros países da zona euro.

Neste enquadramento de grande escassez de liquidez, o Santander Totta prosseguiu uma política de concessão de crédito selectiva mantendo simultaneamente o foco na captação e retenção de recursos em balanço.

<i>milhões de euros</i>	2010	2009	Var.
Volume de Negócio	61.979	60.565	+ 2,3%
Crédito Bruto (inclui garantias e avals)	34.898	34.514	+ 1,1%
Crédito Bruto ⁽¹⁾	33.351	32.906	+ 1,4%
<i>do qual</i>			
Banca Comercial	29.114	28.753	+ 1,3%
Crédito a PME's	10.416	10.231	+ 1,8%
Negócios	4.119	4.089	+ 0,7%
Rede Empresas	6.297	6.142	+ 2,5%
Crédito a Particulares	18.698	18.522	+ 1,0%
<i>do qual</i>			
Habitação (incluindo securitização)	16.452	16.236	+ 1,3%
Consumo	1.610	1.638	-1,7%
Grandes Empresas	3.900	3.757	+ 3,8%
Recursos de Clientes	27.081	26.051	+ 4,0%
Banca Comercial	23.041	21.821	+ 5,6%
Recursos de Particulares e Negócios	21.569	20.692	+ 4,2%
Depósitos	13.788	12.271	+ 12,4%
Titulos colocados em clientes, seg.capitalização e outros	7.781	8.422	-7,6%
Recursos de Empresas	1.472	1.129	+ 30,4%
Recursos de GE's, Institucionais e Outros	4.040	4.230	-4,5%

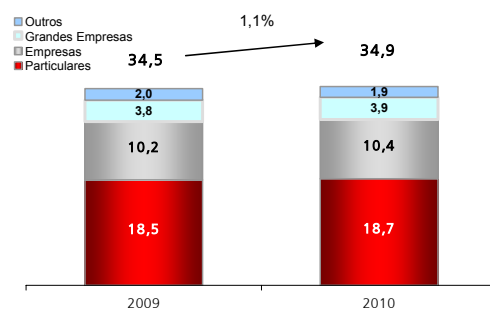
Em Dezembro de 2010, o volume de negócio ascendeu a 62,0 mil milhões de euros, traduzindo um incremento homólogo de 2,3%, para o qual contribuiu o crédito (incluindo garantias), que subiu 1,1% para um total de 34,9 mil milhões de euros, e os recursos de clientes com um crescimento de 4,0%, totalizando 27,1 mil milhões de euros, salientando-se o crescimento dos depósitos de 12,4%.

Num enquadramento económico caracterizado por uma menor procura de crédito e de maiores restrições à concessão do mesmo, o crescimento da carteira de crédito foi suportado pelo segmento empresarial registando-se um crescimento de 3,8% no segmento de Grandes Empresas e pelo crédito concedido a PME's que aumentou 1,8%. O Banco manteve-se bastante activo na dinamização das linhas PME Invest, com uma quota de mercado de 16,2%.

O crédito concedido ao segmento de particulares atingiu 18,7 mil milhões de euros registando um crescimento face ao período homólogo de 1,0%, impactado pela desaceleração do ritmo de crescimento do crédito à habitação, o qual aumentou 1,3% atingindo os 16,5 mil milhões de euros, em consonância com a retracção do sector imobiliário e a diminuição do poder de compra dos particulares.

O crédito ao consumo continua a revelar sinais de abrandamento registando uma taxa de variação homóloga de -1,7%.

Crédito a clientes* (mil milhões de €)



* Incluindo securitização e garantias

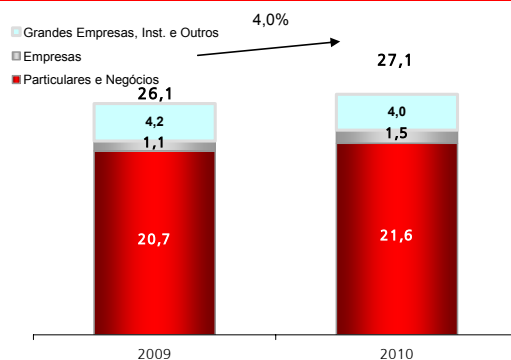
A deterioração da actividade económica e o aumento dos níveis de desemprego levaram ao agravamento dos indicadores de qualidade de risco da carteira de crédito, no entanto o Santander Totta continua a apresentar valores de cerca de metade da média do sistema bancário. Em Dezembro de 2010, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias no crédito total fixou-se em 1,34% (+0,19p.p face ao período homólogo). O respectivo nível de cobertura por provisões situou-se em 127,2% (135,9% em 2009).

O rácio de crédito em incumprimento em percentagem do crédito total, calculado de acordo com a definição do Banco de Portugal, atingiu 1,36% no final de 2010, acima de 1,17% apurado em 2009, o que não deixa de ser positivo tendo em conta o actual ciclo económico.

	2010	2009	Var.
Crédito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	1,43%	1,22%	+ 0,21 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,34%	1,15%	+ 0,19 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,36%	1,17%	+ 0,20 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	119,5%	128,6%	-9,1 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	127,2%	135,9%	-8,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	125,8%	133,6%	-7,8 p.p.

Os recursos de clientes alcançaram 27,1 mil milhões de euros, subindo 4,0% face ao período homólogo.

Recursos de clientes (mil milhões de €)



Num enquadramento de escassez de liquidez nos mercados de financiamento internacional, a evolução dos recursos de clientes do Santander Totta assume particular importância, com um crescimento de 4,2% no segmento de particulares e negócios (que representam 79,6% dos recursos totais), em relação a 2009.

Os recursos em balanço ascendem a 17,5 mil milhões de euros, representando 65% do total de recursos

captados de clientes, e registaram um crescimento de 11,0%, enquanto os recursos fora do balanço totalizaram 9,5 mil milhões de euros, tendo decrescido 7,0% face ao registado em 2009, resultante do decréscimo registado em fundos de investimento.

Tal evolução permitiu a redução do *gap* comercial em cerca de 1,3 mil milhões de euros (-7,6%),

<i>milhões de euros</i>	2010	2009	Var.
Recursos de Clientes	27.081	26.051	+ 4,0%
Recursos em Balanço	17.577	15.830	+ 11,0%
Depósitos	17.018	15.052	+ 13,1%
Débitos representados por títulos colocados em clientes	559	778	-28,2%
Recursos fora do Balanço	9.503	10.221	-7,0%
Fundos de investimento	4.524	5.379	-15,9%
Património gerido de clientes	131	122	+ 7,1%
Seguros e outros recursos	4.848	4.719	+ 2,7%
Por Segmento:			
Recursos de Clientes	27.081	26.051	+ 4,0%
Banca Comercial	23.041	21.821	+ 5,6%
Recursos de Particulares e Negócios	21.569	20.692	+ 4,2%
Depósitos	13.788	12.271	+ 12,4%
Títulos colocados em clientes, seg.capitalização e outros	7.781	8.422	-7,6%
Recursos de Empresas	1.472	1.129	+ 30,4%
Recursos de GE's, Institucionais e Outros	4.040	4.230	-4,5%

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

Em Dezembro de 2010, reflectindo a solidez financeira do Santander Totta, os rácios Core Capital e Tier I situaram-se em 10,3% e 11,2% respectivamente, incluindo a retenção do resultado gerado (9,2% e 11,0% em 2009). Excluindo os resultados gerados os rácios Core Capital e Tier I atingiram 9,4% e 10,7%, respectivamente (8,3% e 10,0% em 2009).

Os rácios de solvabilidade são calculados no enquadramento regulamentar de Basileia II, com a aplicação do método de notações internas (IRB *advanced*) no cálculo dos requisitos de fundos próprios para parte substancial da carteira de crédito, tendo sido utilizado o método do indicador básico para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional. A partir de Dezembro de 2010 o risco de mercado, que anteriormente era calculado segundo o método standard, passou a ser calculado por modelos internos para a maior parte dos FEI's e derivados.

<i>milhões de euros</i>	2010	2009	Var.
Total de Fundos Próprios	2.710	3.140	-13,7%
Fundos Próprios de Base	2.719	2.896	-6,1%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-9	244	-103,9%
Activos e Extrapatrimoniais Ponderados	24.355	26.405	-7,8%
Rácio Core Capital	10,3%	9,2%	+1,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	11,2%	11,0%	+0,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	11,1%	11,9%	-0,8 p.p.

Gestão de Risco

Introdução

Na linha da política corporativa do Grupo em que se insere, a qualidade na gestão do risco no Santander Totta constitui um eixo fundamental de actuação. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande volatilidade nos mercados financeiros.

Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

No exercício de 2010, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

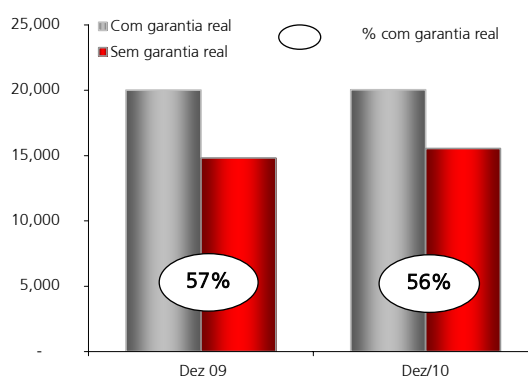
- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento do risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço da qualidade dos instrumentos de análise de admissão dos riscos, ajustados e diferenciados em função de cada um dos segmentos, permitindo incrementar a qualidade da admissão e seguimento dos riscos com a consequente melhoria da qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se uma actuação preventiva, procurando antecipar os problemas, a qual permitiu manter níveis reduzidos de morosidade e crédito vencido. Simultaneamente deu-se continuidade ao apoio às redes comerciais nos objectivos de crescimento do produto bancário e da carteira de negócios: Rones, Visitas a Clientes, pré-classificações, binómios risco-comercial e de negócios;
- Nos riscos standardizados, prosseguiu-se a modernização das ferramentas informáticas com reforço da utilização de sistemas automáticos com destaque para o *scoring* comportamental Triad instrumento com carácter mais preditivo e que possibilita uma intervenção mais proactiva junto dos clientes, potenciando o crescimento do negócio, o reforço da qualidade de serviço prestado e a preservação da qualidade da carteira;
- Ao nível da função de seguimento, mantém-se o foco permanente na melhoria do conhecimento da carteira e da qualidade da informação de gestão,

procurando-se evitar entradas em incumprimento e, no caso de irregulares, tendo uma acção proactiva no seu saneamento com reforço da política de acordos de reestruturação;

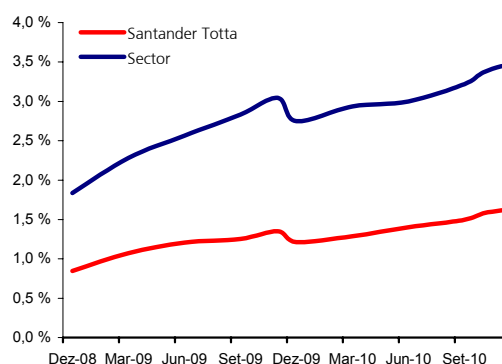
- Maior enfoque de recuperações, reforçando-se a negociação e a obtenção de dações em pagamento como alternativa à actuação judicial.

Indicadores

Evolução da carteira de crédito (milhões €)



Rácios de Crédito Vencido



Fonte: Banco de Portugal

Modelo de risco

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das

obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, tem atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas especializados nesta tipologia de riscos.

Ferramentas de classificação (*rating / scoring*)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco País, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos.

Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a

obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigiam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como são exemplo o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes.

Desta forma, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o momento do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

Estes factores constituem os principais parâmetros de risco de crédito. A sua combinação permite o cálculo da perda provável ou perda esperada, a qual é considerada como mais um custo de actividade, reflectindo o prémio de risco, sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

São estes parâmetros que permitem também o cálculo da perda inesperada que é a base de cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Esta perda inesperada reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do

rating, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Escala de *rating*

Com a finalidade de estabelecer uma equivalência entre os *ratings* internos dos diferentes modelos existentes – corporativo, risco país, instituições financeiras, etc. – e permitir a sua comparação com os *ratings* externos atribuídos pelas agências internacionais, o Banco utiliza uma tabela de equivalência.

A equivalência estabelece-se através das probabilidades de incumprimento associadas aos *ratings* internos com as taxas de incumprimento associadas aos *ratings* externos (periodicamente publicados pelas agências de *rating*).

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o

CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação no Santander Totta.

Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco. Isto implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade.

Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro

da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio.

Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2010 manteve-se uma exposição reduzida com entidades financeiras. Relativamente à exposição com entidades não financeiras verificou-se um incremento devido à evolução das taxas de juro do Euro, observando-se um volume reduzido de novos contratos.

Santander Totta SGPS

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2010 (Milhares de Euros)

Total Consolidado					
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	11 296	329 988	169 184	1 193 789	1 704 258
Derivados Taxa de Câmbio	7 832	7 272	62 523	0	77 627
Derivados Equity	3 166	36 662	0	0	39 828
Total	22 294	373 922	231 708	1 193 789	1 821 713

Grupos Financeiros					
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	3 844	1 438	4 430	0	9 711
Derivados Taxa de Câmbio	0	0	0	0	0
Derivados Equity	0	36 473	0	0	36 473
Total	3 844	37 911	4 430	0	46 184

Grupos Não Financeiros					
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	7 453	328 550	164 755	1 193 789	1 694 547
Derivados Taxa de Câmbio	7 832	7 272	62 523	0	77 627
Derivados Equity	3 166	190	0	0	3 355
Total	18 451	336 011	227 278	1 193 789	1 775 529

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O segmento de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados da actividade bancária em que o Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de balanço: o risco de juro e liquidez surge em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, incluem-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço da actividade bancária do Santander Totta.
- Riscos Estruturais:
 - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;

- Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em companhias que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia padrão, aplicada no exercício de 2010, no âmbito da actividade bancária do Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de simulação histórica, com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as actividades. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre

condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Back-testing*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *back-testing*. O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *back-testing* que são realizadas no Santander Totta, para a actividade bancária, cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *back-testing* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

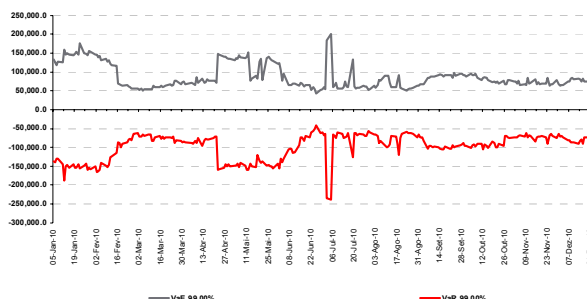
Limites

Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV ou gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2010, quantificado através do VaR e do VaE, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre 42 mil euros e 240 mil euros.

Risco de Balanço

As decisões sobre gestão do risco estrutural são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, no qual participam os órgãos directivos máximos do Grupo. O comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2009, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis baixos.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez prosseguida assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos

instrumentos de financiamento a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com mais qualidade.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

Todos os processos de gestão de liquidez do Santander Totta centram-se na prevenção de crises e não na reacção às mesmas. Esta ideia é subjacente ao plano de contingência que se centra em modelar potenciais crises através da análise de diversos cenários, na identificação do tipo de crises, na definição das comunicações internas e externas, assim como das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

Durante o ano de 2010, contribuiu para o equilíbrio estrutural: uma emissão de obrigações hipotecárias de mil milhões de euros, emissões ao abrigo do programa de EMTN de 763 milhões de euros e a emissão de passivos de médio longo prazo, sob a forma de depósito ou obrigação, colocados junto dos clientes de retalho.

Ao longo do ano, o BCE assumiu-se como contraparte do sistema, através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. No final de 2010, o Banco tinha 15,6 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma almofada de liquidez significativa, diminuindo consideravelmente o risco de liquidez. Há também a considerar a possibilidade de o Banco recorrer à emissão até 2 mil milhões de euros no âmbito da garantia do Estado Português.

Risco Operacional

O Santander Totta define o risco operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Trata-se em geral de um risco que se encontra presente nos processos gerados internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional baseia-se fundamentalmente na identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação do respectivo risco.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional está baseado na gestão directa e activa por parte de todas as áreas na totalidade das fases do ciclo operacional e que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidade, existindo uma área central que controla e supervisiona, sendo responsável pela implementação do projecto corporativo.

O modelo de gestão de risco operacional implementado tem as seguintes vantagens:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional;
- Permite um melhor conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e a sua atribuição às linhas de negócio de suporte.

Por outro lado, o Marco de Gestão define as directrizes de gestão, de forma que o controlo deste risco seja determinado pela Alta Direcção da organização. O modelo, no seu conjunto, cumpre os requisitos estabelecidos por Basileia II, bem como os estabelecidos pelo Banco de Portugal.

A implementação e constante melhoria do Marco de Gestão permitem alcançar os seguintes objectivos:

- Identificar, avaliar e realizar o seguimento dos riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, facilitando a tomada de decisões de gestão ao permitir que se estabeleçam prioridades de maneira mais eficaz;
- Controlar e mitigar os riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, identificando e eliminando os focos de risco.

Permitindo desta forma:

- Gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, avaliação, prevenção, controlo/mitigação, seguimento e reporte);

- Melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio;
- Melhoria dos processos e controlos e redução de perdas.

No âmbito do Risco Operacional:

- Estão designados coordenadores de risco operacional em todas as áreas relevantes;
- São elaborados questionários de autoavaliação em que se identificam as situações de potencial risco e consequente aplicação de recomendações e medidas correctivas;
- Estão definidos indicadores quer de controlo quer de actividade que são reportados periodicamente pelas respectivas áreas, existindo uma base de dados de eventos de erros e incidências operativas com reporte mensal;
- Os eventos são identificados e classificados de acordo com as categorias de risco e linhas de negócio definidas em BIS II;
- São identificados e analisados os eventos mais significativos e mais frequentes, com a adopção de medidas de mitigação;
- É realizada uma conciliação entre a Contabilidade e Base de Dados, de forma a garantir a fiabilidade da informação;
- Sobre o registo de eventos são estabelecidos mecanismos de informação e reporte que incluem tanto a situação actual como a tendência ou evolução por comparação com exercícios anteriores.
- Estão definidos limites de risco operacional que permitem analisar o perfil de risco da instituição.

permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Política de novos produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2010, foi de € 279.892.299,08 (duzentos e setenta e nove milhões, oitocentos e noventa e dois mil, duzentos e noventa e nove euros e oito cêntimos) e o resultado consolidado, em 2010, foi de € 434.627.003 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil e três euros).

O Conselho de Administração vem, nos termos do artigo 19º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1. Reserva Legal: € 27.989.229,91 (vinte sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e vinte e nove euros e noventa e um cêntimos);
2. Distribuição de Dividendos: € 205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de euros), dos quais € 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de euros) já distribuídos a título de dividendos antecipados;
3. Resultados Transitados: € 46.903.069,17 (quarenta e seis milhões, novecentos e três mil e sessenta e nove euros e dezassete cêntimos).

Lisboa, 1 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação Complementar e Anexos

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Banco Santander Totta identifica-se com as Autoridades e a sociedade em geral na preocupação sobre as consequências e malefícios do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade. Deste modo, o Banco segue políticas e critérios de actuação e aplica procedimentos de forma a desenvolver o seu negócio em conformidade com a legislação aplicável, providenciando pela detecção, contenção e impedimento de situações de eventual risco.

O Banco dispõe de regulamentos em linha com o normativo legal, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica afecta exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais, o quadro de pessoal está formado e é actualizado nesta matéria para facilitar a detecção de situações de eventual risco e a comunicação imediata ao órgão competente, dispõe de aplicações informáticas para exploração da movimentação atípica e para a monitorização das transacções de eventual risco, avalia as transacções que se enquadram em tipologias de risco com vista à sua eventual comunicação à Procuradoria-Geral da Republica e à Unidade de Informação Financeira. A efectividade do sistema de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é testada anualmente através de auditoria interna.

As Unidades sedeadas no exterior são seguidas e, através de visitas ou de controlo centralizado, é efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Estas Unidades vêm aplicando os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santusa Holding, S.L.	196.996.017.344	99,848

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I. Modelo de Negócio		
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 24 e 47.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 29.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II. Riscos e Gestão de Riscos		
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 50 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados		
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 50.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira. Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV. Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência		
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 50.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 50.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 50.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V. Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização		
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A:
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e f), 7, 8, 12 e 50.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress cenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 50.
VI. Outros Aspectos Relevantes na Divulgação		
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

Nuno Manuel Amado

Dir. Auditoria Interna – Javier Pliego Alegria

- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

Dir. Coord. Recursos Humanos – Isabel Viegas

- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Gab. Compensação e Informação
- Gab. Formação
- Gab. Gestão de Directivos

Gab. Presidente Comissão Executiva

Dir. Coord. Private Banking Norte – Luís Coimbra

Dir. Coord. Private Banking Sul – Sofia Frère

- Dir. Com. Private Banking Sul 1
- Dir. Com. Private Banking Sul 2

Dep. Apoio ao Negócio Private – Miguel Cordovil

Gab. Gestão de Activos Private

Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio (*) – Nuno Frias Costa

- Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
- Gab. de Governo e Cumprimento
- Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
- Dep. de Processos de Negócio
- Dep. de Meios da Rede

Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança (*) – Pedro Rodrigues

- Gab. Segurança
- Gab. Controlo Financeiro
- Dep. Obras e Manutenção
- Dep. Gestão de Espaços e Património
- Dep. Serviços Gerais

Dir. Coord. Operações (*) – Abel Bernardes

- Gab. Assessoria Técnica
- Dep. Estrangeiro e Pagamentos
- Dep. Operacional de Contas e Mercados
- Dep. de Controlo Operacional e Clientes
- Dep. de Expedição, Arquivo e Compensação
- Dep. Custódia e Liquidação de Valores

Dir. Coord. de Crédito e Hipotecário (*) – Elsa Graça

- Gab. Apoio Jurídico a Empréstimos
- Dep. de Empréstimos e Apoio às Redes
- Dep. de Apoio Técnico a Empréstimos

Dir. de Organização (*) – Francisco Moutinho de Freitas

- Gab. de Estruturas
- Gab. de Planeamento e Controlo

Dir. de Gestão Integral do Gasto (*) – Mário Paulino

- Gab. de Gestão de Compras
- Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

Dir. de Risco Tecnológico e Operacional (*) – Esther Casillas

- Gab. de Risco Operacional
- Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação
- Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

Dir. Coord. Canais Complementares (*) – Joaquim Calça e Pina

- Gab. Contact Center
- Dep. Self-Banking
- Dep. NetB@nco

(*) Relativamente às Direcções assinaladas, o despacho corrente está organicamente atribuído ao Director João Baptista Leite, com reporte directo ao Presidente da Comissão Executiva

António Vieira Monteiro

Gab. Controlo/Função Gestão de Riscos – Manuel Aragão

Dir. Coord. Recuperações – Teresa Ribeiro

- Div. de Telecomunicações
- Dep. de Gestão de Recuperações
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul
- Gab. de Acompanhamento e Controlo Jurídico

Dir. Coord. Riscos Standardizados – Inês Furtado

- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. UDO Negócios Norte
- Dep. UDO Negócios Sul
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

Dir. Coord. Riscos B.Wholesale e Empresas – Amílcar Lourenço

- Gab. Serviços Técnicos
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito – Alfredo Diez

- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Infra-estrutura e Informação de Riscos
- Dep. de Riscos Financeiros
- Dep. de Capital – BIS II

Gab. Planificação e Projectos de Risco – José Leão

Gab. Universidades – Sebastião Beltrão

Conselho Superior de Crédito

José Manuel Elias da Costa

Dir. Coord. Empresas – Norte – Paulo Natal

- Dir. Especialistas-Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Maia
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto



Dir. Com. Empresas Aveiro
Dir. Com. Empresas Viseu
Dir. Com. Empresas Coimbra
Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 2
Dep. Riscos de Empresas Norte
Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Norte
Div. De Middle Office de Empresas Norte

Dir. Coord. Empresas – Sul – António Velez do Peso

Dir. Especialistas-Dinamizadores Sul
Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
Dir. Com. Empresas Montijo
Dir. Com. Empresas Odivelas
Dir. Com. Empresas Estoril
Dir. Com. Empresas Leiria
Dir. Com. Empresas Faro
Dir. Com. Empresas Funchal
Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
Dir. Com. Empresas Rodrigo da Fonseca - Lisboa
Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
Dep. Riscos de Empresas Sul
Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Sul
Div. De Middle Office de Empresas Sul

Gab. De Apoio ao Negócio da Rede Empresas

Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção – António Fontes

Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
Dir. Com. de Fomento à Construção Sul
Dep. Riscos Imobiliários

Dir. Coord. de Clientes Institucionais – Pedro Fialho

Dir. Com. Clientes Institucionais
Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
Gab. Protocolos Colectivos

José Carlos Sítima

Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio – António Terra da Mota

Dep. de Assessoria Corporativa
Dep. de Assessoria da Rede
Gab. De Assessoria à Banca Maiorista Global

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda

Gab. de Cumprimento
Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Gab. de Inspeção – João Pedro Mendes

José Leite Maia

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte – Manuel Cerejeira Castro

Dir. de Empresas - Norte
Dir. de Particulares - Norte
Dir. de Dinamização Premium-Private Norte
Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
Dir. de Controlo de Irregulares - Norte
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul – Jorge Mogo

Dir. de Empresas - Sul
Dir. de Particulares - Sul
Dir. de Dinamização Premium-Private Sul
Dir. Apoio ao Negócio - Sul
Dir. Controlo de Irregulares - Sul
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 18

Dir. Coord. de Seguimento de Negócios – Alberto Moura

Dir. Com. Seguimento de Negócios Norte
Dir. Com. Seguimento de Negócios Sul

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede – Joaquim Filipe

Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede
Dep. Marketing Operacional da Rede
Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede
Gab. de Apoio a Projectos da Rede e Mediação Seguros

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários

Gab. Apoio à Gestão
Dir. Com. PMI Norte
Dir. Com. PMI Sul
Dir. Com. Lojas de Promotores

Dir. Coord. Internacional – Luís Santos

Gab. Apoio e Dinamização da Rede
Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
Dep. Comercial de Emigração

Projecto Vulcão – Paulo Lourenço



Luís Bento dos Santos

Dir. Coord. Qualidade – Otilia Casquilho

Dep. Atenção ao Cliente
Dep. Avaliação e Controlo

Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna – Ana Maria Lima

Gab. Informação e Seguimento – Rui Santos

Gab. Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho

Gab. de Accionistas – José Pacheco

Miguel Bragança

Dir. Coord. Contabilidade e Controlo de Gestão – Luís Dominguez

Gab. Controlo Interno e Normas
Gab. Controlo Prudencial
Div. de Pagamentos
Dep. de Contabilidade
Dep. de Controlo de Gestão
Dep. de Consolidação do Grupo

Dir. Coord. Financeira – Manuel Preto

Dep. Finanças Corporativas
Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade
Dep. Gestão Activos e Passivos
Dep. Mercados de Curto Prazo
Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores
Gab. de Economic Research

Dir. Coord. Marketing

Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos
Dep. Publicidade e Comunicação

Dir. Produtos e Serviços de Particulares – Alexandra Brandão

Gab. Passivo e Preçário
Gab. Crédito ao Consumo
Gab. Crédito Hipotecário

Dir. Produtos e Serviços de Empresas – Inês Oom de Sousa

Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias
Gab. Banca Transaccional
Gab. Negócio Internacional
Div. Customer Service

Dir. Meios de Pagamento – Inês Gouveia

Gab. Técnico e de Controlo
Gab. de POS
Gab. Risco de Cartões
Div. Operacional de Meios de Pagamento
Dep. de Cartões

Dir. Estudos e CRM – Sara Fonseca

Gab. Técnico e de Suporte
Gab. Analítico e de Estudos

Pedro Castro e Almeida

Dir. Coord. Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos

Dir. Coord. Credit Markets – André Gorjão Costa

Dir. Coord. Global Transaction Banking – Hélder Gomes

Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 1
Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 2
Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Porto
Dep. Dinamização Produtos Clientes Globais

Dir. Rates – Cristina Melo Antunes

Dep. Vendas Corporate
Dep. Santander Global Conect
Gab. De Vendas Institucionais de Rates

Dir. Equities – Luís Capitão-Mor

Dep. de Cash-Equity
Dep. de Custódia Institucional
Gab. de Estruturados

Dep. Middle Office e Controlo GBM – António Rebocho

Gab. Sales Trading Support
Gab. Customer Service Support

Gab. Controlo de Negócio – José Viegas

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração das sociedades SANTANDER TOTTA, SGPS, SA e BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Mota de Sousa Horta Osório	Banco Santander, S.A. (Espanha)	Director Geral
	Santander Investment, S.A. (Espanha) ¹	Membro do Comité de Direcção
	Santander UK, Plc. (Reino Unido) ²	Administrador
	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Comissão Executiva
	Banco de Inglaterra	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Nuno Manuel Silva Amado	Banco Santander, S.A (Espanha)	Administrador
	Portal Universia Portugal, S.A.	Director Geral
	Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola	Membro do Comité de Direcção
Matias Rodrigues Inciarte	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Financeira Ponferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sanitas, S.A.	Consejero
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
António José Sacadura Vieira Monteiro	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Partang, SGPS, S.A. ³	Presidente do Conselho de Administração
José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Eduardo José Stock da Cunha	Sovereign Bank	Membro do Management Executive Committee – Head of Manufacturing
José Urgel Moura Leite Maia	Totta – Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Associação do Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
António Mendo Castel-Branco Borges	Hedge Fund Standards Board	Chairman
	CNP Assurances (França)	Administrador
	SCOR (França)	Administrador
	Caixa Seguros (Brasil)	Administrador
	Jerónimo Martins	Administrador
	Heidrick and Struggles (EUA)	Administrador
	Fundação Champalimaud	Administrador
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Banco Rural Europa, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Clube do Autor, S.A.	Administrador

¹ Renunciou em 16/12/10

² Renunciou em 30/11/10

³ Renunciou com efeito a 05/07/10

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2010, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/09	Movimentos em 2010				Posição 31/12/10
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
António Mota de Sousa Horta Osório	Acções Banco Santander Totta, SA	157	04-05	11			168
	Acções Santander Totta, SGPS, SA	142.571					142.571
	Acções Banco Santander Negócios Portugal, SA	2	04-05		2	5,77	0
Nuno Manuel Silva Amado	Obrig. BST-Inv. Premium 2011-8,25% Cx	100					100
	Obrig. BST-Premium Energias Cx 08/2010	120	03-03		120		0
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Acções BST, SA	6.053					6.053
	Obrig. BTA-Rendimento Certo Cx. 05/2013	300					300
António José Sacadura Vieira Monteiro	Obrig BST – Euro Banca 7% - 7/2011 CX	100					100
	Obrig. BTA-Rend. Certo Cx.05/2013	300					300
José Urgel Moura Leite Maia	BST – Aqua Rendimento 22/08/2011-Cx	300					300
	BST – Rendimento China Premium 10%-07/2011-Cx	500					500
	BST – Valor Premium 07/2011 Cx	500					500
	BST Competição Mundial Cx 06/10	100	21-06		100	50	0
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Acções ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário	1	29-07		1	5	0
	Obrig. BST – Super Rendimento Mercados Emergentes CX.-06/2010	200	25-01		200	50	0
	Obrig. BST – Gás Natural Premium CX. 10%-2010	100	27-09		100	50	0
	Obrig. BTA – Rendimento China 8%	280					280
	Obrig. BST – Rendimento Best of Sectors CX-08/2010	120	04-02		120	50	0
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Obrig. BTA – Rendimento Certo Cx. 05/2013 CÔNJUGE	200					200
	Obrig. BSP Rendimento Crescente 6% Cx 08/2011 CÔNJUGE	500					500
	Obrig. BST – Super Rend. Mercados Emergentes Cx.- 06/2010 CÔNJUGE	300	25-01		300	50	0
	Obrig. BST – Rendimento China 8% 07/2011 CÔNJUGE	400					400

Governo Societário

I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. A Santander Totta, SGPS tem por objecto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal
2. O capital social da sociedade é detido em 99,848% pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL.
3. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

4. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiro desde o décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

5. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.
6. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

7. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne mensalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.
8. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

II. Remuneração

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da sociedade **Santander Totta, SGPS, S.A.** (a “Sociedade”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A actual Comissão de Vencimentos foi eleita, para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 29 de Maio de 2008, com a seguinte composição:

Santander Totta SGPS, representada por D. Alfredo Saenz Abad
António Mota de Sousa Horta Osório
Nuno Manuel Silva Amado

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de Janeiro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração relativa ao ano de 2010, a Comissão de Vencimentos da sociedade apresenta e submete à consideração de V. Exa. a presente Declaração, com vista a pormenorizar os princípios orientadores adoptados e o modo como se pretende assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse da sociedade.

A Política remuneratória da Sociedade, enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém directa ou indirectamente mais de 99% do respectivo capital desta sociedade.

A. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do

compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- Incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações agora manifestadas na nova regulamentação portuguesa.



B. Princípios Orientadores da Política de Remuneração da Santander Totta SGPS

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

C. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector.
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos, os quais, sendo simultaneamente administradores executivos do Banco Santander Totta, são avaliados, pelo seu

desempenho global, nos termos e condições definidos no Banco Santander Totta.

- Os membros do órgão de fiscalização, os administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração apenas auferem uma Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal.

C.1. Remuneração Fixa Anual

- A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Remuneração Fixa Anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2010, uma parcela inferior a 32,1% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Fixa no ano de 2009.

C.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa Anual, não devendo a mesma representar, uma parcela superior a 67,9% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Variável no ano de 2009.
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- No caso de serem imputados à sociedade, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de

serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

C.2.1. Remuneração Variável Anual

- A determinação do valor da Remuneração Variável Anual tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra, embora, quanto a estes últimos, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- A atribuição da Remuneração Variável Anual depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos.
- A Remuneração Variável Anual destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos, dentro do limite referido na alínea c) do nº 1, referente à percentagem mínima que a Remuneração Fixa representará no valor da Remuneração Total Anual (32,1%);
- A Comissão de Vencimentos poderá decidir pelo diferimento do pagamento da totalidade ou parte da Remuneração Variável Anual em linha com as práticas do Grupo;
- O valor máximo da Remuneração Variável Anual deve representar, em 2010, 67,9% da Remuneração Total Anual, em linha com o verificado em 2009.

C.2.2. Remuneração Variável Plurianual

Os administradores executivos da Sociedade, beneficiam, na sua concomitante qualidade de administradores executivos do Banco Santander Totta, e apenas nessa sede, de uma Remuneração Variável Plurianual que é atribuída pelo Banco, nos termos e condições aí definidos.

C.3. Benefícios

Os administradores executivos e o Presidente do Conselho de Administração não beneficiam de quaisquer planos complementares de reforma ou seguros de vida, para além daqueles que lhes foram atribuídos pelo Banco Santander Totta, por aí desempenharem funções idênticas.

C.4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo

Os montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo, totalizam um valor global de 4,1 milhões de euros, valor que se espera manter em 2010, e que inclui o montante correspondente à Remuneração Variável Plurianual que é auferida pelos administradores executivos, na sua concomitante qualidade de administradores executivos do Banco Santander Totta, nos termos e condições definidos nesse Banco.

D. Aspectos complementares

Não foi posta em prática em 2009 nem se prevê para 2010, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2009, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer em 2010.

E. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Santander Totta, SGPS, S.A. está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Carta Circular nº 2/2010/DSB emitida pelo Banco de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Grupo.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida carta, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Santander Totta, SGPS, S.A. estar integrado no Grupo Santander, que dele detém directa ou indirectamente mais de 99% do respectivo capital desta sociedade, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Carta Circular implicaria uma redundância processual

e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta, SGPS, S.A. em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

A declaração supra referida reporta-se ao exercício de 2010 e foi aprovada em Assembleia Geral da Santander Totta, SGPS, S.A. de 28 de Maio de 2010. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de Janeiro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), a Comissão de Vencimentos irá submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade relativa ao ano de 2011.

Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de Janeiro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A., auferem Remuneração Variável e exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 1 de Julho, ou exercem actividade que pode ter impacto material no perfil de risco do Banco.

São assim considerados para este efeito: i) os Directores Coordenadores de todas as áreas do Banco; ii) os Directores de primeira linha de todas as áreas do Banco com reporte directo à Comissão Executiva (todos adiante designados por Dirigentes); e iii) os Quadros Directivos (Directores, Directores Adjuntos e Subdirectores) que exercem funções nas áreas de Auditoria, Geral de Riscos e *Compliance*.

A. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros Directivos segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, estando o respectivo detalhe operacional previsto no Modelo de Controlo Interno, aprovado pela Comissão Executiva em 17 de Dezembro de 2008, em cumprimento do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal.

O referido Modelo de Controlo Interno contém, nomeadamente, as políticas de recrutamento, compensação e incentivos, bem como a política de formação e avaliação da estrutura organizativa, que decorrem das directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander e formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital do Banco Santander Totta.

B. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração destes grupos de trabalhadores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- Incluir esquemas de atribuição a médio e longo prazo de benefícios que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, de modo a assegurar a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos

incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações agora manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do respectivo desempenho (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco por comparação com outras entidades internacionais do sector.

D. Componentes da Política de Remuneração

D.1. Retribuição Fixa Anual

- A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;

- A Retribuição Fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- A Retribuição Fixa Anual é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação colectiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não devendo representar, em 2010, uma parcela inferior a 51,6% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Retribuição Fixa no ano de 2009.
- A Retribuição Fixa dos Quadros Directivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não devendo representar, em 2010, uma parcela inferior a 76,7% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Retribuição Fixa no ano de 2009.

D.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos Dirigentes e dos Quadros Directivos comporta igualmente uma componente Variável, a qual tem, por sua vez, uma dimensão Anual e, uma Plurianual, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo. Os beneficiários da componente Plurianual são determinados pela Comissão Executiva.
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa Anual, não devendo a mesma representar, em 2010, no conjunto das suas componentes anual e plurianual, uma parcela superior a 44% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Variável no ano de 2009;
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo.

D.2.1. Remuneração Variável Anual

- A determinação do valor da Remuneração Variável Anual terá por base os seguintes critérios: i) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco; ii) resultados do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por

base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos;

- A atribuição da Remuneração Variável Anual refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho contida no Modelo de Controlo Interno;
- A Remuneração Variável Anual destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência, tal como definido anualmente ao nível do accionista de referência, podendo oscilar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos;
- O valor máximo da Remuneração Variável Anual dos Dirigentes e Quadros Directivos representou, em 2009, 39,4% e 20,6% da Remuneração Variável Total Anual, respectivamente. Estima-se que em 2010 os valores se enquadrem dentro dos mesmos parâmetros.

D.2.2. Remuneração Variável Plurianual

- Como elemento da Remuneração Variável Plurianual, o Banco implementou um plano de acções vinculado a objectivos, através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- Esta parcela da Remuneração Variável é determinada em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não verificação de má gestão; iv) cumprimento da norma interna de riscos aprovada anualmente pelo Grupo;
- O número de acções entregues depende igualmente da valorização das acções do Banco Santander em comparação com um grupo de referência constituído por um conjunto de entidades internacionais do sector, podendo, no limite, não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
- As acções são entregues aos trabalhadores abrangidos sem qualquer condição de manutenção e não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco;
- O valor máximo da Remuneração Variável Plurianual para os Dirigentes representou, em 2009, 9 % da Remuneração Total Anual. Estima-se que em 2010 os valores se enquadrem dentro dos mesmos parâmetros.
- O valor máximo da Remuneração Variável Plurianual para os Quadros Directivos que dela beneficiaram representou, em 2009, 2,7 % da Remuneração

Total Anual. Estima-se que em 2010 os valores se enquadrem dentro dos mesmos parâmetros.

D.3. Benefícios

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal) os Dirigentes e Quadros Directivos gozam todos dos seguintes benefícios:

- Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de Vida, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de Acidentes Pessoais, de acordo com o definido regulamentação colectiva do sector bancário.
- Plano complementar de reforma instituído por deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

E. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no capítulo V da Carta Circular nº 2/2010/DSB emitida pelo Banco de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa Anual e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida carta, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Carta Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos seus Dirigentes e Quadros Directivos se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no

momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3 da Lei 28/2009, de 19 de Junho, na parte que se refere à divulgação do

montante anual de remuneração auferida pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em termos agregados e individuais.

As remunerações fixas e variáveis totalizaram nesta data mEuros 713 e mEuros 690, respectivamente.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2010 é apresentada de seguida:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração	
		fixa	variável
Matias Pedro Inciarte *	Presidente	-	-
Nuno Amado	Vice - Presidente	194	391
António Vieira Monteiro	Vogal	24	29
José Elias da Costa	Vogal	26	35
José Carlos Brito Sítima	Vogal	27	28
Luís Bento dos Santos **	Vogal	15	29
Miguel de Bragança	Vogal	79	178
António Horta Osório ***		348	-
		713	690

* Em 13 de Janeiro de 2011 passou de Vice-Presidente a Presidente

** Cooptado em 01 de Maio de 2010

*** Renunciou ao cargo em 13 de Janeiro de 2011

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração	
		fixa	variável
António Mendo Borges *	Presidente	-	-
Mazars & Associados, SROC	Vogal	-	-
Ricardo Castro	Vogal	-	-
		-	-

* Renunciou ao cargo em 18 de Fevereiro de 2011

Por entendimento entre o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e a Sociedade, os encargos com o Conselho Fiscal são suportados na íntegra pelo BST.

antecipadamente, a Sociedade reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade da Sociedade, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2010, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Presidente

Nuno Manuel da Silva Amado
Vice-Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Miguel de Campos Pereira de Bragança
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do n.º.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2010, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2010			2009		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	316 875	-	316 875	756 411	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	236 283	-	236 283	226 441	Recursos de bancos centrais	19	4 807 162	2 026 830	
Activos financeiros detidos para negociação	7	1 639 674	-	1 639 674	2 001 709	Passivos financeiros detidos para negociação	20	1 262 597	1 485 448	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	2 974 695	-	2 974 695	4 005 555	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	21	4 301 702	4 851 247	
Activos financeiros disponíveis para venda	9	6 511 524	67 087	6 444 437	4 961 812	Recursos de outras instituições de crédito	22	8 449 191	6 185 646	
Aplicações em instituições de crédito	10	1 914 628	-	1 914 628	2 597 135	Recursos de clientes e outros empréstimos	23	17 018 297	15 081 297	
Crédito a clientes	11	33 350 681	536 657	32 814 024	32 418 346	Responsabilidades representadas por títulos	24	7 822 677	14 048 146	
Derivados de cobertura	12	131 512	-	131 512	259 515	Derivados de cobertura	12	189 423	237 067	
Activos não correntes detidos para venda	13	143 614	47 873	95 741	100 291	Provisões	25	107 840	88 118	
Outros activos tangíveis	14	856 755	462 302	394 453	408 033	Provisões técnicas	17	446 951	403 842	
Activos intangíveis	14	297 452	221 271	76 181	73 833	Passivos por impostos correntes	16	18 051	27 457	
Investimentos em associadas	15	133 840	500	133 340	1 634	Passivos por impostos diferidos	16	52 131	41 853	
Activos por impostos correntes	16	29 044	-	29 044	5 405	Passivos subordinados	26	-	278 851	
Activos por impostos diferidos	16	392 195	-	392 195	245 064	Outros passivos	27	661 456	623 056	
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	35 013	-	35 013	36 948	Total do passivo		<u>45 137 478</u>	<u>45 378 858</u>	
Outros activos	18	564 685	11 237	553 448	492 299					
							Capital próprio			
							Capital	28	1 972 962	1 972 962
							(Acções próprias)	28	(514)	(514)
							Reservas de reavaliação	28	(370 426)	(51 523)
							Outras reservas e resultados transitados	28	551 615	291 177
							Dividendos antecipados	28	(115 000)	(115 000)
							Resultado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	29	434 627	523 263
							Capital próprio atribuível aos accionistas da ST SGPS		<u>2 473 264</u>	<u>2 620 365</u>
							Interesses minoritários	30	570 801	591 208
							Total do Capital Próprio		<u>3 044 065</u>	<u>3 211 573</u>
							Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>48 181 543</u>	<u>48 590 431</u>
Total do Activo		<u>49 528 470</u>	<u>1 346 927</u>	<u>48 181 543</u>	<u>48 590 431</u>					

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	32	2 034 124	2 385 710
Juros e encargos similares	33	(1 312 338)	(1 585 332)
Margem financeira		721 786	800 378
Rendimentos de instrumentos de capital	34	4 454	5 639
Rendimentos de serviços e comissões	35	404 578	388 990
Encargos com serviços e comissões	36	(55 267)	(52 237)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	37	(21 166)	52 565
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	38	(215 398)	6 578
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	39	10 938	19 223
Resultados de alienação de outros activos	40	361 514	43 272
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	41	9 493	11 657
Margem bruta da actividade de seguros	41	28 805	23 883
Outros resultados de exploração	42	(6 080)	(2 709)
Produto bancário		1 243 657	1 297 239
Custos com o pessoal	43	(308 325)	(316 934)
Gastos gerais administrativos	44	(158 741)	(165 480)
Amortizações do exercício	14	(66 959)	(68 994)
Provisões líquidas de anulações	25	(8 829)	5 896
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	(113 700)	(96 304)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(21 686)	(1 469)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(26 996)	(17 903)
Resultados de associadas	45	4 653	(103)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		543 074	635 948
Impostos			
Correntes	16	(97 281)	(115 192)
Diferidos	16	(6 457)	9 816
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		439 336	530 572
Interesses minoritários	30	(4 709)	(7 309)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS		434 627	523 263
Acções em circulação		197 271 070 331	197 276 864 914
Resultado por acção (em Euros)		0,0022	0,0027

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

			Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
	Capital	Acções Próprias	De Justo valor	De impostos diferidos	De flutuação cambial	Sub-total					
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1 972 962	(493)	(42 010)	(1 029)	903	(42 136)	27 095	(105 000)	517 725	561 366	2 931 519
Aplicação do resultado de 2008:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	105 000	(105 000)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(119 972)	-	(119 972)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	292 753	-	(292 753)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	(838)	(838)	(28 498)	-	-	(1 413)	(30 749)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do BST	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	(317)	(338)
Compra de acções próprias	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Venda da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 359	22 359
Aumento de capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 359	17 359
Outros	-	-	1	153	-	154	(152)	-	-	65	67
Dividendos antecipados sobre os resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(115 000)	-	-	(115 000)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2009	-	-	(1 017)	1 177	(8 863)	(8 703)	-	-	523 263	(8 211)	506 349
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1 972 962	(514)	(43 026)	301	(8 798)	(51 523)	291 177	(115 000)	523 263	591 208	3 211 573
Aplicação do resultado de 2009:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	115 000	(115 000)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(119 970)	-	(119 970)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	288 293	-	(288 293)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	589	589	(29 303)	-	-	(98)	(28 812)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do BST	-	-	-	-	-	-	(12)	-	-	(329)	(341)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 368)	(4 368)
Venda de 1% da Partang (e consequente perda de controlo conjunto)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45 085)	(45 085)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	1 965	-	-	3	1 968
Outros	-	-	-	156	-	156	(505)	-	-	113	(236)
Dividendos antecipados sobre os resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(115 000)	-	-	(115 000)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2010	-	-	(467 393)	143 077	4 668	(319 648)	-	-	434 627	29 357	144 336
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1 972 962	(514)	(510 419)	143 534	(3 541)	(370 426)	551 615	(115 000)	434 627	570 801	3 044 065

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2010		31 de Dezembro de 2009	
	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do exercício	434 627	4 709	523 263	7 309
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial resultantes da alienação de participações	1 980	2	2 180	4
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial resultantes da distribuição de dividendos	502	1	-	-
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	2 186	25 065	(11 043)	(15 516)
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	84	-	-	-
. Impacto fiscal	(55)	-	-	-
. Variações de elementos patrimoniais disponíveis para venda:				
. Justo valor	(453 036)	(577)	35 724	33
. Impacto fiscal	139 379	177	(8 559)	(8)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	(19 384)	(27)	(32 500)	(45)
. Impacto fiscal	4 975	7	8 613	12
. Variação na "shadow reserve"				
. Justo valor	4 941	-	(4 241)	-
. Impacto fiscal	(1 220)	-	1 123	-
	<u>(319 648)</u>	<u>24 648</u>	<u>(8 703)</u>	<u>(15 520)</u>
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>114 979</u>	<u>29 357</u>	<u>514 560</u>	<u>(8 211)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2 181 578	2 799 415
Pagamento de juros e comissões	(1 175 718)	(1 585 366)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(482 587)	(504 093)
Contribuições para os fundos de pensões	(22 000)	(72 772)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	62 959	42 516
Recuperação de créditos abatidos ao activo	11 091	7 468
Recebimento de prémios de seguros	155 397	127 386
Pagamento de sinistros	(16)	(27)
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>730 704</u>	<u>814 527</u>
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	621 560	(1 257 722)
Activos financeiros detidos para negociação	358 100	(366 040)
Créditos a clientes	(594 064)	42 440
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	315 853	448 679
Activos não correntes detidos para venda	(14 382)	(15 382)
Outros activos	(46 223)	16 150
	<u>640 844</u>	<u>(1 131 875)</u>
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	5 032 145	929 120
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 184 590	(331 177)
Passivos financeiros detidos para negociação	(222 842)	225 848
Outros passivos	50 216	23 817
	<u>7 044 109</u>	<u>847 608</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	8 415 657	530 260
Impostos pagos	(112 008)	(80 255)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>8 303 649</u>	<u>450 005</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	4 454	5 639
Aquisição de activos disponíveis para venda	(3 358 907)	(3 018 350)
Alienação/ reembolso de activos disponíveis para venda	1 217 674	323 831
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	187 180	31 063
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(65 034)	(80 014)
Vendas de activos tangíveis	1 253	1 718
Investimentos em empresas filiais e associadas	(2 555)	66 871
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(2 015 935)</u>	<u>(2 669 242)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(234 970)	(224 972)
Reembolso de dívida titulada e subordinada	(278 733)	(1 238)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(29 303)	(28 498)
Emissão/reembolso de obrigações de caixa e outros	(5 951 852)	2 724 364
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(158 899)	(167 028)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(5 046)	(8 076)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(6 658 803)</u>	<u>2 294 552</u>
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(371 089)</u>	<u>75 315</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	982 852	946 803
Saída de sociedades do perímetro de consolidação	(58 605)	(57 308)
Entrada de sociedades no perímetro de consolidação	-	18 042
Caixa e seus equivalentes no fim do período	553 158	982 852

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta - SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta” ou “ST SGPS”) foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes activos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco” ou “BST”). A Santander Totta tem por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal.

A Santander Totta faz parte do Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2010 e 2009 encontram-se detalhados na Nota 48.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 694 balcões (699 balcões em 31 de Dezembro de 2009) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007, foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2010, a Sociedade adoptou as alterações à Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”/ IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o que lhe permitiu reconhecer um ganho no montante de mEuros 21.201 em resultado da alteração de controlo verificada na participação na Unicre (Notas 15 e 38).

A Sociedade analisou as alterações à Norma IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, sobre a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções, mas estas não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras. As alterações à IFRS 2 - “Pagamento com base em acções”, IFRIC 16 – Cobertura de um investimento líquido numa filial do estrangeiro” e a IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” e a IFRIC 18 – “Transferências de activos provenientes de clientes”, não tiveram igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2009, a Sociedade adoptou a Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, que define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – “Relato por Segmentos”. A informação sobre os segmentos operacionais, que correspondem aos segmentos de negócio do Banco, é apresentada na Nota 3.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, a Sociedade adoptou as alterações preconizadas na Norma IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras”, cujo principal impacto se verificou ao nível dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras. Nesse sentido, a Sociedade passou a apresentar a “Demonstração do rendimento integral” requerida pela Norma e alterou a “Demonstração de alterações nos capitais próprios” em conformidade.

No exercício de 2009, a Sociedade adoptou as alterações à Norma IFRS 7 que introduziu requisitos adicionais de divulgação em termos de risco de liquidez e determinação de justo valor. Essas divulgações estão incluídas na Nota 50.

A Sociedade considerou ainda durante o exercício de 2009 as alterações às Normas IAS 1 e IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”, que esclarecem os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação de instrumentos financeiros com uma opção de venda, nomeadamente, se incluídos em passivos financeiros ou em instrumentos de capital. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

No exercício de 2009, a Sociedade considerou as alterações às Normas IFRIC 9 e IAS 39 (Alterações) – “Derivados embutidos”, que clarificam que em caso de reclassificação de instrumentos financeiros para fora da categoria de “ao justo valor por contrapartida de resultados”, nos termos da alteração da IAS 39, devem ser analisados os derivados embutidos e se necessário, proceder à sua contabilização separadamente nas demonstrações financeiras. Estas alterações também não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

Em 2009, a Sociedade analisou as alterações à Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada”. As alterações efectuadas ao texto desta norma corresponderam essencialmente à clarificação dos critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, no âmbito de uma operação de reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. Estas alterações também não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e pelo “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IAS 24 (Alteração) – Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto desta Norma implica alterações às divulgações apresentadas relativas a entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IAS 32 – (Alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - A revisão efectuada ao texto da Norma corresponde à clarificação das condições em que os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IFRIC 14 – “O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção”. A alteração efectuada ao texto desta interpretação pretende clarificar a composição e tratamento contabilístico dos requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades por serviços futuros. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio”. Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico relativo à liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio, bem como os critérios de valorização. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas, nas demonstrações financeiras da Sociedade, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante para as mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – As alterações ao texto da norma, emitidas em Outubro de 2010, são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- “Improvements to IFRS” - Diversas alterações emitidas em Maio de 2010. As alterações têm diversas datas de aplicação obrigatória, sendo a primeira data em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

As demonstrações financeiras da Sociedade e das suas participadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

Empresas subsidiárias são aquelas em que a Sociedade detém directa ou indirectamente o controlo. Entende-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%, se detém a maioria dos direitos de voto ou o poder de gerir a política financeira e operacional de uma entidade de forma a obter benefícios das suas actividades.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que a Santander Totta assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa.

Os saldos, as transacções e os correspondentes proveitos e custos entre empresas subsidiárias são eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses Minoritários” (Nota 30).

As empresas associadas são entidades nas quais a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa e até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Totta decidiu não aplicar retrospectivamente a Norma IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela Norma IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a Norma IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às Normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados (Nota 15). O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas o Banco reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

A Santander Totta consolida pelo método da integração global as entidades de finalidade especial (SPE), nomeadamente os veículos relativos às operações de titularização de crédito à habitação.

As empresas sob controlo conjunto do Grupo e de outras entidades são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, sendo integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os seus activos, passivos e resultados na proporção da participação de capital detida pelo Grupo.

A Santander Totta decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a Norma IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios da Sociedade na rubrica de “Reservas de flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Empréstimos e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a da venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A Santander Totta optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Situações de mora com responsabilidades superiores a mEuros 75 (acompanhados por gestores de recuperações);
- Situações de incumprimento superior a 90 dias:
 - . Todas as responsabilidades superiores a mEuros 300; e
 - . Responsabilidades entre mEuros 50 e mEuros 300 que sejam acompanhadas por gestores de risco.
- Todos os clientes que estejam classificados em “morosidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco por apresentarem algum tipo de indícios que possam potencialmente levar a situações de imparidade.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considerou um período de emergência de 12 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Grupo analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida sem que os respectivos esforços de cobrança tenham produzido efeito. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidades são totais. Para estes, o Grupo procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 40). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as Normas IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos ao justo valor através de resultados incluíam ainda títulos de rendimento variável que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, bem como o respectivo funding.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação que sejam transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 37).

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Grupo considera a natureza e as características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro como um indicador objectivo de imparidade.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Nos termos previstos na Norma IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são registados em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O Grupo tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Adicionalmente, o Grupo tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na Norma IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004, foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os baldios são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situaões em que o valor do imóvel não é recuperável através do seu uso nas operaões. Para esses casos, o valor da imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido do imóvel e o seu valor de avaliaão.

Os critérios seguidos nas avaliaões consideram normalmente o método de comparaão de mercado, e o valor constante da avaliaão corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informaão implementados e em fase de implementaão, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em daão para pagamento de operaões de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de daão, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliaão do bem, na data da daão. Os imóveis são objecto de avaliaões periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliaões (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a Norma IAS 16 (custo de aquisião, líquido de amortizaões e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliaões periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes activos, em virtude de não existir uma expectativa suficientemente comprovada da sua realizaão e tendo em conta a evoluão do mercado imobiliário.

O Conselho de Administraão da Sociedade considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administraão, riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do Grupo, de acordo com a Norma IAS 37 (Nota 25).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Os empregados do ex – totta já estavam inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos. Para os trabalhadores abrangidos pelo plano de benefício definido e que não estavam inscritos na Segurança Social, o Banco tem sido responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefícios definidos o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 46). Em 2009 o Banco reconheceu na rubrica “Custos com o pessoal” o custo do exercício e uma contribuição extraordinária para o financiamento do plano. No exercício de 2010 reconheceu apenas o custo do período e a contribuição normal do ano.

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da Norma IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, a Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo. O seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do total das responsabilidades ou do valor do Fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O BST regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, e corrigidas pelos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados, devido ao método do corredor, são registadas na rubrica de “Outros activos” (Nota 18).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo.

O BST dotou o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados que tenham sido admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do novo CCT. Este compromisso inclui os colaboradores que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre a Seguros Génesis e a Santander Totta Seguros em 29 de Junho de 2001. Os complementos consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma. O regime de reconhecimento contabilístico e imputação à conta de ganhos e perdas da Santander Totta Seguros das responsabilidades por pensões de reforma por velhice e invalidez consiste na cobertura integral no final de cada exercício do valor actual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma. As responsabilidades com os complementos de pensões de reforma foram calculadas pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população da Santander Totta Seguros. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST os colaboradores do ex-BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010. Foi reconhecida a antiguidade para os colaboradores admitidos, antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores do BSN foi reconhecido na rubrica de “Custos com o pessoal”.

Em Fevereiro de 2010, foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro no montante de mEuros 4.430 (Nota 40).

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado já em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continuará a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofrem alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo é aplicável aos serviços futuros dos colaboradores do Banco, com início em 1 de Janeiro de 2011, inclusive. Desta forma, o custo do serviço corrente reduz-se a partir desta data, mas o Banco passará a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémios de antiguidade" (Nota 27).

Em 2010, o BST assumiu um acréscimo de responsabilidades de mEuros 432 relativo aos colaboradores do BSN.

m) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas subsidiárias e associadas são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Ao abrigo do regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os lucros que sejam distribuídos à Sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º - A do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 75% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios de 2009 e 2010 no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis fosse de 25% e que se aplique 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, é paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou incorrido o passivo.

Não foram também registados impostos diferidos passivos relativos a mais valias na alienação de participações financeiras suspensas de tributação no montante de cerca de mEuros 206.000, tendo o reinvestimento sido efectuado em aumentos de capital do actual BST. Não se procedeu ao registo de impostos diferidos passivos relacionados com esta situação, no pressuposto que o Grupo Santander não pretende alienar a sua participação indirecta no BST num futuro previsível.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa.

n) Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

o) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros comercializa seguros de vida e não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos da Norma IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e ao ramo não vida. A partir do exercício de 2004, a Santander Totta Seguros passou a diferir os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação de apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor, e são calculadas para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é essencialmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e rendas.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva da carteira ajustada à maturidade dos respectivos investimentos que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e dos passivos financeiros decorrentes das responsabilidades dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados for inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, e foi determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido das variações no justo valor dos investimentos afectos aos seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos activos financeiros são classificados na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, e as respectivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de “Reserva de reavaliação” do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica “Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – “shadow reserve”)” por contrapartida de “Reservas de reavaliação” do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados (“shadow accounting” previsto na Norma IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

- Provisão para estabilização de carteira

A partir do exercício de 2006, a Companhia passou a registar uma provisão para estabilização de carteira referente a um conjunto de apólices de Seguros Vida Grupo de crédito à habitação com tarifa plana. O cálculo desta provisão baseia-se essencialmente no valor actual do diferencial entre prémios e custos com sinistralidade futura dessa carteira.

- Teste de adequacidade dos passivos

Nos termos da Norma IFRS 4, a Santander Totta Seguros avalia a cada data de relato financeiro se os seus passivos por contratos de seguro reconhecidos são adequados, utilizando estimativas do valor actual dos fluxos de caixa futuros de acordo com os termos dos contratos. Se essa avaliação, designada por testes de adequacidade dos passivos, demonstrar que a quantia escriturada dos seus passivos por contratos de seguro é inadequada à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a totalidade da insuficiência é reconhecida como perda na demonstração dos resultados.

p) Ajustamentos de recibos por cobrar

A provisão para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização em conformidade com a Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

q) Reconhecimento de proveitos e custos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da actividade de seguros - prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos da Norma IAS 39, como “Recursos de clientes e outros empréstimos”.

Os títulos afectos à actividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”, com excepção dos títulos afectos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

r) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander), empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander em vigor nos exercícios de 2010 e de 2009 está incluída na Nota 49.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Santander Totta. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando nomeadamente tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Por outro lado, o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões estimado. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3 e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3 c) supra. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos futuros de caixa esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

A Sociedade enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável do exercício de 2010, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

Determinação das provisões técnicas relativas a contratos de seguros

As provisões técnicas são calculadas de acordo com bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, histórico de sinistralidade e estimativas de perdas por sinistros. Neste sentido, os valores a desembolsar no futuro podem ser diferentes das estimativas efectuadas. No entanto, as provisões técnicas reflectem a melhor estimativa das responsabilidades futuras por contratos de seguro do Grupo à data do balanço.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade são apresentadas de seguida de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade de banca de investimento, mercados financeiros, banca transaccional e grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações, imobiliário, factoring e leasing.

Gestão de Activos e Seguros:

Decorre da actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos, que têm por objectivo criar produtos de valor acrescentado para os clientes do Grupo. São igualmente incluídos nesta área os seguros de vida que, na estratégia de cross selling, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de cliente, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	58.115	492.584	109.452	(53)	61.688	721.786
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	148	4.306	4.454
Margem Financeira Alargada	58.115	492.584	109.452	95	65.994	726.240
Comissões Líquidas	50.561	267.601	22.182	12.758	(3.791)	349.311
Outros Resultados da Actividade Bancária	(4)	8.628	198	(707)	(14.195)	(6.080)
Actividade Seguradora	-	-	-	38.298	-	38.298
Margem Comercial	108.672	768.813	131.832	50.444	48.008	1.107.769
Resultado de Operações Financeiras	16.686	(2.358)	10.547	(633)	111.646	135.888
Produto Bancário e Actividade de Seguros	125.358	766.455	142.379	49.811	159.654	1.243.657
Custos de transformação	(22.027)	(393.270)	(39.161)	(12.608)	-	(467.066)
Amortizações	(3.588)	(58.710)	(4.073)	(588)	-	(66.959)
Resultados de Exploração	99.743	314.475	99.145	36.615	159.654	709.632
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	260	(109.565)	(30.452)	(21)	(31.433)	(171.211)
Resultados de associadas	-	-	3.457	-	1.196	4.653
Resultado antes de impostos	100.003	204.910	72.150	36.594	129.417	543.074
Impostos	(19.103)	(39.141)	(13.782)	(6.990)	(24.722)	(103.738)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(4.709)	(4.709)
Resultado líquido	80.900	165.769	58.368	29.604	99.986	434.627

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2010, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	16.454.458	-	-	-	16.454.458
Crédito ao consumo	-	1.633.797	-	-	-	1.633.797
Outros créditos	3.836.826	4.698.836	6.190.107	-	-	14.725.769
	3.836.826	22.787.091	6.190.107	-	-	32.814.024
Total de activos afectos						32.814.024
Activos não afectos						15.367.519
Total do Activo						48.181.543
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	772.785	13.976.607	2.268.905	-	-	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	-	547.698	446.008	-	6.828.971	7.822.677
	772.785	14.524.305	2.714.913	-	6.828.971	24.840.974
Garantias e avals	327.137	221.890	998.625	-	-	1.547.652
Fundos de investimento	-	2.439.449	739.808	1.344.848	-	4.524.105

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	44.944	530.467	105.989	(134)	119.112	800.378
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	126	5.513	5.639
Margem Financeira Alargada	44.944	530.467	105.989	(8)	124.625	806.017
Comissões Líquidas	40.849	261.525	23.248	11.642	(511)	336.753
Outros Resultados da Actividade Bancária	(4)	9.834	49	(672)	(11.916)	(2.709)
Actividade Seguradora	-	-	-	35.540	-	35.540
Margem Comercial	85.789	801.826	129.286	46.502	112.198	1.175.601
Resultado de Operações Financeiras	28.145	1.007	24.856	407	67.223	121.638
Produto Bancário e Actividade de Seguros	113.934	802.833	154.142	46.909	179.421	1.297.239
Custos de transformação	(21.564)	(412.753)	(35.932)	(12.165)	-	(482.414)
Amortizações	(4.355)	(59.267)	(4.611)	(761)	-	(68.994)
Resultados de Exploração	88.015	330.813	113.599	33.983	179.421	745.831
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(1.744)	(81.652)	(14.985)	3	(11.402)	(109.780)
Resultados de associadas	-	-	-	-	(103)	(103)
Resultado antes de impostos	86.271	249.161	98.614	33.986	167.916	635.948
Impostos	(14.295)	(41.286)	(16.340)	(5.632)	(27.823)	(105.376)
Interesses minoritários	-	(1)	-	-	(7.308)	(7.309)
Resultado líquido	71.976	207.874	82.274	28.354	132.785	523.263

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2009, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	16.239.517	-	-	-	16.239.517
Crédito ao consumo	-	1.662.209	-	-	-	1.662.209
Outros créditos	3.792.280	4.619.295	6.105.045	-	-	14.516.620
	3.792.280	22.521.021	6.105.045	-	-	32.418.346
Total de activos afectos	3.792.280	22.521.021	6.105.045	-	-	32.418.346
Activos não afectos						16.172.085
Total do Activo						48.590.431
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	885.072	12.271.776	1.924.449	-	-	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	-	766.407	765.603	-	12.516.136	14.048.146
	885.072	13.038.183	2.690.052	-	12.516.136	29.129.443
Garantias e avales	393.861	233.813	980.240	-	-	1.607.914
Fundos de investimento	-	2.990.285	592.097	1.797.112	-	5.379.494

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 de DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2010, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2010											
	Actividade nacional					Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Activo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.810	65	-	-	316.875	-	-	-	-	-	-	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	511.294	3.699	12.304	(105.774)	421.523	36.395	-	279.758	12.790	328.943	(514.183)	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.745.428	-	-	-	1.745.428	1.441.634	-	128	-	1.441.762	(1.547.516)	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.425.449	-	-	-	4.425.449	-	-	-	-	-	(1.450.754)	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	9.732.900	5.380.272	-	-	15.113.172	844.371	-	-	-	844.371	(9.513.106)	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	11.215.215	793.615	44.284	(2.896.867)	9.156.247	162.795	-	171.740	330.467	665.002	(7.906.621)	1.914.628
Crédito a clientes	31.658.737	1.185.406	-	-	32.844.143	-	-	-	-	-	(30.119)	32.814.024
Derivados de cobertura	131.526	-	-	-	131.526	-	-	115	-	115	(129)	131.512
Activos não correntes detidos para venda	95.741	-	-	-	95.741	-	-	-	-	-	-	95.741
Outros activos tangíveis	394.110	262	-	-	394.372	-	-	-	81	81	-	394.453
Activos intangíveis	75.864	318	-	-	76.182	-	-	-	-	-	(1)	76.181
Investimentos em associadas	29.418	-	-	-	29.418	-	103.922	-	-	103.922	-	133.340
Activos por impostos correntes	27.226	-	1.819	-	29.045	-	-	-	-	-	(1)	29.044
Activos por impostos diferidos	391.810	385	-	-	392.195	-	-	-	-	-	-	392.195
Provisões técnicas de resseguro cedido	35.013	-	-	-	35.013	-	-	-	-	-	-	35.013
Outros activos	898.695	22.262	-	(41.524)	879.433	-	-	6	1.470	1.476	(327.461)	553.448
Total do Activo Líquido	61.685.236	7.386.284	58.407	(3.044.165)	66.085.762	2.485.195	103.922	451.747	344.808	3.385.672	(21.289.891)	48.181.543
Passivo												
Recursos de bancos centrais	4.807.156	6	-	-	4.807.162	-	-	-	-	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.369.982	10	-	-	1.369.992	8.217	-	220	-	8.437	(115.832)	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	4.301.702	-	-	-	-	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	10.402.961	5.850.070	9.745	(3.003.264)	13.259.512	2.010.443	-	7.633	-	2.018.076	(6.828.397)	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.522.373	826.873	58.328	-	18.407.574	-	-	150.962	241	151.203	(1.540.480)	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	19.102.183	-	-	-	19.102.183	112.792	-	-	-	112.792	(11.392.298)	7.822.677
Derivados de cobertura	189.582	-	-	-	189.582	-	-	11	-	11	(170)	189.423
Provisões	89.710	18.129	-	-	107.839	-	-	-	-	-	1	107.840
Provisões técnicas	447.031	-	-	-	447.031	-	-	-	-	-	(80)	446.951
Passivos por impostos correntes	14.221	961	-	-	15.182	1.919	-	950	-	2.869	-	18.051
Passivos por impostos diferidos	51.467	-	-	-	51.467	664	-	-	-	664	-	52.131
Outros passivos subordinados	398.006	567.260	-	-	965.266	-	-	-	-	-	(965.266)	-
Outros passivos	866.759	15.305	(1)	(15.906)	866.157	68	-	103	159	330	(205.031)	661.456
Total do Passivo	59.563.133	7.278.614	68.072	(3.019.170)	63.890.649	2.134.103	-	159.879	400	2.294.382	(21.047.553)	45.137.478
Capital próprio	2.122.103	107.670	(9.665)	(24.995)	2.195.113	351.092	103.922	291.868	344.408	1.091.290	(242.338)	3.044.065
Total do passivo e do capital próprio	61.685.236	7.386.284	58.407	(3.044.165)	66.085.762	2.485.195	103.922	451.747	344.808	3.385.672	(21.289.891)	48.181.543

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 de DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2009											
	Actividade nacional					Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros		
Activo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.459	61	-	-	-	699.520	-	56.891	-	-	-	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	372.715	2.497	4.298	400	(14.034)	365.876	12.923	10.192	8.253	12.536	(183.339)	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.236.378	30.131	-	-	(15.192)	2.251.317	-	13.636	231	-	(263.475)	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.157.689	-	-	-	-	5.157.689	-	-	-	-	(1.152.134)	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	11.860.872	-	-	-	-	11.860.872	2.140.787	71.842	-	-	(9.111.689)	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	11.174.404	1.407.200	53.769	-	(2.825.551)	9.809.822	3.432.400	37.922	439.847	328.099	(11.450.955)	2.597.135
Crédito a clientes	30.635.680	1.443.385	7.290	-	-	32.086.355	299.634	60.973	-	-	(28.616)	32.418.346
Derivados de cobertura	283.801	-	-	-	-	283.801	-	-	346	-	346	259.515
Activos não correntes detidos para venda	100.291	-	-	-	-	100.291	-	-	-	-	-	100.291
Outros activos tangíveis	399.027	483	-	-	-	399.510	-	8.441	-	82	(24.632)	408.033
Activos intangíveis	73.711	-	-	-	-	73.711	-	122	-	-	-	73.833
Investimentos em associadas	1.634	-	-	-	-	1.634	-	-	-	-	-	1.634
Activos por impostos correntes	4.762	579	6	-	-	5.347	58	-	-	-	-	5.405
Activos por impostos diferidos	240.483	-	-	-	-	240.483	4.575	6	-	-	-	245.064
Provisões técnicas de resseguro cedido	36.948	-	-	-	-	36.948	-	-	-	-	-	36.948
Outros activos	643.164	1.962	-	1	(26.511)	618.616	69	1.229	5	1.212	(128.832)	492.299
Total do Activo Líquido	63.921.018	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	63.991.792	5.890.446	261.254	448.682	341.929	(22.343.672)	48.590.431
Passivo												
Recursos de bancos centrais	2.026.809	2	-	-	-	2.026.811	-	19	-	-	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.752.525	30.082	-	-	(15.192)	1.767.415	-	7	473	-	(282.447)	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	-	-	-	4.851.247	-	-	-	-	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	16.192.026	841.217	3.126	-	(2.837.964)	14.198.405	2.181.969	34	212	69	(10.195.043)	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.323.939	586.710	63.134	-	-	15.973.783	-	174.678	176.680	225	(1.244.069)	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	19.278.429	500.293	-	-	-	19.778.722	3.382.398	-	-	-	(9.112.974)	14.048.146
Derivados de cobertura	244.365	-	-	-	-	244.365	-	-	90	-	(7.388)	237.067
Provisões	69.748	16.647	73	287	-	86.755	-	1.363	-	-	-	88.118
Provisões técnicas	403.905	-	-	-	-	403.905	-	-	-	-	(63)	403.842
Passivos por impostos correntes	18.658	875	3.026	-	-	22.559	1.808	2.275	815	-	-	27.457
Passivos por impostos diferidos	41.086	-	-	-	-	41.086	767	-	-	-	-	41.853
Outros passivos subordinados	512.308	847.922	-	-	-	1.360.230	-	-	-	-	(1.081.379)	278.851
Outros passivos	706.927	4.153	10	137	(3.134)	708.093	45	1.795	131	132	(87.140)	623.056
Total do Passivo	61.421.972	2.827.901	69.369	424	(2.856.290)	61.463.376	5.566.987	180.171	178.401	426	(22.010.503)	45.378.858
Capital próprio	2.499.046	58.397	(4.006)	(23)	(24.998)	2.528.416	323.459	81.083	270.281	341.503	(333.169)	3.211.573
Total do passivo e do capital próprio	63.921.018	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	63.991.792	5.890.446	261.254	448.682	341.929	(22.343.672)	48.590.431

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 de DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2010, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2010											
	Actividade nacional					Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	2.366.192	255.301	7.550	(363.779)	2.265.264	98.527	-	23.252	13.398	135.177	(366.317)	2.034.124
Juros e encargos similares	(1.814.486)	(200.007)	(2.030)	363.779	(1.652.744)	(25.687)	-	(3.708)	-	(29.395)	369.801	(1.312.338)
Margem financeira	551.706	55.294	5.520	-	612.520	72.840	-	19.544	13.398	105.782	3.484	721.786
Rendimentos de instrumentos de capital	4.454	-	-	-	4.454	-	-	-	-	-	-	4.454
Rendimentos de serviços e comissões	446.973	7.218	2.112	(54)	456.249	2.774	-	-	1.505	4.279	(55.950)	404.578
Encargos com serviços e comissões	(106.236)	(281)	(156)	54	(106.619)	(262)	-	-	(769)	(1.031)	52.383	(55.267)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(21.199)	-	(2)	-	(21.201)	-	-	35	-	35	-	(21.166)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(5.783)	-	1.837	-	(3.946)	(211.452)	-	-	-	(211.452)	-	(215.398)
Resultados de reavaliação cambial	5.780	138	4.980	-	10.898	-	-	38	2	40	-	10.938
Resultados de outros activos	96.714	25	56.027	-	152.766	208.748	-	-	-	208.748	-	361.514
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	9.493	-	-	-	9.493	-	-	-	-	-	-	9.493
Margem bruta da actividade de Seguros	28.726	-	-	-	28.726	-	-	-	-	-	79	28.805
Outros resultados de exploração	(1.421)	(144)	(285)	-	(1.850)	-	-	(4)	(95)	(99)	(4.131)	(6.080)
Produto bancário	1.009.207	62.250	70.033	-	1.141.490	72.648	-	19.613	14.041	106.302	(4.135)	1.243.657
Custos com o pessoal	(303.169)	(1.618)	(2.364)	-	(307.151)	(177)	-	(204)	(793)	(1.174)	-	(308.325)
Gastos gerais administrativos	(158.469)	(1.133)	(2.411)	-	(162.013)	(403)	-	(101)	(356)	(860)	4.132	(158.741)
Depreciações e amortizações	(66.340)	(329)	(253)	-	(66.922)	-	-	-	(37)	(37)	-	(66.959)
Provisões líquidas de anulações	(6.581)	(1.481)	(767)	-	(8.829)	-	-	-	-	-	-	(8.829)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(110.614)	(3.059)	(363)	-	(114.036)	336	-	-	-	336	-	(113.700)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(21.687)	-	-	-	(21.687)	-	-	-	-	-	1	(21.686)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(26.540)	(456)	-	-	(26.996)	-	-	-	-	-	-	(26.996)
Resultados de associadas	1.194	-	-	-	1.194	-	3.459	-	-	3.459	-	4.653
Resultados antes de impostos e antes de interesses minoritários	317.001	54.174	63.875	-	435.050	72.404	3.459	19.308	12.855	108.026	(2)	543.074
Impostos correntes	(82.528)	(1.158)	(3.438)	-	(87.124)	(9.137)	-	(976)	(44)	(10.157)	-	(97.281)
Impostos diferidos	(6.345)	(193)	-	-	(6.538)	88	-	-	-	88	(7)	(6.457)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	228.128	52.823	60.437	-	341.388	63.355	3.459	18.332	12.811	97.957	(9)	439.336
Interesses minoritários	(477)	-	-	-	(477)	(6)	(4.185)	(24)	(17)	(4.232)	-	(4.709)
Resultado consolidado do exercício	227.651	52.823	60.437	-	340.911	63.349	(726)	18.308	12.794	93.725	(9)	434.627

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 de DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2009, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2009												
	Actividade nacional						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	2.569.214	354.151	1.953	82	(107.139)	2.818.261	171.623	6.013	23.770	13.481	214.887	(647.438)	2.385.710
Juros e encargos similares	(1.951.913)	(325.049)	(1.088)	(37)	107.139	(2.170.948)	(57.846)	(874)	(6.279)	-	(64.999)	650.615	(1.585.332)
Margem financeira	617.301	29.102	865	45	-	647.313	113.777	5.139	17.491	13.481	149.888	3.177	800.378
Rendimentos de instrumentos de capital	5.639	-	-	-	-	5.639	-	-	-	-	-	-	5.639
Rendimentos de serviços e comissões	430.934	6.603	-	12	(73)	437.476	-	2.104	-	1.589	3.693	(52.179)	388.990
Encargos com serviços e comissões	(99.708)	(400)	-	(9)	73	(100.044)	(285)	(80)	-	(767)	(1.132)	48.939	(52.237)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	52.423	-	-	-	-	52.423	-	(50)	192	-	142	-	52.565
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.124	-	-	-	-	1.124	-	5.454	-	-	5.454	-	6.578
Resultados de reavaliação cambial	7.513	161	(4)	-	-	7.670	-	11.776	(236)	13	11.553	-	19.223
Resultados de outros activos	35.726	(2)	7.546	2	-	43.272	-	-	-	-	-	-	43.272
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	11.657	-	-	-	-	11.657	-	-	-	-	-	-	11.657
Margem bruta da actividade de Seguros	23.820	-	-	-	-	23.820	-	-	-	-	-	63	23.883
Outros resultados de exploração	1.594	(115)	(52)	27	-	1.454	-	155	(3)	(85)	67	(4.230)	(2.709)
Produto bancário	1.088.023	35.349	8.355	77	-	1.131.804	113.492	24.498	17.444	14.231	169.665	(4.230)	1.297.239
Custos com o pessoal	(308.558)	(4.958)	-	(139)	-	(313.655)	(174)	(2.126)	(192)	(787)	(3.279)	-	(316.934)
Gastos gerais administrativos	(165.065)	(1.185)	(11)	(474)	-	(166.735)	(423)	(2.057)	(126)	(367)	(2.973)	4.228	(165.480)
Depreciações e amortizações	(68.474)	(257)	-	-	-	(68.731)	(1)	(241)	-	(21)	(263)	-	(68.994)
Provisões líquidas de anulações	(4.717)	11.073	-	(259)	72	6.169	-	(282)	-	9	(273)	-	5.896
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(89.672)	(3.202)	72	670	(72)	(92.204)	(336)	(3.764)	-	-	(4.100)	-	(96.304)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.469)	-	-	-	-	(1.469)	-	-	-	-	-	-	(1.469)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(17.903)	-	-	-	-	(17.903)	-	-	-	-	-	-	(17.903)
Resultados de associadas	(103)	-	-	-	-	(103)	-	-	-	-	-	-	(103)
Resultados antes de impostos e antes de interesses minoritários	432.062	36.820	8.416	(125)	-	477.173	112.558	16.028	17.126	13.065	158.777	(2)	635.948
Impostos correntes	(92.519)	(1.800)	(3.036)	102	-	(97.253)	(14.619)	(2.442)	(845)	(33)	(17.939)	-	(115.192)
Impostos diferidos	8.717	579	-	-	-	9.296	520	-	-	-	520	-	9.816
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	348.260	35.599	5.380	(23)	-	389.216	98.459	13.586	16.281	13.032	141.358	(2)	530.572
Interesses minoritários	(581)	-	(5)	-	-	(586)	(11)	(6.667)	(30)	(15)	(6.723)	-	(7.309)
Resultado consolidado do exercício	347.679	35.599	5.375	(23)	-	388.630	98.448	6.919	16.251	13.017	134.635	(2)	523.263

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
SANTANDER TOTTA , SGPS	-	-	100,00	100,00	3.154.079	3.047.259	2.976.476	2.931.554	279.892	265.901
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A. ⁽³⁾	97,52	97,39	99,86	99,86	48.696.964	51.488.163	1.753.362	2.102.201	278.010	439.048
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	-	-	24,96	25,47	814.340	534.269	158.703	166.035	30.895	36.382
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (6)}	-	-	99,86	99,86	311.788	311.786	311.788	311.786	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	99,86	99,86	32.923	30.417	32.665	30.109	204	300
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	-	-	99,86	99,86	1.113	966	968	846	56	126
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁵⁾	-	-	99,86	99,86	2.133.547	5.927.895	280.234	360.188	4.639	8.311
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	-	-	99,86	99,86	90.723	93.851	64.473	66.471	149	4.959
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	-	-	99,86	99,86	193.293	121.191	114.784	116.060	(1.195)	4.729
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	25,78	24,97	nd	11.584	nd	6.609	nd	(596)
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC,S.A. (Totta IFIC) ⁽³⁾	83,19	83,19	99,98	99,98	4.528.812	4.237.517	166.818	134.234	24.958	16.403
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS,S.A.	-	-	99,86	100,00	14.307	35.286	14.304	35.281	23	21.845
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (7)}	-	-	99,86	99,86	451.724	448.479	291.841	270.418	18.150	16.346
BANCO SANTANDER NEGÓCIOS PORTUGAL,S.A. ⁽³⁾	-	100,00	-	100,00	-	1.033.118	-	101.860	-	18.122
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM, S.A.	-	-	99,86	100,00	33.628	27.962	26.689	20.315	6.331	4.807
TAXAGEST, SGPS, S.A.	1,00	1,00	99,86	100,00	60.374	67.160	60.363	67.045	(2.435)	8.478
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	5.099.781	5.135.023	118.977	113.491	20.678	20.069
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	-	-	99,86	100,00	6.204	5.057	5.847	4.702	1.137	1.139
ISBAN PT - ENGENHARIA E SOFTWARE BANCÁRIO, S.A.	-	49,90	-	49,90	-	10.928	-	666	-	128
PARTANG, SGPS, S.A.	-	-	48,93	49,93	94.771	87.493	92.427	87.483	4.944	(2)
HIPOTOTTA nº 1 PLC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	282.445	323.381	(2.881)	(2.748)	(1.124)	(468)
HIPOTOTTA nº 2 PLC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	909.493	1.022.421	(10.705)	(10.385)	(1.983)	(2.235)
HIPOTOTTA nº 3 PLC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.581.593	1.743.436	(17.363)	(15.519)	(3.618)	(4.713)
HIPOTOTTA nº 4 PLC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.464.881	1.592.660	(17.578)	(15.399)	(2.912)	(3.276)
HIPOTOTTA nº 5 PLC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.255.211	1.423.277	(8.127)	6.187	(1.318)	(1.537)
HIPOTOTTA nº 6 Ltd ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	1.821.552	-	(7.430)	-	(2.463)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.641.785	1.785.966	(9.781)	(6.541)	(1.729)	(1.982)
HIPOTOTTA nº 8 Ltd ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.040.297	1.104.171	(5.454)	(3.857)	(151)	(1.327)
HIPOTOTTA nº 10 Ltd ⁽⁴⁾	-	-	-	-	825.853	876.806	(2.785)	(24)	(394)	(24)
LEASETOTTA nº 1 Ltd ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.368.933	1.373.152	(3.402)	-	1.183	-
HIPOTOTTA nº 1 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	272.269	313.811	269.705	309.421	(1.651)	(1.454)
HIPOTOTTA nº 2 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	895.884	1.009.324	885.025	992.861	(4.803)	(4.005)
HIPOTOTTA nº 3 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.575.344	22.259.671	1.556.184	1.713.727	(6.529)	(6.975)
HIPOTOTTA nº 4 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.447.882	1.579.952	1.431.778	1.558.174	(7.264)	(6.432)
HIPOTOTTA nº 5 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.249.022	1.419.228	1.240.708	1.407.666	(4.939)	(4.025)
HIPOTOTTA nº 6 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	1.816.362	-	1.799.534	-	(4.023)
HIPOTOTTA nº 7 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.625.006	1.767.804	1.614.575	1.753.669	(7.071)	(3.013)
HIPOTOTTA nº 8 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.020.165	1.085.914	1.011.190	1.074.774	(3.483)	(1.363)
HIPOTOTTA nº 10 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	808.389	856.650	803.778	854.522	(613)	(24)
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11)	-	-	-	-	3.861.233	-	38.412	-	-	-
LEASETOTTA nº 1 FTC ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.306.509	1.308.465	1.295.414	1.300.000	-	-
UNICRE	-	-	21,47	18,06	310.155	298.563	73.102	72.410	11.270	15.153

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
SANTANDER TOTTA , SGPS	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A. ⁽³⁾	Bancária	Portugal	Integral
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. ⁽⁸⁾	Bancária	Angola	Excluída de consolidação
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (6)}	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽⁸⁾	Imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC, S.A. ⁽³⁾	Leasing, Factoring e ALD	Portugal	Integral
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (7)}	Bancária	Porto Rico	Integral
BANCO SANTANDER NEGOCIOS PORTUGAL, S.A. ⁽³⁾	Bancária	Portugal	Integral
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFM, S.A.	Gestão de fundos	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS, S.A. ⁽⁸⁾	Gestão de participações sociais	Portugal	Excluída de consolidação
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽⁸⁾	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Excluída de consolidação
HIPOTOTTA nº 1 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 2 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 3 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 6 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 8 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 10 FTC ⁽⁴⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) ⁽⁹⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC ⁽⁴⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 1 PLC ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 2 PLC ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 3 PLC ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 6 Ltd ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 Ltd ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 8 Ltd ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 10 Ltd ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd ⁽⁴⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 30).
- (2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Demonstrações financeiras individuais apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.
- (4) De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de securitização, dado que detêm a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade, uma vez que tem na sua carteira as obrigações de maior grau de subordinação (Nota 47). Estas entidades incluem os Fundos Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e as entidades Hipototta PLC ou Ltd (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização e emitiram obrigações).
- (5) Os montantes reflectidos nas colunas do "Resultado do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2010 e 2009, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 59.332 e mEuros 93.787, respectivamente.
- (6) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (7) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (8) Valorizada por equivalência patrimonial.
- (9) De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas o compartimento das demonstrações financeiras da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. correspondente ao Hipototta nº 11, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados a esta operação de securitização, uma vez que tem na sua carteira as obrigações de maior grau de subordinação (Nota 47).

Em 26 de Maio de 2009, a Santander Totta Seguros procedeu a um aumento de capital social de 22.500.000 Euros para 47.250.000 Euros por entrada em dinheiro, subscrito na totalidade pela Santander Totta.

Na sequência do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 3 de Junho de 2009 o Banco aumentou o capital social da Madeisisa no montante de mEuros 50.898 através de transferência de acções correspondentes a 50,5% do Banco Totta de Angola, S.A..

Em 4 de Junho de 2009 foi constituída uma nova sociedade, Partang SGPS, S.A. (Partang), mediante a entrega de acções do Banco Totta de Angola correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, pela Madeisisa e pelo BST, respectivamente.

Adicionalmente, foi efectuado um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida a 50% pelo Grupo. Para o efeito, o BST e a Madeisisa cederam previamente à CGD por mEuros 150 e mEuros 15.130, respectivamente, os seus direitos de subscrição nesse aumento de capital.

No âmbito desta operação, o Banco vendeu 48,985% do Banco Totta de Angola, S.A. a entidades angolanas pelo montante de mEuros 66.590.

Nos termos do acordo inicial de Março de 2006, o BST tinha recebido mEuros 15.000 da CGD. Em 2009, este montante foi reembolsado à CGD acrescido de juros, nos termos do referido acordo.

Como resultado desta operação, em 2009 foi reconhecida uma mais valia consolidada no montante de mEuros 28.096, dos quais mEuros 28.058 afectos ao Grupo e mEuros 38 afectos a interesses minoritários (Notas 29, 39 e 40) e a participação efectiva da Santander Totta no Banco Totta de Angola passou a ser de 25,47%.

O controlo conjunto sobre a Partang, em iguais participações de 50%, pelo Grupo e pela CGD determinou a sua consolidação pelo método proporcional, bem como da sua participada, o Banco Totta de Angola.

Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola procedeu ao aumento do seu capital social de 793.609.000 Kwanzas para 8.575.000.000 Kwanzas. Este aumento de capital foi efectuado com a entrada em dinheiro de 7.780.600.000 Kwanzas, correspondentes a 100.000.000 Dólares Norte Americanos por todos os accionistas na proporção da participação detida, tendo por conseguinte a Partang efectuado uma contribuição de 51.000.000 Dólares Norte Americanos. Os remanescentes 791.000 Kwanzas do aumento de capital foram registados por integração de reservas livres. Após este aumento de capital, o valor unitário das 857.000.000 acções que passaram a constituir o capital, foram redenominadas para 17.150.000 acções, tendo o seu valor unitário passado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas.

Na mesma data o Banco Totta de Angola alterou a sua designação para a actual – Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA).

Em 13 de Novembro de 2009, a Madeisisa – SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. alterou a sua designação para Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang, que é detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, o Banco valorizou ao justo valor a participação anteriormente detida, tendo registado uma mais valia consolidada de mEuros 54.045, dos quais mEuros 53.973 afectos ao Grupo e mEuros 72 afectos a interesses minoritários (Notas 29, 39 e 40). Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 22 de Julho de 2010, o Conselho de Administração do Banco aprovou um projecto de fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). A concretização desta operação foi autorizada pelo Banco de Portugal em carta de 19 de Janeiro de 2011.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	217.801	231.990
Depósitos à ordem		
No Banco Central Europeu	99.074	473.910
Em Bancos Centrais no Estrangeiro	-	50.511
	-----	-----
	316.875	756.411
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	1.466	952
Cheques a cobrar	110.057	109.863
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito		
Depósitos à ordem	123.514	113.708
Cheques a cobrar	1.246	1.918
	-----	-----
	236.283	226.441
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Títulos		
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por não residentes		
Títulos do Banco Central de Angola	-	13.636
Instrumentos de Capital		
Emitidos por residentes		
Unidades de Participação	406.281	507.661
	-----	-----
	406.281	521.297
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.233.393	1.480.412
	-----	-----
	1.639.674	2.001.709
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundos especiais de investimento	127.258	227.840
Fundos de investimento mobiliário	255.930	227.538
Fundos de investimento imobiliário	23.093	52.283
	-----	-----
	406.281	507.661
	=====	=====

A rubrica de instrumentos financeiros derivados tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>			<u>2009</u>		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
		(Nota 20)	(Nota 12)		(Nota 20)	(Nota 12)
FRA's	550	-	550	2.004	1.659	345
Forwards	-	197	(197)	5.202	5.127	75
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	-	8.279	(8.279)	26.721	228	26.493
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	473.815	487.332	(13.517)	835.661	831.632	4.029
Contratos sobre cotações (equity swaps)	4	2.750	(2.746)	4.795	17.223	(12.428)
Opções	109.545	112.963	(3.418)	154.459	175.823	(21.364)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	649.479	651.076	(1.597)	451.570	453.756	(2.186)
	<u>1.233.393</u>	<u>1.262.597</u>	<u>(29.204)</u>	<u>1.480.412</u>	<u>1.485.448</u>	<u>(5.036)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do Tesouro	526.000	99.894
Dívida não subordinada	264.011	314.728
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	24.646	28.814
Outros emissores	2.131.104	3.030.572
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	26.538	29.715
Emitidos por não residentes	2.396	1.832
Outros títulos	-	500.000
	-----	-----
	2.974.695	4.005.555
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de “Instrumentos de capital – outros títulos” corresponde a unidades de participação adquiridas em Agosto de 2008 e com vencimento em 2017, passível de antecipação. Para financiamento deste activo, o Banco contratou operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal pelo mesmo montante, as quais se encontravam registadas na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 21). Em 30 de Junho de 2010, data da última liquidação de dividendos, o Banco exerceu o direito de venda antecipada.

Os dividendos, juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 37).

Os títulos incluídos em “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser divididos como segue:

Descrição	2010						2009					
	Produtos “Unit link”		Outros		Valias	Justo valor	Produtos “Unit link”		Outros produtos		Valias	Justo valor
	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber			Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber		
Instrumentos de Dívida												
Emitidos por residentes												
Obrigações do Tesouro	423.016	9.698	91.897	1.344	45	526.000	-	-	92.593	1.344	5.957	99.894
Dívida não subordinada	262.354	1.657	-	-	-	264.011	313.242	1.486	-	-	-	314.728
Emitidos por não residentes												
Emissores públicos estrangeiros	23.938	708	-	-	-	24.646	28.279	535	-	-	-	28.814
Outros emissores	2.094.790	36.314	-	-	-	2.131.104	2.981.042	49.530	-	-	-	3.030.572
Instrumentos de capital												
Emitidos por residentes	26.538	-	-	-	-	26.538	29.715	-	-	-	-	29.715
Emitidos por não residentes	2.396	-	-	-	-	2.396	1.832	-	-	-	-	1.832
Outros títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	-	-	500.000
	<u>2.833.032</u>	<u>48.377</u>	<u>91.897</u>	<u>1.344</u>	<u>45</u>	<u>2.974.695</u>	<u>3.354.110</u>	<u>51.551</u>	<u>592.593</u>	<u>1.344</u>	<u>5.957</u>	<u>4.005.555</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

2010								
Reserva de justo valor								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total	Correcções de valor	Imparidade (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos da Dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.250.229	31.498	-	(243.495)	(243.495)	49.489	(231)	2.087.490
Outros emissores públicos nacionais	133.505	987	-	(8.496)	(8.496)	-	-	125.996
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	175.199	207	-	(19.431)	(19.431)	-	-	155.975
Dívida não subordinada	640.948	8.682	4.788	(22.301)	(17.513)	-	(231)	631.886
Dívida subordinada	84.336	105	-	(32.230)	(32.230)	-	-	52.211
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	3.288.998	76.336	7.180	(186.543)	(179.363)	23.548	-	3.209.519
Outros emissores não residentes	25.213	482	272	(1.576)	(1.304)	-	-	24.391
	6.598.428	118.297	12.240	(514.072)	(501.832)	73.037	(462)	6.287.468
Instrumentos de Capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	205.921	-	-	(12.528)	(12.528)	-	(57.067)	136.326
Valorizados ao custo histórico	25.424	-	-	-	-	-	(6.624)	18.800
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	2.523	-	318	-	318	-	(1.535)	1.306
Valorizados ao custo histórico	1.936	-	-	-	-	-	(1.399)	537
	235.804	-	318	(12.528)	(12.210)	-	(66.625)	156.969
	6.834.232	118.297	12.558	(526.600)	(514.042)	73.037	(67.087)	6.444.437

2009								
Reserva de justo valor								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total	Correcções de valor	Imparidade (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos da Dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.572.977	16.223	5.009	(3.049)	1.960	7.767	(187)	1.598.740
Outros emissores públicos nacionais	135.000	1.012	-	(2.975)	(2.975)	-	-	133.037
Outros residentes								
Dívida não subordinada	788.548	8.587	13.093	(1.851)	11.242	-	(260)	808.117
Dívida subordinada	84.333	91	-	(17.514)	(17.514)	-	-	66.910
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	939.571	27.252	9.694	(3.067)	6.627	-	-	973.450
Outros emissores não residentes	1.244.352	3.152	1.081	(37.603)	(36.522)	-	-	1.210.982
	4.764.781	56.317	28.877	(66.059)	(37.182)	7.767	(447)	4.791.236
Instrumentos de Capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	206.109	-	2	(23.545)	(23.543)	-	(35.395)	147.171
Valorizados ao custo histórico	28.025	-	-	-	-	-	(6.655)	21.370
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	2.452	-	295	(1)	294	-	(1.535)	1.211
Valorizados ao custo histórico	2.223	-	-	-	-	-	(1.399)	824
	238.809	-	297	(23.546)	(23.249)	-	(44.984)	170.576
	5.003.590	56.317	29.174	(89.605)	(60.431)	7.767	(45.431)	4.961.812

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a nível consolidado, o Grupo detinha 15.032.413 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 42.164. Em 31 de Dezembro de 2009, a reserva de justo valor antes de impostos negativa ascendia a mEuros 10.296. No exercício de 2010, o Grupo registou uma imparidade para estes títulos no montante de mEuros 21.345.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados no montante de mEuros 73.037 e de mEuros 7.767 relativas a correcções de valor de operações de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas incluem os seguintes títulos:

Descrição	2010					2009						
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	34.362	540	-	(267)	-	34.635	101.538	3.653	-	1.222	-	106.413
. Com vencimento entre um e três anos	165.394	2.356	-	(4.243)	-	163.507	23.141	544	-	7	-	23.692
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.240.427	9.698	15.428	(103.669)	-	1.161.884	1.330.924	11.013	7.767	3.565	-	1.353.269
. Com vencimento entre cinco e dez anos	791.842	18.743	34.061	(134.667)	-	709.979	116.887	1.009	-	(2.834)	-	115.062
. Com vencimento a mais de dez anos	7.495	157	-	(597)	-	7.055	-	-	-	-	-	-
Bilhetes do Tesouro - Portugal	10.222	-	-	(52)	-	10.170	-	-	-	-	-	-
Outros	487	4	-	-	(231)	260	487	4	-	-	(187)	304
	2.250.229	31.498	49.489	(243.495)	(231)	2.087.490	1.572.977	16.223	7.767	1.960	(187)	1.598.740
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento a um ano	5.739	51	-	24	-	5.814	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre um e três anos	1.454.800	27.797	(2.077)	(36.588)	-	1.443.932	10.267	60	-	453	-	10.780
. Com vencimento entre três e cinco anos	650.855	24.857	-	(30.195)	-	645.517	17.462	629	-	536	-	18.627
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	25.625	(118.265)	-	930.388	641.792	24.230	-	(2.630)	-	663.392
	3.111.394	75.733	23.548	(185.024)	-	3.025.651	669.521	24.919	-	(1.641)	-	692.799
Obrigações do Tesouro - Outros países												
. Com vencimento a um ano	51.036	252	-	1.102	-	52.390	3.930	99	-	-	-	4.029
. Com vencimento entre um e três anos	23.853	115	-	425	-	24.393	68.790	298	-	3.001	-	72.089
. Com vencimento entre três e cinco anos	31.919	223	-	1.152	-	33.294	55.778	330	-	2.322	-	58.430
. Com vencimento entre cinco e dez anos	40.216	-	-	3.438	-	43.654	38.425	17	-	2.449	-	40.891
. Com vencimento a mais de dez anos	30.580	13	-	(456)	-	30.137	33.155	2	-	496	-	33.653
Obrigações do Tesouro - Angola	-	-	-	-	-	-	69.972	1.587	-	-	-	71.559
	177.604	603	-	5.661	-	183.868	270.050	2.333	-	8.268	-	280.651
	5.539.227	107.834	73.037	(422.858)	(231)	5.297.009	2.512.548	43.475	7.767	8.587	(187)	2.572.190

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 4.725.398 e mEuros 1.586.220, respectivamente, utilizados como colaterais em operações de financiamento (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010					2009				
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY	105.283	134	(17.471)	-	87.946	110.200	184	-	-	110.384
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	69.867	72	(1.953)	-	67.986	104.798	93	(101)	-	104.790
Outros	49	1	(7)	-	43	-	-	-	-	-
	<u>175.199</u>	<u>207</u>	<u>(19.431)</u>	<u>-</u>	<u>155.975</u>	<u>214.998</u>	<u>277</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>	<u>215.174</u>
Dívida não subordinada										
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.772	2.376	2.209	-	144.357	139.681	2.377	867	-	142.925
GALP ENERGIA 05-2013	90.000	514	1.341	-	91.855	90.000	432	7.888	-	98.320
BANCO ESPÍRITO SANTO 3.75% 01/12	77.586	2.750	(2.148)	-	78.188	78.002	2.750	1.390	-	82.142
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	74.176	156	(1.492)	-	72.840	74.680	156	1.325	-	76.161
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	370	(10.115)	-	60.255	70.000	352	(1.749)	-	68.603
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.976	1.272	(2.141)	-	59.107	59.958	1.272	1.137	-	62.367
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO A	35.903	52	1.189	-	37.144	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2010/2	24.300	63	-	-	24.363	-	-	-	-	-
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.708	813	(654)	-	23.867	23.812	813	415	-	25.040
EDIA 2010/2030	19.250	291	(4.289)	-	15.252	-	-	-	-	-
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	4	(1.454)	-	13.550	15.000	4	-	-	15.004
PORTUCEL FLTG 2005/2010	-	-	-	-	-	19.940	105	42	-	20.087
Outros	11.277	21	41	(231)	11.108	2.477	49	28	(260)	2.294
	<u>640.948</u>	<u>8.682</u>	<u>(17.513)</u>	<u>(231)</u>	<u>631.886</u>	<u>573.550</u>	<u>8.310</u>	<u>11.343</u>	<u>(260)</u>	<u>592.943</u>
Dívida subordinada										
CXGD Float 06/49	45.780	8	(18.780)	-	27.008	45.780	7	(10.680)	-	35.107
CXGD Float 49-15	14.533	2	(5.252)	-	9.283	14.533	1	(2.346)	-	12.188
BPI Cap Fin Float 49	21.268	90	(6.893)	-	14.465	21.268	79	(3.767)	-	17.580
Outros	2.755	5	(1.305)	-	1.455	2.752	4	(721)	-	2.035
	<u>84.336</u>	<u>105</u>	<u>(32.230)</u>	<u>-</u>	<u>52.211</u>	<u>84.333</u>	<u>91</u>	<u>(17.514)</u>	<u>-</u>	<u>66.910</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de instrumentos de dívida – outros emissores não residentes inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010				2009			
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço
Intrumentos de dívida - Outros emissores não residentes								
Santan FRN 14/06/13	4.718	3	31	4.752	-	-	-	-
BCPN FLOAT 12/16	4.499	2	(1.259)	3.242	4.498	1	(469)	4.030
Santander 17-12	1.906	19	(186)	1.739	1.980	21	106	2.107
Euro DM Cpn 0 03/11	1.773	-	11	1.784	1.693	-	59	1.752
Irish Life 6.25 02/11	1.701	93	(52)	1.742	1.717	93	(47)	1.763
AYT Cedulas 4% 04/14	1.495	44	(70)	1.469	1.493	44	9	1.546
BBVSM 4.25% 07/14	1.405	28	(8)	1.425	1.507	30	64	1.601
HSBC 5.375% 12/12	1.305	2	52	1.359	1.307	2	82	1.391
Socgen 5.625% 02/12	1.027	51	25	1.103	1.034	51	51	1.136
CCCI 5.875% 04/12	1.004	40	30	1.074	1.066	42	33	1.141
SANTANDER EMPRESAS 3 - SERIE C	-	-	-	-	117.265	266	(5.123)	112.408
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE C	-	-	-	-	96.178	157	(1.983)	94.352
FTPME SANTANDER 1 B2	-	-	-	-	91.578	130	(747)	90.961
FTPME SANTANDER 2 C	-	-	-	-	81.406	173	(980)	80.599
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE B	-	-	-	-	80.628	121	(655)	80.094
SANTANDER HIPOTECARIO 3 - CLASS B	-	-	-	-	79.200	156	(2.117)	77.239
SANTANDER CONSUMER SPAIN-SERIE B	-	-	-	-	78.000	24	(4.542)	73.482
SANTANDER EMPRESAS 2 B	-	-	-	-	74.154	81	(1.418)	72.817
SANTANDER FINANCIACION 1 C	-	-	-	-	61.719	125	(3.134)	58.710
FTPME SANTANDER 2 D	-	-	-	-	59.773	173	(2.028)	57.918
SANTANDER HIPOTECARIO 1 SERIE B	-	-	-	-	53.880	121	(1.683)	52.318
SANTANDER HIPOTECARIO 2 B	-	-	-	-	51.843	100	(1.456)	50.487
SANTANDER HIPOTECARIO 1 C	-	-	-	-	47.821	126	(2.768)	45.179
SANTANDER HIPOTECARIO 3 - CLASS C	-	-	-	-	47.500	102	(2.293)	45.309
SANTANDER EMPRESAS 3-SERIE B	-	-	-	-	39.688	87	(903)	38.872
SANTANDER EMPRESAS 2 C	-	-	-	-	36.385	44	(1.565)	34.864
SANTANDER HIPOTECARIO 2 C	-	-	-	-	32.408	69	(1.667)	30.810
FTPME SANTANDER 1 C	-	-	-	-	27.452	56	(802)	26.706
SANTANDER FINANCIACION 1 B	-	-	-	-	25.708	48	(619)	25.137
Domos 2000 A4 12/29	-	-	-	-	10.592	61	(188)	10.465
Santander Float 04/10	-	-	-	-	5.952	16	12	5.980
Santander Float 14/06/13	-	-	-	-	4.615	2	247	4.864
Santan 6.375% 07/10	-	-	-	-	4.524	141	34	4.699
Santander Float/10	-	-	-	-	4.196	6	4	4.206
Santan 6% 03/14/11	-	-	-	-	3.183	153	114	3.450
OTE 3.75% 11/11/11	-	-	-	-	1.220	6	17	1.243
TITIM 4.5% 01/11	-	-	-	-	1.208	50	25	1.283
VW 4.75% 07/19/11	-	-	-	-	1.167	25	25	1.217
Halifax GRP 29/12/49	-	-	-	-	1.091	5	(395)	701
FRTEL 6.625% 11/10	-	-	-	-	1.047	10	22	1.079
Alliance & Leic 5%	-	-	-	-	1.003	12	14	1.029
Outros	4.380	200	122	4.702	5.673	222	142	6.037
	25.213	482	(1.304)	24.391	1.244.352	3.152	(36.522)	1.210.982

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010				2009			
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao Justo Valor								
FUNDO INV MOB TOTTA MULTIOBRIGAÇÕES	106.923	(12.434)	-	94.489	118.090	(13.129)	-	104.961
BPI	42.164	-	(21.345)	20.819	42.164	(10.296)	-	31.868
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	11.816	-	-	11.816	2.157	-	-	2.157
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	3.154	-	-	3.154	2.469	-	-	2.469
Outros	10.214	224	(3.084)	7.354	9.712	176	(2.961)	6.927
Títulos com imparidade a 100%	34.173	-	(34.173)	-	33.969	-	(33.969)	-
	208.444	(12.210)	(58.602)	137.632	208.561	(23.249)	(36.930)	148.382
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE, S.A. (prestações suplementare	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE S.A. (EX - AENOR)	3.749	-	(4)	3.745	3.749	-	(4)	3.745
SIBS - SOC.INTERBANCARIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
Outros	10.297	-	(1.915)	8.382	13.154	-	(1.915)	11.239
Títulos com imparidade a 100%	6.104	-	(6.104)	-	6.135	-	(6.135)	-
	27.360	-	(8.023)	19.337	30.248	-	(8.054)	22.194

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2010					2009				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço	
Instrumentos de Dívida										
. entre 0% e 25%	6.032.350	114.229	73.037	(480.583)	5.739.033	2.267.730	28.544	(64.943)	2.231.331	
. entre 25% e 50%	88.836	107	-	(33.489)	55.454	3.843	9	(1.116)	2.736	
	<u>6.121.186</u>	<u>114.336</u>	<u>73.037</u>	<u>(514.072)</u>	<u>5.794.487</u>	<u>2.271.573</u>	<u>28.553</u>	<u>(66.059)</u>	<u>2.234.067</u>	
Instrumentos de Capital										
. entre 0% e 25%	107.423	-	-	(12.528)	94.895	160.760	-	(23.512)	137.248	
. superior a 50%	-	-	-	-	-	63	-	(34)	29	
	<u>107.423</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.528)</u>	<u>94.895</u>	<u>160.823</u>	<u>-</u>	<u>(23.546)</u>	<u>137.277</u>	
	<u>6.228.609</u>	<u>114.336</u>	<u>73.037</u>	<u>(526.600)</u>	<u>5.889.382</u>	<u>2.432.396</u>	<u>28.553</u>	<u>(89.605)</u>	<u>2.371.344</u>	

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	-	12.175
Empréstimos	131.167	746.824
Juros a receber	828	1.131
Outras aplicações	500.000	-
	<u>631.995</u>	<u>760.130</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	564	1.143.036
Depósitos	1.106.000	658.114
Outras aplicações	141.787	5.253
Juros a receber	34.282	30.602
	<u>1.282.633</u>	<u>1.837.005</u>
	<u>1.914.628</u>	<u>2.597.135</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito geral		
Crédito Interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.594.663	1.831.168
Empréstimos	5.100.288	4.825.782
Factoring	1.517.055	1.147.816
Locação financeira	549.698	462.288
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	254.255	292.491
Descobertos	399.902	332.686
Outros créditos	25.686	54.829
A particulares		
Habitação	5.781.267	4.844.315
Consumo e outros	2.078.614	2.123.527
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	244.631	209.872
Empréstimos	548.047	618.786
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	92	421
Descobertos	4.622	4.122
Factoring	109.541	75.655
Outros créditos	3.077	1.693
A particulares		
Habitação	387.392	442.557
Consumo e outros	44.472	32.327
	-----	-----
	18.643.302	17.300.335
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Papel comercial	2.633.386	2.658.983
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito à habitação (Nota 47)		
. Hipototta nº 1	268.027	307.146
. Hipototta nº 2	876.988	982.608
. Hipototta nº 3	1.543.260	1.700.765
. Hipototta nº 4	1.422.287	1.547.175
. Hipototta nº 5	1.231.046	1.397.600
. Hipototta nº 6	-	1.777.772
. Hipototta nº 7	1.601.178	1.739.359
. Hipototta nº 8	978.832	1.058.856
. Hipototta nº 10	802.442	852.134
. Hipototta nº 11	1.873.515	-
Leasing e aluguer de longa duração (Nota 47)		
. Leasetotta nº 1	907.556	1.086.930
	-----	-----
	11.505.131	12.450.345
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	31.711	28.785
Há mais de 90 dias	444.921	372.770
	-----	-----
	476.632	401.555
	-----	-----
	33.258.451	32.811.218
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	60.603	56.442
Crédito titulado	5.510	3.571
Activos titularizados não desreconhecidos	25.417	26.930
Despesas com encargo diferido	114.721	122.154
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(118.327)	(118.590)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.306	4.082
	-----	-----
	92.230	94.589
	-----	-----
	33.350.681	32.905.807
Imparidade em crédito a clientes (Nota 25)	(536.657)	(487.461)
	-----	-----
	32.814.024	32.418.346
	=====	=====

Em 2010 e 2009 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas, maioritariamente constituídas por crédito vencido e por crédito já abatido ao activo. Como resultado destas operações, foram registados ganhos líquidos no valor de mEuros 78 e mEuros 4.278, respectivamente (Nota 40).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	31.711	28.785
Entre três e seis meses	36.847	30.664
Entre seis meses e um ano	122.625	133.152
Entre um e três anos	236.862	190.686
Mais de três anos	48.587	18.268
	-----	-----
	476.632	401.555
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da carteira de crédito a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2010			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	204.513	3.507	208.020	0,63%
Silvicultura e Exploração Florestal	39.670	240	39.910	0,12%
Pesca	34.886	214	35.100	0,11%
Indústrias Extractivas	413.086	1.204	414.290	1,25%
Indústrias Alimentares	295.715	1.672	297.387	0,89%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	191.845	468	192.313	0,58%
Indústrias Texteis e do Calçado	532.074	4.659	536.733	1,61%
Indústrias de Madeira e Cortiça	133.316	2.012	135.328	0,41%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	185.090	1.477	186.567	0,56%
Indústrias Químicas	180.391	556	180.947	0,54%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	248.443	1.848	250.291	0,75%
Indústrias Metalomecânicas	176.447	3.766	180.213	0,54%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	351.297	5.167	356.464	1,07%
Electricidade Água e Gás	292.242	1.104	293.346	0,88%
Construção Civil e Obras Públicas	2.299.367	72.530	2.371.897	7,13%
Comércio por Grosso	855.863	11.055	866.918	2,61%
Comércio a Retalho	837.847	14.849	852.696	2,56%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	477.846	5.838	483.684	1,45%
Transportes e Armazenagem	1.002.116	2.484	1.004.600	3,02%
Comunicações	254.558	1.697	256.255	0,77%
Instituições Financeiras não Monetárias	1.117.600	12	1.117.612	3,36%
Sector Público Administrativo	1.072.916	2.663	1.075.579	3,23%
Outras Empresas de Serviços	2.431.911	37.755	2.469.666	7,43%
Crédito a Particulares	18.322.184	285.678	18.607.862	55,95%
Crédito ao Exterior	382.353	2.454	384.807	1,16%
Outros Créditos	448.243	11.723	459.966	1,39%
	<u>32.781.819</u>	<u>476.632</u>	<u>33.258.451</u>	<u>100,00%</u>

	2009			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	210.678	3.933	214.611	0,65%
Silvicultura e Exploração Florestal	40.358	260	40.618	0,12%
Pesca	34.349	158	34.507	0,11%
Indústrias Extractivas	421.870	686	422.556	1,29%
Indústrias Alimentares	315.335	1.350	316.685	0,97%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	169.927	336	170.263	0,52%
Indústrias Texteis e do Calçado	531.893	4.123	536.016	1,63%
Indústrias de Madeira e Cortiça	183.495	5.446	188.941	0,58%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	173.444	1.499	174.943	0,53%
Indústrias Químicas	141.562	676	142.238	0,43%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	173.553	1.144	174.697	0,53%
Indústrias Metalomecânicas	178.539	1.555	180.094	0,55%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	235.268	6.667	241.935	0,74%
Electricidade Água e Gás	532.658	465	533.123	1,62%
Construção Civil e Obras Públicas	2.217.290	41.972	2.259.262	6,89%
Comércio por Grosso	774.660	11.579	786.239	2,40%
Comércio a Retalho	869.078	12.772	881.850	2,69%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	437.177	3.954	441.131	1,34%
Transportes e Armazenagem	663.680	2.289	665.969	2,03%
Comunicações	242.721	1.466	244.187	0,74%
Instituições Financeiras não Monetárias	1.102.276	533	1.102.809	3,36%
Sector Público Administrativo	825.877	78	825.955	2,52%
Outras Empresas de Serviços	2.704.353	35.996	2.740.349	8,35%
Crédito a Particulares	18.281.019	257.755	18.538.774	56,50%
Crédito ao Exterior	269.588	2.091	271.679	0,83%
Outros Créditos	679.015	2.772	681.787	2,08%
	<u>32.409.663</u>	<u>401.555</u>	<u>32.811.218</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	13.737.287	13.737.287
. Com indícios de imparidade	180.390	262.991	443.381
	-----	-----	-----
	180.390	14.000.278	14.180.668
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.360.671	15.360.671
. Com indícios de imparidade	202.461	1.263.316	1.465.777
	-----	-----	-----
	202.461	16.623.987	16.826.448
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.179.495	1.179.495
. Com indícios de imparidade	20.568	128.021	148.589
	-----	-----	-----
	20.568	1.307.516	1.328.084
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	258.758	258.758
. Com indícios de imparidade	18.338	24.367	42.705
	-----	-----	-----
	18.338	283.125	301.463
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	434.810	434.810
. Com indícios de imparidade	54.875	132.103	186.978
	-----	-----	-----
	54.875	566.913	621.788
	-----	-----	-----
	476.632	32.781.819	33.258.451
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	13.739.546	13.739.546
· Com indícios de imparidade	138.850	197.987	336.837
	-----	-----	-----
	138.850	13.937.533	14.076.383
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	15.302.418	15.302.418
· Com indícios de imparidade	199.295	1.021.664	1.220.959
	-----	-----	-----
	199.295	16.324.082	16.523.377
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.187.917	1.187.917
· Com indícios de imparidade	21.608	136.133	157.741
	-----	-----	-----
	21.608	1.324.050	1.345.658
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	252.577	252.577
· Com indícios de imparidade	12.098	29.728	41.826
	-----	-----	-----
	12.098	282.305	294.403
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	383.853	383.853
· Com indícios de imparidade	29.704	157.840	187.544
	-----	-----	-----
	29.704	541.693	571.397
	-----	-----	-----
	401.555	32.409.663	32.811.218
	=====	=====	=====

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010			2009		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	59.310	119.988	(60.678)	33.169	33.366	(197)
Swaps cotações (equity swap)	16.769	48.112	(31.343)	155.872	181.335	(25.463)
Opções AutoCallable	14.638	21.162	(6.524)	2.534	22.366	(19.832)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	40.795	161	40.634	67.940	-	67.940
	<u>131.512</u>	<u>189.423</u>	<u>(57.911)</u>	<u>259.515</u>	<u>237.067</u>	<u>22.448</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

		Valor nominal						Valor nominal				
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	USD	GBP	JPY	Outros
1.Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)												
Forwards	(197)	47.807	83.791	22.633	34.926	-	189.157	96.472	71.977	9.421	4.595	6.692
Swaps de divisas (currency swaps)	(8.279)	2.147.426	-	45.798	-	-	2.193.224	1.100.813	981.672	58.140	-	52.599
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	(13.516)	222.166	1.120.119	995.425	5.325.232	5.193.657	12.856.599	12.625.388	56.944	174.267	-	-
Swaps de cotações (equity swaps)	(2.747)	196.679	202.148	576.881	3.072.435	1.460.930	5.509.073	5.481.717	27.356	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções	(3.419)	113.936	66.759	23.671	44.529	458.037	706.932	493.641	195.848	3.253	3.682	10.508
FRA	550	75.000	50.000	-	-	10.860	135.860	135.860	-	-	-	-
Outros (Caps & Floors)	(1.596)	215.712	16.868	84.512	948.367	2.338.065	3.603.524	3.569.397	34.127	-	-	-
	<u>(29.204)</u>	<u>3.018.726</u>	<u>1.539.685</u>	<u>1.748.920</u>	<u>9.425.489</u>	<u>9.461.549</u>	<u>25.194.369</u>	<u>23.503.288</u>	<u>1.367.924</u>	<u>245.081</u>	<u>8.277</u>	<u>69.799</u>
2.Instrumentos derivados de cobertura												
Cobertura de justo valor												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	(60.678)	421	42.844	51.736	3.218.592	3.320.164	6.633.757	6.559.511	74.246	-	-	-
Swaps de cotações (equity swap)	(31.343)	248.000	229.060	164.080	458.849	728.597	1.828.586	1.706.983	121.603	-	-	-
Opções AutoCallable	(6.524)	70.938	179.905	284.547	541.686	-	1.077.076	1.076.695	381	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	40.634	1.918.200	1.000.000	-	550.000	200.000	3.668.200	3.668.200	-	-	-	-
	<u>(57.911)</u>	<u>2.237.559</u>	<u>1.451.809</u>	<u>500.363</u>	<u>4.769.127</u>	<u>4.248.761</u>	<u>13.207.619</u>	<u>13.011.389</u>	<u>196.230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal				
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	USD	GBP	JPY	Outros
1.Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)												
Forwards	75	676.824	29.198	60.499	36.391	-	802.912	402.891	283.594	43.254	22.385	50.788
Swaps de divisas (currency swaps)	26.493	4.464.111	51.243	-	-	-	4.515.354	2.244.684	1.441.413	750.502	-	78.755
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	4.029	408.548	728.776	2.368.047	5.454.896	6.775.527	15.735.794	15.516.243	50.651	168.900	-	-
Swaps de cotações (equity swaps)	(12.428)	65.257	144.139	641.205	2.062.889	4.081.054	6.994.544	6.994.530	14	-	-	-
Futuros	-	416.193	-	-	125.362	-	541.555	541.555	-	-	-	-
Opções	(21.364)	76.505	95.478	194.475	13.791	489.873	870.122	514.936	343.170	-	12.016	-
FRA	345	100.000	-	-	-	10.860	110.860	110.860	-	-	-	-
Outros (Caps & Floors)	(2.186)	163.051	13.370	2.089.808	1.083.302	2.387.437	5.736.968	5.718.920	18.048	-	-	-
	<u>(5.036)</u>	<u>6.370.489</u>	<u>1.062.204</u>	<u>5.354.034</u>	<u>8.776.631</u>	<u>13.744.751</u>	<u>35.308.109</u>	<u>32.044.619</u>	<u>2.136.890</u>	<u>962.656</u>	<u>34.401</u>	<u>129.543</u>
2.Instrumentos derivados de cobertura												
Cobertura de justo valor												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	(197)	22.227	8.108	1.279.822	1.110.021	1.731.421	4.151.599	4.120.703	30.896	-	-	-
Swaps de cotações (equity swap)	(25.463)	176.468	194.388	494.163	952.809	484.527	2.302.355	2.221.126	81.229	-	-	-
Opções AutoCallable	(19.832)	162.416	6.000	155.931	673.646	252.160	1.250.153	1.249.800	353	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	67.940	-	-	12.607.293	2.918.200	-	15.525.493	15.525.493	-	-	-	-
	<u>22.448</u>	<u>361.111</u>	<u>208.496</u>	<u>14.537.209</u>	<u>5.654.676</u>	<u>2.468.108</u>	<u>23.229.600</u>	<u>23.117.122</u>	<u>112.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	120.751	122.075
Imóveis de serviço próprio para venda	21.284	20.543
Equipamento	1.579	-
	-----	-----
	143.614	142.618
Imparidade (Nota 25)	(47.873)	(42.327)
	-----	-----
	95.741	100.291
	=====	=====

O movimento nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser apresentado da seguinte forma:

	2010								2010		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	Transferências de activos tangíveis e outros activos	Utilização de imparidade	Perdas por imparidade Reforços	Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	122.075	(38.139)	92.973	(93.407)	(890)	13.667	(24.330)	(11.832)	120.751	(36.970)	83.781
Imóveis de serviço próprio para venda	20.543	(4.188)	84	-	657	-	(6.402)	(467)	21.284	(10.123)	11.161
Equipamento	-	-	3.285	(2.619)	913	324	(1.104)	-	1.579	(780)	799
	<u>142.618</u>	<u>(42.327)</u>	<u>96.342</u>	<u>(96.026)</u>	<u>680</u>	<u>13.991</u>	<u>(31.836)</u>	<u>(12.299)</u>	<u>143.614</u>	<u>(47.873)</u>	<u>95.741</u>

	2009								2009		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Utilização de imparidade	Perdas por imparidade Reforços	Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	127.087	(41.394)	95.755	(100.767)	-	18.824	(15.631)	(62)	122.075	(38.139)	83.936
Imóveis de serviço próprio para venda	18.090	(2.640)	-	(921)	3.374	469	(2.017)	-	20.543	(4.188)	16.355
	<u>145.177</u>	<u>(44.034)</u>	<u>95.755</u>	<u>(101.688)</u>	<u>3.374</u>	<u>19.293</u>	<u>(17.648)</u>	<u>(62)</u>	<u>142.618</u>	<u>(42.327)</u>	<u>100.291</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Transferências																					Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio			31-12-2010			
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação						De / Para activos detidos para venda		Entre activos fixos		Amortizações do Exercício																		
	31-12-2009						Abates																						
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Exercício	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade (Nota 25)	Valor Líquido					
Outros activos tangíveis																													
Imóveis																													
Imóveis de serviço próprio	418.970	(110.158)	(2.394)	(2.673)	276	20	11.115	80	16	-	(533)	(111)	1.549	(309)	(7.984)	(109)	-	309	(29)	(2)	428.657	(118.299)	(2.485)	307.873					
Despesas em edifícios arrendados	130.457	(93.524)	-	(78)	27	-	4.557	-	-	-	(15)	5	(1.550)	313	(5.997)	-	-	21	(13)	-	133.392	(99.189)	-	34.203					
Outros imóveis	1.538	(274)	(698)	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	-	-	-	1.542	(295)	(698)	549					
Activos tangíveis em curso																													
Imóveis de serviço próprio	5.416	-	-	(6.126)	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	708	-	-	1	-	-	1					
Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1					
	556.382	(203.956)	(3.092)	(8.877)	303	20	15.679	80	16	-	(548)	(106)	(1)	4	(14.002)	(109)	-	1.038	(42)	(2)	563.593	(217.783)	(3.183)	342.627					
Equipamento																													
Mobiliário e material	22.416	(13.956)	-	(258)	100	-	1.146	-	-	-	-	1	-	(2.168)	-	-	32	(13)	-	-	23.337	(16.037)	-	7.300					
Máquinas e ferramentas	4.177	(3.848)	-	(153)	73	-	41	4	4	-	-	-	1	(135)	-	-	19	(10)	-	-	4.080	(3.915)	-	165					
Equipamento informático	115.512	(92.566)	-	(476)	252	-	7.041	321	310	-	(3)	3	-	(9.567)	-	-	56	(28)	-	-	121.809	(101.596)	-	20.213					
Instalações interiores	89.254	(76.960)	-	(257)	89	-	847	34	27	-	(4)	1	2	(3.103)	-	-	29	(11)	-	-	89.837	(79.960)	-	9.877					
Material de transporte	18.799	(10.504)	-	(555)	415	-	4.250	3.593	3.471	-	-	-	-	(3.878)	-	-	73	(50)	-	-	18.974	(10.546)	-	8.428					
Equipamento de segurança	27.446	(25.739)	-	(62)	20	-	390	-	-	-	(1)	1	-	(1)	(623)	-	-	7	(2)	-	27.780	(26.344)	-	1.436					
Outro equipamento	5.107	(1.979)	-	(2)	1	-	384	-	-	-	-	(2)	(1)	(639)	-	-	-	-	-	-	5.487	(2.618)	-	2.869					
Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
	282.711	(225.552)	-	(1.763)	950	-	14.099	3.952	3.812	-	(8)	5	1	(4)	(20.113)	-	-	216	(114)	-	291.304	(241.016)	-	50.288					
Outros activos tangíveis																													
Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-					
Património artístico	1.540	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1.538	-	-	1.538					
Outros	39	(39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	(39)	-	-					
	1.860	(320)	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1.858	(320)	-	1.538					
	840.953	(429.828)	(3.092)	(10.643)	1.253	20	29.778	4.032	3.828	-	(556)	(101)	-	-	(34.115)	(109)	-	1.256	(156)	(2)	856.755	(459.119)	(3.183)	394.453					
Activos intangíveis																													
Software	264.340	(191.808)	-	(563)	487	-	26.108	6.560	6.560	-	-	-	7.704	-	(32.844)	-	-	65	(53)	-	291.094	(217.658)	-	73.436					
Activos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	9.148	-	-	-	-	-	(7.704)	-	-	-	-	-	-	-	1.444	-	-	1.444					
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Trespasaxes	3.614	(3.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1					
Outros	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300	-	-	1.300					
	269.254	(195.421)	-	(563)	487	-	35.256	6.560	6.560	-	-	-	-	-	(32.844)	-	-	65	(53)	-	297.452	(221.271)	-	76.181					

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Transferências																											
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação										De / Para activos detidos para venda				Entre activos fixos		Amortizações do Exercício	Imparidade	Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio			31-12-2009					
	31-12-2008			31-12-2008			Abates			Valor Bruto		Amortizações		Valor Bruto		Amortizações				Valor Bruto			Amortizações			Imparidade	Líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)			
Outros activos tangíveis																												
Imóveis																												
. Imóveis de serviço próprio	417.759	(104.251)	(1.038)	(2.682)	177	21	6.872	-	1	-	(5.067)	1.700	2.649	-	(7.831)	(1.384)	-	(561)	46	7	418.970	(110.158)	(2.394)	306.418				
. Despesas em edifícios arrendados	125.238	(88.825)	-	(81)	20	-	6.160	1.251	1.148	-	(5)	1	418	4	(5.882)	-	-	(22)	10	-	130.457	(93.524)	-	36.933				
. Outros imóveis	7.675	(2.054)	(4.986)	-	-	-	-	6.137	1.800	4.040	-	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-	1.538	(274)	(698)	566				
Activos tangíveis em curso																												
. Imóveis de serviço próprio	8.724	-	-	(4.172)	-	-	4.591	-	-	-	-	-	(2.895)	-	-	-	-	(832)	-	-	5.416	-	-	5.416				
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	171	-	-	-	-	-	(171)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1				
	559.397	(195.130)	(6.024)	(6.935)	197	21	17.794	7.388	2.949	4.040	(5.072)	1.701	1	4	(13.733)	(1.384)	248	(1.415)	56	7	556.382	(203.956)	(3.092)	349.334				
Equipamento																												
. Mobiliário e material	21.334	(11.853)	-	(246)	78	-	1.452	67	45	-	-	-	(5)	-	(2.246)	-	-	(52)	20	-	22.416	(13.956)	-	8.460				
. Máquinas e ferramentas	4.340	(3.769)	-	(146)	59	-	44	29	26	-	-	-	-	-	(179)	-	-	(32)	15	-	4.177	(3.848)	-	329				
. Equipamento informático	106.762	(82.908)	-	(475)	200	-	9.523	201	179	-	-	-	-	-	(10.086)	-	-	(97)	49	-	115.512	(92.566)	-	22.946				
. Instalações interiores	88.580	(73.691)	-	(244)	67	-	1.151	132	99	-	(51)	48	-	-	(3.500)	-	-	(50)	17	-	89.254	(76.960)	-	12.294				
. Material de transporte	18.945	(11.001)	-	(463)	307	-	4.610	4.193	3.953	-	-	-	-	(4)	(3.840)	-	-	(100)	81	-	18.799	(10.504)	-	8.295				
. Equipamento de segurança	27.081	(25.114)	-	(60)	15	-	505	67	67	-	-	-	-	-	(711)	-	-	(13)	4	-	27.446	(25.739)	-	1.707				
. Outro equipamento	4.791	(1.391)	-	(2)	1	-	345	31	8	-	-	-	5	-	(597)	-	-	(1)	-	-	5.107	(1.979)	-	3.128				
. Activos tangíveis em curso	23	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
	271.856	(209.727)	-	(1.636)	727	-	17.630	4.743	4.377	-	(51)	48	-	(4)	(21.159)	-	-	(345)	186	-	282.711	(225.552)	-	57.159				
Outros activos tangíveis																												
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-				
. Património artístico	1.545	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	1.540	-	-	1.540				
. Outros	39	(39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	(39)	-	-				
	1.865	(320)	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	1.860	(320)	-	1.540				
	833.118	(405.177)	(6.024)	(8.574)	924	21	35.424	12.131	7.326	4.040	(5.123)	1.749	(1)	-	(34.892)	(1.384)	248	(1.760)	242	7	840.953	(429.828)	(3.092)	408.033				
Activos intangíveis																												
. Software	185.559	(138.424)	-	(582)	378	-	22.436	(19.747)	(19.763)	-	-	-	37.301	-	(34.093)	-	-	(121)	94	-	264.340	(191.808)	-	72.532				
. Activos intangíveis em curso	15.147	-	-	-	-	-	22.154	-	-	-	-	-	(37.301)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
. Outros activos intangíveis																												
. Trespases	3.614	(3.604)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1				
. Outros	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300	-	-	1.300				
	205.620	(142.028)	-	(582)	378	-	44.590	(19.747)	(19.763)	-	-	-	-	-	(34.102)	-	-	(121)	94	-	269.254	(195.421)	-	73.833				

Parte da imparidade reconhecida em activos tangíveis – outros imóveis com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no montante de mEuros 653, corresponde à perda potencial num imóvel denominado “Centro Comercial Gemini”, que se encontra reflectido nos livros da participada Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.. Em Abril de 2009, foi vendida a maior parte das fracções detidas neste imóvel, tendo sido utilizadas provisões no montante de mEuros 4.040 e repostas provisões no montante de mEuros 248. Nesse sentido não foi registada qualquer valia.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se registados mEuros 61.241 e mEuros 69.371, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A. que efectua o desenvolvimento informático de todas as aplicações corporativas. Esta empresa é detida integralmente por entidades do Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		2009	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No País				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,78	2.221	24,97	1.801
. Partang, SGPS, S.A.	48,93	103.922	-	-
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito	21,47	27.697	-	-
. ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A.	-	-	49,90	333
		-----		-----
		133.840		2.134
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 25)				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(500)		(500)
		-----		-----
		133.340		1.634
		=====		=====

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em Julho de 2010, a Benim efectuou um aumento de capital de mEuros 1.679 com um prémio de emissão de mEuros 504, tendo a Totta Urbe subscrito 87.500 novas acções, no montante de mEuros 437 e prémios de emissão de mEuros 131. Após o aumento de capital, a Benim reembolsou suprimientos à Totta Urbe no valor de mEuros 250 (Nota 18).

Conforme descrito na Nota 4 a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola. O Grupo tem uma opção de venda à Caixa Geral de Depósitos, S.A. da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

Em Março de 2010 foi apresentado um projecto para uma nova estrutura e um novo modelo de Governança da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. Na sequência deste projecto, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o BNP Paribas, o Banco Português de Negócios, S.A. e a própria Unicre venderam as suas acções ao Banco Comercial Português, S.A. (BCP), o qual funcionou como veículo de distribuição. Posteriormente o BCP vendeu parte das acções compradas aos restantes accionistas, que assim aumentaram as suas participações.

Com a concretização desta operação, em 30 de Junho de 2010 o BST aumentou a sua participação de 361.729 acções (18,08% do capital social da Unicre) para 430.000 acções (21,50%). Neste sentido, a participação na Unicre foi reclassificada para a rubrica de Investimentos em associadas, uma vez que o Banco passou a deter uma participação superior a 20%. Em resultado desta operação, ao abrigo do IAS 27 o Banco valorizou ao justo valor a participação anteriormente detida, tendo reconhecido um proveito no montante de mEuros 21.201 (Nota 38), dos quais mEuros 21.173 atribuível aos accionistas da Sociedade.

Em 5 de Agosto de 2010, o Grupo alienou à Ingenieria de Software Bancario 50.100 acções da ISBAN PT com o valor nominal de 5 euros por acção. Na sequência desta operação, o Grupo registou uma mais valia no valor de mEuros 713 (Nota 40).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	22.159	4.833
. Outros	6.885	572
	-----	-----
	29.044	5.405
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	12.724	8.788
. Outros	5.327	18.669
	-----	-----
	18.051	27.457
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	392.195	243.302
. Prejuízos fiscais reportáveis	-	1.762
	-----	-----
	392.195	245.064
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	47.819	37.631
. Por créditos fiscais	4.312	4.222
	-----	-----
	52.131	41.853
	=====	=====

Os impostos correntes na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imposto sobre os lucros do exercício	(76.713)	(101.283)
Agrupamentos complementares de empresas (ACE's)	(1.771)	(2.165)
Outros	(18.797)	(11.744)
	-----	-----
	(97.281)	(115.192)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios de 2009 e 2010 foi como segue:

	Saldo em 31-12-2008	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2009	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2010
Aplicação das IAS/IFRS									
Pensões de reforma	62.255	-	(12.522)	-	49.733	-	(5.308)	-	44.425
Activos tangíveis	294	-	(80)	(9)	205	-	(54)	(6)	145
Activos intangíveis	-	-	174	-	174	-	387	-	561
Diferimento de comissões	4.156	-	(2.078)	-	2.078	-	3.777	-	5.855
Diferimento de comissões pela Totta Crédito Especializado IFIC	(133)	-	66	-	(67)	-	67	-	-
Prémio de antiguidade	6.413	-	505	-	6.918	-	977	-	7.895
Reformas antecipadas reconhecidas por reservas em exercícios anteriores a 2001	5.385	-	17.584	-	22.969	-	(3.129)	-	19.840
Correcção dos Contratos de locação Financeira /ALD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	118.529	-	58	(25)	118.562	-	31.483	-	150.045
Prejuízos fiscais reportáveis	347	-	2.286	-	2.633	-	(2.633)	-	-
Aplicação do método de equivalencia patrimonial na valorização da Benim	(485)	-	44	-	(441)	-	39	-	(402)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.479)	-	324	-	(4.155)	-	(184)	-	(4.339)
Menos valias fiscais não contabilísticas	(198)	-	104	-	(94)	-	(4.269)	-	(4.363)
Mais valias fiscais não contabilísticas	2.841	-	46	-	2.887	-	(1.702)	-	1.185
Fundo de pensões - Sucursal de Londres	-	-	579	-	579	-	(193)	-	386
Incentivos de longo prazo e plano de pensões directivos	-	-	-	-	-	-	2.333	-	2.333
	<u>194.925</u>	<u>-</u>	<u>7.090</u>	<u>(34)</u>	<u>201.981</u>	<u>-</u>	<u>21.591</u>	<u>(6)</u>	<u>223.566</u>
Reclassificações									
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(13.539)	-	3.196	-	(10.343)	-	10.309	-	(34)
Aplicação da IFRS4									
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	1.124	1.123	-	1	2.248	(1.220)	-	(1)	1.027
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(87)	-	2	-	(85)	-	(86)	-	(171)
. Rendimentos por juros à taxa efectiva	69	-	(17)	-	52	-	(19)	-	33
Aplicação IAS 32 e IAS 39									
Derivados de cobertura:									
. Fluxos de caixa	(15.480)	8.625	-	1	(6.854)	4.982	-	-	(1.872)
. Justo valor de activos	8.888	-	(48)	(3.812)	5.028	-	204	(3.813)	1.419
. Justo valor de passivos	(9.044)	-	-	3.812	(5.232)	-	-	3.813	(1.419)
Activos financeiros disponíveis para venda:									
. Impostos diferidos passivos	(649)	(6.307)	-	(1)	(6.957)	5.377	-	1	(1.579)
. Impostos diferidos activos	18.786	(2.260)	-	-	16.526	134.177	-	-	150.703
Diferimento de comissões de derivados do BNSP	10.152	-	(1.357)	-	8.795	-	(8.260)	-	535
Operações de titularização:									
. Prémio/ desconto em dívida emitida	494	-	(125)	-	369	-	(864)	-	(495)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(2.522)	-	(1.618)	-	(4.140)	-	(2.911)	-	(7.051)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(664)	-	(2.718)	-	(3.382)	-	(27.024)	-	(30.406)
Valias das unidades de participação da carteira de negociação	(204)	-	103	(2)	(103)	-	103	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	5.308	-	5.308	-	500	-	5.808
	<u>192.249</u>	<u>1.181</u>	<u>9.816</u>	<u>(35)</u>	<u>203.211</u>	<u>143.316</u>	<u>(6.457)</u>	<u>(6)</u>	<u>340.064</u>
Activo por impostos diferidos	239.733				245.064				392.195
Passivo por impostos diferidos	(47.484)				(41.853)				(52.131)
	<u>192.249</u>				<u>203.211</u>				<u>340.064</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2010 e 2009, é como segue:

	2010		2009	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		543.074		635.948
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	13,42%	72.858	23,57%	149.891
Reformas antecipadas	-2,16%	(11.724)	-4,10%	(26.100)
Lucros isentos de impostos (SFE)	0,00%	3	-0,03%	(197)
Dividendos não tributáveis, líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-2,71%	(14.726)	-2,84%	(18.088)
Benefícios fiscais	-0,04%	(236)	-0,76%	(4.858)
Prejuízos fiscais reportáveis	-0,22%	(1.176)	-0,58%	(3.712)
Provisões	0,40%	2.175	0,34%	2.141
Custos não dedutíveis	0,59%	3.226	0,28%	1.799
Correcções adicionais	0,23%	1.256	0,60%	3.801
Alienação de participações	0,60%	3.251	-1,39%	(8.851)
Alienação de imóveis	0,00%	-	-0,11%	(716)
Tributação autónoma	0,55%	3.000	0,13%	800
(Excesso)/Insuficiência de estimativa	0,57%	3.108	-0,82%	(5.208)
Impacto da taxa de derrama nos impostos diferidos	-2,15%	(11.676)	0,00%	-
Recuperação de passivos emitidos	6,16%	33.477	0,00%	-
Outros	3,85%	20.922	2,31%	14.674
Impostos sobre os lucros do exercício	19,10%	103.738	16,57%	105.376

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O BST foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2008, com excepção do ano de 2006.

Como resultado das referidas inspecções o BST foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, valor de venda de imóveis, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

Em 2009 o Banco pagou um montante adicional de mEuros 4.424 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2007. As correcções efectuadas são relativas à não aceitação de reintegrações e amortizações extraordinárias, ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis e a provisões acima dos mínimos, entre outras. Para este efeito, o Banco reconheceu custos no montante de mEuros 3.541.

O BST procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou, quando aplicável, à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

A Santander Totta regista na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2010		
	<u>Montante calculado</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Valor de balanço</u>
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	24.292	-	24.292
- Plano Génesis	7.497	-	7.497
- PPR/E Garantido	311.871	-	311.871
- Sistema Previdencial	4.493	-	4.493
- Outros produtos	3.087	-	3.087
	-----	---	-----
	351.240	-	351.240
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	70.090	(7.098)	62.992
	-----	-----	-----
	421.330	(7.098)	414.232
Provisão para estabilização de carteira	4.670	-	4.670
	-----	-----	-----
	426.000	(7.098)	418.902
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	23.648	-	23.648
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	11	-	11
	-----	-----	-----
	449.659	(7.098)	442.561
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	4	-	4
- PPR/E Garantido	37	-	37
- Plano Génesis	3	-	3
- Temporários Individual/Grupo	719	-	719
- Sistema Previdencial	11	-	11
	-----	---	-----
	774	-	774
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	746	-	746
- PPR/E Garantido	2.638	-	2.638
- Plano Génesis	157	-	157
	-----	---	-----
	3.541	-	3.541
	-----	---	-----
Total de provisão para participação nos resultados	4.315	-	4.315
	-----	---	-----
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	75	-	75
	-----	---	-----
Total de provisões técnicas de seguro directo	454.049	(7.098)	446.951
	=====	=====	=====
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(29.806)	-	(29.806)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(5.207)	-	(5.207)
	-----	---	-----
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(35.013)	-	(35.013)
	=====	==	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2009		
	<u>Montante calculado</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Valor de balanço</u>
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	26.221	-	26.221
- Plano Génesis	8.413	-	8.413
- PPR/E Garantido	268.118	-	268.118
- Super Investimento	1.191	-	1.191
- Outros produtos	3.204	-	3.204
	-----	---	-----
	307.147	-	307.147
Provisão para compromissos de taxa	1.867	-	1.867
	-----	---	-----
	309.014	-	309.014
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	65.983	(5.760)	60.223
	-----	-----	-----
	374.997	(5.760)	369.237
Provisão para estabilização de carteira	4.070	-	4.070
	-----	-----	-----
	379.067	(5.760)	373.307
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	20.940	-	20.940
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	4	-	4
	-----	-----	-----
	400.011	(5.760)	394.251
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	24	-	24
- Plano Génesis	34	-	34
- PPR/E Garantido	430	-	430
- Temporários Individual/Grupo	549	-	549
	-----	---	-----
	1.037	-	1.037
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	715	-	715
- PPR/E Garantido	7.752	-	7.752
- Super Investimento	15	-	15
	-----	---	-----
	8.482	-	8.482
	-----	---	-----
Total de provisão para participação nos resultados	9.519	-	9.519
	-----	---	-----
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	72	-	72
	-----	-----	-----
Total de provisões técnicas de seguro directo	409.602	(5.760)	403.842
	=====	=====	=====
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(31.294)	-	(31.294)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(5.654)	-	(5.654)
	-----	---	-----
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(36.948)	-	(36.948)
	=====	==	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte e as taxas técnicas de juro utilizadas foram de 4%.

18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outras disponibilidades	348	332
Devedores e outras aplicações		
· Capital vencido	568	568
· Devedores por operações sobre futuros e opções	82.226	32.944
· Contas caução	50	52
Outras aplicações	-	5
IVA a recuperar	812	8.180
Contratos de suprimentos:		
· Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.	-	250
· Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	565	565
· Gestinsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
· Pavril	269	269
· Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.443	2.430
· Supergolf, SGPS	170	170
Devedores por bonificações a receber	9.063	8.323
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	45.856	35.421
Outros devedores diversos	31.836	14.284
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.540	2.483
Devedores por seguro directo e resseguro	5.618	2.794
Valores a regularizar relativos ao Fundo de Pensões (Nota 46)	332.384	329.083
Proveitos a receber		
· Outros juros e rendimentos similares	29.207	-
· Outros proveitos a receber	8.628	10.988
Despesas com encargo diferido	5.623	7.164
Outras imobilizações financeiras:		
· Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	3.487	4.468
· Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	936	1.225
· Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	355	448
Operações activas a regularizar	1.552	28.886
Outras operações a regularizar	23	6.857
	564.685	498.315
Imparidade (Nota 25):		
Devedores e outras aplicações	(8.606)	(3.399)
Contratos de suprimentos	(2.631)	(2.617)
	(11.237)	(6.016)
	553.448	492.299
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Proveitos a receber - outros juros e proveitos similares” refere-se ao valor a receber resultante de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Banco e os Hipotottas nº 7, nº 8 e nº 10 Ltd e Hipototta nº 11 (Tagus). O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – outros juros e encargos similares” (Nota 27).

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – credores por operações sobre futuros” (Nota 27).

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra – Obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	4.802.150	2.013.326
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	5.011	13.497
Juros a pagar	1	7
	-----	-----
	4.807.162	2.026.830
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Recursos do Banco Central Europeu” corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Em 31 de Dezembro de 2010, do total da sua carteira de activos elegíveis, estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes:

2010					
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	4.590.000	3.605	(1.595)	4.592.010	Janeiro 2011
Papel comercial	210.000	245	(105)	210.140	Janeiro 2011
	4.800.000	3.850	(1.700)	4.802.150	

2009						
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Correcções de valor	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.002.167	18.444	(10.056)	2.771	2.013.326	Julho 2010

As obrigações emitidas em operações de securitização correspondem a passivos emitidos pelos Hipototta PLC/Ltd (Nota 24).

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo (Nota 7)	1.262.597	1.485.448
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro (Nota 50)	4.301.702	4.348.608
	-----	-----
Recursos de Bancos Centrais		
. Capital	-	500.000
. Juros	-	5.153
. Despesas com encargo diferido	-	(2.514)
	-----	-----
	4.301.702	4.851.247
	=====	=====

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

Em 31 de Dezembro de 2009, os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal que teve por objectivo financiar a aquisição das unidades de participação referidas na Nota 8. As referidas operações terminaram em 1 de Julho de 2010.

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Recursos a muito curto prazo	70.000	-
Depósitos	187.358	945.560
Empréstimos	-	5
Outros recursos	-	21
Juros a pagar	164	5.205
	-----	-----
	257.522	950.791
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	489.000	420.000
Recursos a muito curto prazo	252.151	34.034
Depósitos	2.452.334	3.188.051
Operações de venda com acordo de recompra	4.979.144	1.587.609
Outros recursos	15.888	902
Juros a pagar	3.152	4.259
	-----	-----
	8.191.669	5.234.855
	-----	-----
	8.449.191	6.185.646
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos recursos consignados por prazo residual de vencimento é o seguinte:

	2010	2009
Reembolso a menos de um ano	150.000	150.000
Reembolso entre três e cinco anos	250.000	250.000
Reembolso entre cinco e dez anos	29.000	-
Reembolso a mais de dez anos	60.000	20.000
	<u>489.000</u>	<u>420.000</u>

Como garantia de pagamento de um dos empréstimos, denominado “Projecto BTA Empréstimo Global III”, o Banco deu em penhor créditos concedidos a Municípios no montante de mEuros 150.000.

Como garantia de pagamento de outro empréstimo, denominado “Projecto Santander Totta GL IV – Tranche B”, o Banco tinha dado em penhor 1.500 obrigações classe A2 do Hipototta nº 6 Ltd., no montante de mEuros 145.793. Na sequência da liquidação do Hipototta nº 6 Ltd. em 1 de Abril de 2010, o Banco deu em penhor 1.785 obrigações classe A2 do Hipototta nº 8 Ltd. no montante de mEuros 164.189.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente e por prazo residual das operações de reporte:

2010				
Títulos	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal				
. Com vencimento a menos de um mês	1.790.931	2.137	(668)	1.792.400
. Com vencimento entre um e dois meses	49.940	109	(70)	49.979
	<u>1.840.871</u>	<u>2.246</u>	<u>(738)</u>	<u>1.842.379</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha				
. Com vencimento a menos de um mês	2.039.054	1.974	(905)	2.040.123
. Com vencimento entre um e dois meses	258.224	686	(403)	258.507
. Com vencimento entre dois e três meses	587.249	2.380	(1.920)	587.709
	<u>2.884.527</u>	<u>5.040</u>	<u>(3.228)</u>	<u>2.886.339</u>
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização				
. Com vencimento entre dois e três meses	250.314	942	(830)	250.426
	<u>4.975.712</u>	<u>8.228</u>	<u>(4.796)</u>	<u>4.979.144</u>
2009				
Títulos	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal				
. Com vencimento entre dois e três meses	518.470	1.111	(447)	519.134
. Com vencimento entre três e quatro meses	517.750	1.453	(838)	518.365
	<u>1.036.220</u>	<u>2.563</u>	<u>(1.285)</u>	<u>1.037.498</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha				
. Com vencimento entre dois e três meses	550.000	715	(604)	550.111
	<u>1.586.220</u>	<u>3.278</u>	<u>(1.889)</u>	<u>1.587.609</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos à ordem	5.243.105	4.894.460
Depósitos a prazo	10.113.138	8.623.096
Depósitos de poupança	198.054	249.464
Produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 50)	31.835	29.593
Depósitos com pré-aviso	33.601	25.504
Cheques e ordens a pagar	105.924	82.241
Outros recursos de clientes	1.237.250	1.144.100
Operações de venda com acordo de recompra	-	132
Juros e custos a pagar	74.817	46.518
Despesas com encargo diferido	-	(49)
Correcções de valor por operações de cobertura	(19.427)	(13.762)
	-----	-----
	17.018.297	15.081.297
	=====	=====

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	3.000.000	2.000.000
Readquiridas	(69.550)	-
Juros a pagar	50.809	33.184
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização	2.640.218	4.729.370
Readquiridas	(747.614)	-
Juros a pagar	(1.880)	304
Obrigações de caixa		
Emitidas	1.423.859	2.078.171
Readquiridas	(455.514)	(552.420)
Juros a pagar	11.286	18.488
	-----	-----
	5.851.614	8.307.097
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN		
Emitidas	2.470.420	2.564.570
Readquiridas	(651.260)	(218.650)
Programa de papel comercial	112.493	3.379.765
Juros a pagar	21.398	22.905
	-----	-----
	1.953.051	5.748.590
	-----	-----
Correcção de valor por operações de cobertura	18.012	(7.541)
	-----	-----
	7.822.677	14.048.146
	=====	=====

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa são apresentadas no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Maio de 2008 e Outubro de 2009, o BST procedeu a duas emissão de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 5.000.000 Covered Bonds Programme”, de Abril de 2008, de mEuros 1.000.000 cada. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações em instituições de crédito	720.708	523.275
Juros de aplicações	987	402
	-----	-----
	721.695	523.677
	-----	-----
Crédito a clientes	3.168.738	1.744.094
Juros de crédito	4.918	2.255
Comissões	(19.915)	(10.518)
Despesas com encargo diferido	10.574	7.968
	-----	-----
	3.164.315	1.743.799
	-----	-----
Derivados de cobertura	39.945	32.946
	-----	-----
	3.925.955	2.300.422
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes (EMTN), o BST procedeu à emissão das seguintes obrigações:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
25 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
26 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
27 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	31.350
28 ^a	6 de Outubro de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5% ⁽¹⁾	29.950
29 ^a	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.280
30 ^a	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	32.860
31 ^a	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.170
32 ^a	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33 ^a	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34 ^a	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35 ^a	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
36 ^a	15 de Julho de 2011	Euribor a 3 meses mais 0,75% ⁽²⁾	394.000
37 ^a	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,156% ⁽³⁾	20.000
38 ^a	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,152% ⁽⁴⁾	43.400
39 ^a	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 4,04% ⁽⁵⁾	28.350
40 ^a	22 de Janeiro de 2018	Taxa fixa de 3,63% ⁽⁶⁾	41.100
41 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
42 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
43 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
44 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
45 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.150
46 ^a	28 de Maio de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,55% ⁽⁷⁾	20.000
47 ^a	9 de Junho de 2015	Indexada a cabaz de acções	1.000
48 ^a	9 de Junho de 2015	Indexada a cabaz de acções	1.000
49 ^a	14 de Junho de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,75% ⁽⁸⁾	75.000
50 ^a	25 de Junho de 2015	Taxa fixa de 3,11%	16.875
51 ^a	25 de Junho de 2020	Taxa fixa de 2,96% ⁽⁹⁾	21.100
52 ^a	27 de Julho de 2012	Taxa fixa de 2,9231%	39.500
53 ^a	27 de Julho de 2015	Taxa fixa de 3,1%	8.950
54 ^a	27 de Julho de 2020	Taxa fixa de 2,5297% ⁽¹⁰⁾	9.850
55 ^a	25 de Agosto de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,4% ⁽¹¹⁾	40.000
56 ^a	3 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8973%	88.000
57 ^a	3 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,62375%	13.600
58 ^a	3 de Setembro de 2020	Taxa fixa de 3,85% ⁽¹²⁾	16.900
59 ^a	28 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8280%	47.800
60 ^a	29 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,4140%	8.850
61 ^a	29 de Setembro de 2018	Taxa fixa de 3,250% ⁽¹³⁾	10.050
62 ^a	26 de Outubro de 2015	Taxa fixa de 3,488%	4.950
63 ^a	26 de Outubro de 2012	Taxa fixa de 2,947%	45.000
64 ^a	26 de Outubro de 2018	Taxa: 3,3% ⁽¹⁴⁾	5.910
65 ^a	3 de Maio de 2013	Euribor a 1 mês mais 0,425% ⁽¹⁵⁾	100.000
66 ^a	18 de Novembro de 2012	Taxa fixa de 2,975%	40.000
67 ^a	18 de Novembro de 2015	Taxa fixa de 3,7%	6.000
68 ^a	18 de Novembro de 2018	Taxa fixa de 3,5% ⁽¹⁶⁾	4.900
69 ^a	27 de Setembro de 2013	Taxa fixa 3,225%	29.750
70 ^a	23 de Dezembro de 2013	Taxa fixa 3,88%	7.425
71 ^a	21 de Dezembro de 2018	Taxa fixa de 3,75% ⁽¹⁷⁾	6.150
72 ^a	3 de Dezembro de 2012	Euribor a 1 mês mais 0,42% ⁽¹⁸⁾	10.000
			<u>2.470.420</u>

⁽¹⁾ Remuneração aplicável até 5 de Outubro de 2012. O "spread" diminui nos períodos subsequentes.

⁽²⁾ Remuneração aplicável até 15 Janeiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos seguintes.

⁽³⁾ Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁴⁾ Remuneração aplicável até 29 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁵⁾ Remuneração aplicável até 28 de Dezembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁶⁾ Remuneração aplicável até 22 de Janeiro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁷⁾ Remuneração aplicável até 28 de Fevereiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos seguintes.

⁽⁸⁾ Remuneração aplicável até 14 de Março de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁹⁾ Remuneração aplicável até 24 de Junho de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁰⁾ Remuneração aplicável até 27 de Julho de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹¹⁾ Remuneração aplicável até 25 de Fevereiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹²⁾ Remuneração aplicável até 03 de Setembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹³⁾ Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁴⁾ Remuneração aplicável até 3 de Janeiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁵⁾ Remuneração aplicável até 17 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁶⁾ Remuneração aplicável até 20 de Dezembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁷⁾ Remuneração aplicável até 3 de Março de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁸⁾ Remuneração aplicável até 27 de Setembro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

25. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2010 e 2009 é o seguinte:

2010								
	31-12-2009	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	31-12-2010
Provisões para contingências fiscais	17.922	-	2.356	(2.270)	(125)	-	15.100	32.983
Provisão para pensões e outros encargos	9.402	(631)	1.086	(71)	(301)	80	-	9.565
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	29.415	(633)	14.131	(9.972)	-	53	-	32.994
Outras provisões	31.379	(848)	7.993	(4.424)	(1.901)	99	-	32.298
	88.118	(2.112)	25.566	(16.737)	(2.327)	232	15.100	107.840

2009								
	31-12-2008	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	31-12-2009
Provisões para contingências fiscais	11.311	-	543	(5.600)	(32)	-	11.700	17.922
Provisão para pensões e outros encargos	8.687	(520)	2.041	(431)	(242)	(133)	-	9.402
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	33.487	(184)	7.053	(10.888)	-	(53)	-	29.415
Outras provisões	32.434	(617)	19.235	(17.849)	(1.665)	(159)	-	31.379
	85.919	(1.321)	28.872	(34.768)	(1.939)	(345)	11.700	88.118

2010								
	31-12-2009	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2010	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	213.476	-	48.654	(79.007)	-	-	183.123	-
Crédito ao exterior	2.915	(1.486)	1.017	(770)	-	183	1.859	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	68.316	-	9.970	(15.396)	-	-	62.890	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	-	7.680	-	-	-	7.680	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:								
Crédito a clientes (Nota 11)								
. Crédito interno	152.581	-	139.737	(4.969)	(66.271)	-	221.078	(11.072)
. Crédito ao exterior	5.985	(979)	5.211	(1.384)	(3.996)	439	5.276	(19)
. Créditos a titularizados não desreconhecidos	44.188	-	16.710	(3.441)	(3.485)	-	53.972	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	-	779	-	-	-	779	-
	487.461	(2.465)	229.758	(104.967)	(73.752)	622	536.657	(11.091)
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	45.431	1	21.716	(30)	(31)	-	67.087	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	-	500	-
	45.931	1	21.716	(30)	(31)	-	67.587	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos tangíveis (Nota 14)	3.092	(20)	109	-	-	2	3.183	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	42.327	-	31.836	(12.299)	(13.991)	-	47.873	-
Outros activos (Nota 18)	6.016	-	9.797	(2.447)	(2.129)	-	11.237	-
	51.435	(20)	41.742	(14.746)	(16.120)	2	62.293	-
	584.827	(2.484)	293.216	(119.743)	(89.903)	624	666.537	(11.091)

2009								
	31-12-2008	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2009	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	258.822	-	47.234	(92.345)	(235)	-	213.476	-
Crédito ao exterior	3.506	(1.153)	2.226	(1.348)	-	(316)	2.915	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	65.988	-	16.075	(13.747)	-	-	68.316	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:								
Crédito a clientes (Nota 11)								
. Crédito interno	85.045	-	122.929	(2.008)	(53.385)	-	152.581	(7.257)
. Crédito ao exterior	2.762	(590)	11.872	(6.761)	(708)	(590)	5.985	(211)
. Créditos a titularizados não desreconhecidos	26.061	-	19.718	(73)	(1.518)	-	44.188	-
	442.184	(1.743)	220.054	(116.282)	(55.846)	(906)	487.461	(7.468)
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	44.828	-	5.452	(3.983)	(867)	1	45.431	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	-	500	-
	45.328	-	5.452	(3.983)	(867)	1	45.931	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos tangíveis (Nota 14)	6.024	(21)	1.384	(248)	(4.040)	(7)	3.092	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	44.034	-	17.648	(62)	(19.293)	-	42.327	-
Outros activos (Nota 18)	10.064	-	3.029	(3.848)	(3.229)	-	6.016	-
	60.122	(21)	22.061	(4.158)	(26.562)	(7)	51.435	-
	547.634	(1.764)	247.567	(124.423)	(83.275)	(912)	584.827	(7.468)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a provisão para pensões e outros encargos inclui mEuros 9.565 e mEuros 8.529 para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 48).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 12.178 e mEuros 12.463, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 15.638 e de mEuros 11.983, respectivamente.

26. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Programa EMTN – Subordinadas	-	300.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas totta 2000	270.447	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	41.541	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSNP 2004	-	100.000
Obrigações de caixa subordinadas CPP 2001	4.275	54.359
Empréstimo Subordinado 2007 – Totta IFIC	50.000	50.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas - TottaSeguros 2002	14.000	14.000
Empréstimo Subordinado 2002 – Totta IFIC	10.000	10.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas 98	2.993	2.993
	-----	-----
	393.256	988.500
	-----	-----
Passivos readquiridos	(393.256)	(709.827)
Juros a pagar	-	178
	-----	-----
	-	278.851
	===	=====

Em 10 de Novembro de 2010 o BST procedeu ao reembolso antecipado do Programa EMTN emitido pela Sucursal de Londres no montante de mEuros 300.000.

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (contas margem)	82.115	32.349
Recursos diversos		
Recursos – conta cativa	25.493	22.058
Recursos – conta caução	916	1.385
Outros recursos	1.330	1.371
Sector público administrativo		
IVA a pagar	8.088	7.731
Retenção de impostos na fonte	32.730	16.715
Contribuições para a segurança social	3.001	2.975
Outros	941	757
Cobranças por conta de terceiros	163	161
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Juros de obrigações e remuneração de títulos de participação	54	54
Dividendos	115.222	115.182
Outros juros e encargos similares (Nota 18)	29.188	-
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.529	1.507
Credores diversos		
Por contratos de factoring	57.640	50.324
Por operações sobre valores mobiliários	154	2.274
Por fornecimento de bens	8.659	15.365
Outros credores	39.131	33.733
Outros encargos a pagar		
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	2.221	1.979
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	27.221	26.102
Férias e subsídio de férias	29.439	30.870
Outras remunerações variáveis	31.820	33.289
ACTV e encargos sociais	10.108	10.130
Outros custos com pessoal	3.440	2.008
Gastos gerais administrativos	977	1.414
Facturas em recepção e conferência	39.534	32.129
Outras receitas com rendimento diferido	4.124	8.804
Valores a regularizar com bancos e clientes	85.687	70.097
Operações de bolsa a regularizar	119	98.832
Outros	20.412	3.461
	-----	-----
	661.456	623.056
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Dividendos” inclui mEuros 115.000 de dividendos antecipados postos à disposição dos accionistas por parte da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor das operações de bolsa a regularizar inclui mEuros 98.827 relativos ao valor de uma operação de compra de Notes Classe A do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)28. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 acções, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

		2010		2009
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85	1.969.960	1.969.960
Outros	275.052.987	0,14	2.751	2.751
Acções próprias	25.137.627	0,01	251	251
	-----	-----	-----	-----
	197.296.207.958	100,00	1.972.962	1.972.962
	=====	=====	=====	=====

Durante o exercício de 2009, a Santander Totta procedeu à compra de 1.015.105 acções próprias pelo montante de mEuros 21, de acordo com os poderes delegados pela Assembleia Geral (5.975.139 acções próprias pelo montante de mEuros 124 no exercício de 2008).

No dia 27 de Maio de 2009, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2008 no montante de mEuros 120.000.

No dia 15 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000.

No dia 28 de Maio de 2010, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2009 no montante de mEuros 120.000.

No dia 30 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(513.332)	(60.382)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	6.454	25.838
Reservas resultantes da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve") (Nota 41)	(3.541)	(8.482)
Reservas de flutuação cambial	(3.541)	(8.798)
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	84	-
	-----	-----
	(513.960)	(51.824)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	148.890	9.568
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(1.872)	(6.847)
Resultantes da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve") (Nota 41)	1.027	2.247
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(4.509)	(4.667)
	-----	-----
	143.534	301
	-----	-----
	(370.426)	(51.523)
	=====	=====

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante desta reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reserva legal	128.088	101.498
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reservas consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral ou proporcional	(308.307)	(524.397)
Empresas reavaliadas pelo método de equivalência patrimonial	3.207	19
Resultados transitados	91.176	73.482
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	(3.124)	-
	-----	-----
	551.615	291.177
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, é constituído um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da lei, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

29. LUCRO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2010 e 2009, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2010		2009	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro do exercício da Santander Totta, SGPS (actividade individual)	279.892	279.892	265.901	265.901
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	278.010	277.639	439.048	438.447
Totta Crédito Especializado, IFIC (Totta IFIC)	24.958	24.953	16.403	16.399
Banco Caixa Geral Totta de Angola (ex-Banco Totta de Angola)	30.895	7.710	36.382	9.265
BST International Bank, Inc - Porto Rico	18.150	18.126	16.346	16.324
Totta & Açores Inc. Newark	56	56	126	126
Totta Ireland PLC	63.971	63.883	102.098	101.957
Totta & Açores Finacing	12.360	12.343	12.360	12.343
Santotta Internacional, SGPS (ex Madeisisa - SGPS)	149	149	4.959	4.953
Serfin - International Bank & Trust	204	203	300	299
Totta Urbe	(1.195)	(1.194)	4.729	4.723
Banco Santander de Negócios Portugal	-	-	18.122	18.122
Santander Pensões	1.137	1.135	1.139	1.139
Santander Gestão de Activos, SGPS	23	23	21.845	21.845
Santander Asset Management SGFIM	6.331	6.323	4.807	4.807
Taxagest, SGPS	(2.435)	(2.432)	8.478	8.478
Santander Totta Seguros	20.678	20.678	20.069	20.069
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário	-	-	128	64
Partang, SGPS	4.944	2.419	(2)	(1)
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	11.270	2.420	-	-
Hipototta n.º 1 PLC	(1.124)	-	(468)	-
Hipototta n.º 2 PLC	(1.983)	-	(2.235)	-
Hipototta n.º 3 PLC	(3.618)	-	(4.713)	-
Hipototta n.º 4 PLC	(2.912)	-	(3.276)	-
Hipototta n.º 5 PLC	(1.318)	-	(1.537)	-
Hipototta n.º 6 Ltd	-	-	(2.463)	-
Hipototta n.º 7 Ltd	(1.729)	-	(1.982)	-
Hipototta n.º 8 Ltd	(151)	-	(1.327)	-
Hipototta n.º 10 Ltd	(394)	-	(24)	-
Leasetotta n.º 1 Ltd	1.183	-	-	-
Hipototta n.º 1 FTC	(1.651)	-	(1.454)	-
Hipototta n.º 2 FTC	(4.803)	-	(4.005)	-
Hipototta n.º 3 FTC	(6.529)	-	(6.975)	-
Hipototta n.º 4 FTC	(7.264)	-	(6.432)	-
Hipototta n.º 5 FTC	(4.939)	-	(4.025)	-
Hipototta n.º 6 FTC	-	-	(4.023)	-
Hipototta n.º 7 FTC	(7.071)	-	(3.013)	-
Hipototta n.º 8 FTC	(3.483)	-	(1.363)	-
Hipototta n.º 10 FTC	(613)	-	(24)	-
Leasetotta n.º 1 FTC	-	-	-	-
	421.107	434.434	657.998	679.359
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta		(239.660)		(229.665)
Totta Ireland PLC		(67.552)		(106.326)
Santotta Internacional, SGPS		(4.794)		-
Totta Crédito Especializado, IFIC		-		(11.998)
Banco Santander de Negócios Portugal		(36.109)		(7.507)
Taxagest, SGPS		(8.439)		-
Santander Gestão de Activos, SGPS		(20.972)		(11.700)
Santander Totta Seguros		(10.112)		(24.750)
Santander Asset Management SGFIM		-		(19.000)
Santander Pensões		-		(2.700)
Banco Caixa Geral Totta de Angola		(4.540)		-
		(392.178)		(413.646)
Venda de parte da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola em 2009:				
. Proporção de 75% dos resultados do primeiro semestre de 2009 do Banco Totta de Angola		-		7.616
. Anulação dos resultados individuais registados com a operação do Banco Totta de Angola		-		(62.338)
. Reconhecimento da mais valia consolidada com a operação do Banco Totta de Angola (Nota 4)		-		28.058
Venda de 1% da Partang e consequente perda do controlo conjunto em 2010:				
. Anulação dos resultados individuais		(854)		-
. Reconhecimento do justo valor na data de perda de controlo conjunto (Nota 4)		53.973		-
. Proporção dos resultados do primeiro semestre de 2010 da Partang e do Banco Caixa Geral Totta de Angola		152		-
Compra da Unicre e respectiva aplicação da equivalência patrimonial:				
. Anulação dos resultados do primeiro semestre de 2010 da Unicre		(1.183)		-
. Valorização a justo valor na data da aquisição de influência significativa		21.173		-
Venda da IsbanP:				
. Valia consolidada (Nota 40)		713		-
. Anulação da valia individual		(900)		-
. Ganhos em associadas à data da venda		105		-
Correcção da operação de aumento de capital da Mermul		414		(479)
Aplicação dos IAS/IFRS:				
Pensões de reforma		8.007		1.079
Operações de cobertura		(115)		713
Diferimento de comissões de derivados do BSNP		3.215		3.764
Provisões para títulos registadas na Tottaurbe que não correspondem a imparidade		(2.932)		(427)
Provisões para títulos registadas na Taxagest que não correspondem a imparidade		-		(2.271)
Anulação de comissões intragrupo pela emissão de acções preferências		264		313
Anulação do diferimento de comissões a pagar pela Totta Crédito especializado IFIC ao BST		(210)		(495)
Anulação do equity aplicado pela Santotta Internacional sobre a Serfin		600		(309)
Anulação do efeito da aplicação de US GAAP pelo BSTI - Porto Rico		141		(144)
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização:				
Anulação da valia reconhecida pelo BST na venda das Notes emitidas		2.235		350
Reconhecimento da valia na recompra pelo Grupo das Notes emitidas		72.397		7.528
Reconhecimento da periodificação de juros das Notes de maior grau de subordinação		19.919		11.052
Anulação da provisão do BST para os empréstimos subordinados concedidos		-		71
Write offs de créditos securitizados		(3.064)		(1.516)
Reforço de imparidade e comissões de crédito securitizado		(61.041)		-
Outros		(530)		(916)
		112.479		(8.351)
	434.627		523.263	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)30. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2010 e 2009, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2010		2009	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Acções preferenciais BST Porto Rico	269.421	-	249.896	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	(1.432)	-	(1.373)	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	4.185	39.731	6.657
Outros	2.812	524	2.954	652
	-----	-----	-----	-----
	570.801	4.709	591.208	7.309
	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios do emitentes nos termos da Norma IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Conforme referido na Nota 4, o Banco deixou de consolidar o Banco Caixa Geral Totta de Angola no segundo semestre de 2010 na sequência da venda de 1% do capital social da Partang à CGD. O resultado apresentado em interesses minoritários foi apurado no primeiro semestre de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)31. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.547.652	1.607.914
Créditos documentários abertos	588.817	531.316
Outros passivos eventuais	6	6
Activos dados em garantia		
Títulos	216.914	303.000
Outros activos dados em garantia	15.253	-
	-----	-----
	2 368 642	2.442.236
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	5.807.929	5.986.314
Irrevogáveis	1.982.317	2.240.834
Contratos a prazo de depósitos	31.978	844
Fundo de Garantia de Depósitos	53.656	53.256
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.254	2.480
Outros compromissos irrevogáveis	31.141	15.954
Outros compromissos revogáveis	35.206	38.092
	-----	-----
	7.945.481	8.337.774
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	77.348.583	85.455.123
Valores recebidos para cobrança	146.661	107.479
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	4.670.138	5.727.776
Outros	-	768
	-----	-----
	89.217.489	91.291.146
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2010 e 2009, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Grupo procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.621 (Nota 42). Nestes exercícios o Grupo assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósito de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2010 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 53.656 (mEuros 53.256 em 31 de Dezembro de 2009). Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Sistema de Indemnizações aos Investidores

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2010 estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.254 (mEuros 2.480 em 31 de Dezembro de 2009).

Os activos dados em garantia em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentavam o seguinte detalhe:

	2010			
	Fundo de Garantia de Depósitos	Sistema de Indem. aos Investidores	SPGT	Sistemas de compensação
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	62.175	4.739	-	15.253
Crédito a clientes	-	-	150.000	-
	<u>62.175</u>	<u>4.739</u>	<u>150.000</u>	<u>15.253</u>
				<u>232.167</u>

	2009			
	Fundo de Garantia de Depósitos	Sistema de Indem. aos Investidores	SPGT	Sistemas de compensação
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	26.768	5.104	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	36.478	-	-	56.035
Crédito a clientes	-	-	178.615	-
	<u>63.246</u>	<u>5.104</u>	<u>178.615</u>	<u>56.035</u>
				<u>303.000</u>

Os valores apresentados como activos por créditos a clientes dados em garantia do sistema de pagamentos de grandes transacções (SPGT) referem-se a obrigações emitidas pelo Grupo no âmbito de operações de crédito hipotecário (Nota 47). Tendo o Grupo readquirido parte dessas obrigações, as mesmas são anuladas contabilisticamente no processo de consolidação. Por outro lado, no processo de consolidação os créditos titularizados são registados no balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	4.021	5.340
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	30	188
Sobre instituições de crédito no País	137	617
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	305	305
Em outras instituições de crédito	12.630	14.835
Em instituições de crédito no estrangeiro	38.941	35.014
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	549.832	641.633
Crédito ao exterior	35.912	43.601
Outros créditos e valores a receber (titulados - papel comercial)	45.894	55.891
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	44.774	44.048
Juros de crédito titularizado não desreconhecido	243.423	430.216
Juros de crédito vencido (Nota 50)	4.373	5.221
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	979	274
Instrumentos derivados	-	2.379
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	249.160	85.397
Outros activos financeiros ao justo valor através		
De resultados	4.210	4.210
Derivados de cobertura	796.705	1.013.682
Devedores e outras aplicações	147	117
Outros juros e rendimentos similares	2.651	2.742
	-----	-----
	2.034.124	2.385.710
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	166.292	230.756
De não residentes	14.261	30.221
Outros recursos	4.610	5.304
	-----	-----
	185.163	266.281
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	42.589	21.604
Outros Bancos Centrais	32	57
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	12.252	19.547
Organismos financeiros internacionais	4.089	6.952
No estrangeiro	57.812	71.328
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações hipotecárias	98.596	136.828
Outras obrigações	67.035	14.729
Euro Commercial Paper	12.987	31.708
EMTN	79.889	82.076
Outros	495	-
Juros de passivos subordinados	4.868	7.570
Juros de passivos financeiros de negociação		
Instrumentos derivados		
Swaps	-	340.536
Outros instrumentos derivados de negociação	-	103
Juros de derivados de cobertura		
Cobertura de justo valor	513.533	406.990
Cobertura de fluxos de caixa	232.392	176.159
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	606	662
Outros juros e encargos similares	-	2.202
	-----	-----
	1.312.338	1.585.332
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Unicre	2.080	2.894
Banco BPI	1.093	1.004
Visa	6	2
SIBS	1.086	943
Imovest	-	681
Outros	189	115
	-----	-----
	4.454	5.639
	=====	=====

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.878	16.970
Créditos documentários abertos	1.972	3.476
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	5.955	5.546
Por serviços prestados		
Cobrança e administração de valores	21.863	21.020
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	45.671	40.694
Por transacções de cartões	66.759	62.796
Anuidades	14.285	14.880
Operações de crédito	55.880	54.600
Outros serviços prestados	2.647	5.074
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	18.837	13.877
Outras	704	873
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	111.194	108.844
Depósitos à ordem	15.858	14.572
Cheques	15.136	16.926
De assessoria	10.937	8.829
Outras	2	13
	-----	-----
	404.578	388.990
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.357	1.581
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	6.499	6.762
Operações de crédito	12.629	10.628
Transacções de clientes	26.331	24.898
Outros serviços bancários	3.622	3.736
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	2.143	1.353
Outras	2.352	2.561
Outras comissões pagas	334	718
	-----	-----
	55.267	52.237
	=====	=====

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de dívida	672.454	(671.030)	1.424	19.982	(5.592)	14.390
Instrumentos de capital	22.440	(17.646)	4.794	15.309	(11.724)	3.585
Instrumentos derivados:						
"Forwards"	100	(150)	(50)	126	-	126
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	44.582	(46.597)	(2.015)	588.307	(587.617)	690
. Contratos de taxa de juro	6.658.685	(6.754.450)	(95.765)	4.107.979	(3.850.885)	257.094
. Contratos sobre cotações	45.825	(61.674)	(15.849)	193.763	(162.773)	30.990
. Outros	192.442	(125.144)	67.298	98.037	(77.799)	20.238
Futuros						
. Contratos de taxa de juro	-	-	-	8.263	(10.822)	(2.559)
. Contratos sobre cotações	-	-	-	886	(820)	66
. Outros	-	-	-	-	(9)	(9)
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	176.220	(173.541)	2.679	96.303	(96.942)	(639)
. Contratos de taxa de juro	-	-	-	2.404	(2.303)	101
. Contratos sobre cotações	1.534.502	(1.501.588)	32.914	1.858.158	(2.131.157)	(272.999)
. Outros	1.003.316	(1.031.764)	(28.448)	1.030.404	(1.038.963)	(8.559)
Contratos de garantia de taxa de juro	2.506.227	(2.503.887)	2.340	801.186	(809.347)	(8.161)
	12.856.793	(12.887.471)	(30.678)	8.821.107	(8.786.753)	34.354
Activos e Passivos ao justo valor através de resultados						
Instrumentos de capital	108.583	(101.660)	6.923	165.798	(152.107)	13.691
Instrumentos de dívida	-	(5.912)	(5.912)	-	-	-
	108.583	(107.572)	1.011	165.798	(152.107)	13.691
Derivados de cobertura:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	41.782	(71.947)	(30.165)	6.676	(60.658)	(53.982)
. Contratos sobre cotações	8.015	(46.972)	(38.957)	82.109	(19.458)	62.651
Opções						
. "Auto-callable"	406.398	(393.272)	13.126	327.828	(335.496)	(7.668)
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	143.764	(79.267)	64.497	99.927	(96.408)	3.519
	599.959	(591.458)	8.501	516.540	(512.020)	4.520
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	13.565.335	(13.586.501)	(21.166)	9.503.445	(9.450.880)	52.565

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	9	(19.524)	(19.515)	-	-	-
De outros residentes	-	-	-	21	(83)	(62)
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	2.493	(656)	1.837	9.166	(2.796)	6.370
De outros não residentes	-	(211.452)	(211.452)	-	-	-
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	21.201	(1.015)	20.186	260	-	260
Valorizados ao custo histórico	4.650	-	4.650	17	-	17
Outros	-	(11.104)	(11.104)	-	(7)	(7)
	<u>28.353</u>	<u>(243.751)</u>	<u>(215.398)</u>	<u>9.464</u>	<u>(2.886)</u>	<u>6.578</u>

Em 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros não residentes” refere-se a perdas na venda de obrigações emitidas em operações de securitização do Grupo Santander (Nota 9). As obrigações foram alienadas pela Totta Ireland em Outubro de 2010 a uma empresa do Grupo Santander, pelo valor de venda de mEuros 952.254.

Em 2010, a rubrica “Instrumentos de capital – Valorizados ao custo histórico” inclui o ganho resultante da reavaliação da participação na Unicre no montante de mEuros 21.201 (Nota 15).

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	45.361	41.468
Perdas na reavaliação da posição cambial:		
. Alienação da Partang e Banco Caixa Geral		
Totta de Angola (Nota 4)	(1.982)	(2.184)
. Dividendos do Banco Caixa Geral		
Totta de Angola	(503)	-
. Outras	(31.938)	(20.061)
	<u>10.938</u>	<u>19.223</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos na alienação da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 4)	56.027	30.280
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	78	5.037
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.333	1.047
Ganhos em outros activos tangíveis	1.186	1.179
Ganhos em activos afectos a passivos por seguros	74	157
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	305.879	10.257
Ganho na venda da ISBAN PT	713	-
Outros ganhos em operações financeiras	22	388
	-----	-----
	365.312	48.345
	-----	-----
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	-	(759)
Perdas em outros activos tangíveis	(137)	(244)
Perdas em activos afectos a passivos por seguros	(8)	(284)
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(1.410)	(664)
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	(214)	-
Outras perdas em operações financeiras	(2.029)	(3.122)
	-----	-----
	(3.798)	(5.073)
	-----	-----
	361.514	43.272
	=====	=====

A rubrica “Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação” inclui ganhos de mEuros 282.069 e perdas de mEuros 214 resultantes de recompra de obrigações a entidades do Grupo Santander.

41. MARGEM BRUTA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	95.832	66.742
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(46.391)	(52.543)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	(47.011)	(24.015)
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	12.743	21.375
Juros e rendimentos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	13.005	12.493
Juros líquidos de encargos associados a passivos por seguros	187	(532)
Ganhos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	1.254	1.165
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(814)	(802)
	-----	-----
	28.805	23.883
	=====	=====
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	9.493	11.657
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da actividade de seguros.

A rubrica prémios brutos emitidos líquidos de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	57.106	42.009
Temporários Individual/Grupo	59.899	57.772
Produtos tradicionais	807	999
Seguros de capital diferido	4.422	-
Acidentes pessoais (não vida)	1.272	1.101
Outros produtos	5	-
	-----	-----
	123.511	101.881
Resseguro cedido	(27.679)	(35.139)
	-----	-----
	95.832	66.742
	=====	=====

Em 2010 e 2009, a rubrica de custos com sinistros líquidos de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>		
	Montantes	Varição	
	<u>pagos</u>	<u>da provisão</u>	<u>Total</u>
		<u>para sinistros</u>	
PPR/E Maxinveste	3.797	(35)	3.762
PPR/E Garantido	23.042	266	23.308
Plano Génesis	1.719	(4)	1.715
Temporários Individual/Grupo	21.030	2.210	23.240
Outros produtos	1.400	277	1.677
	-----	-----	-----
	50.988	2.714	53.702
	-----	-----	-----
Resseguro cedido	(7.758)	447	(7.311)
	-----	-----	-----
	43.230	3.161	46.391
	=====	=====	=====

	<u>2009</u>		
	Montantes	Varição	
	<u>pagos</u>	<u>da provisão</u>	<u>Total</u>
		<u>para sinistros</u>	
PPR/E Maxinveste	4.450	(49)	4.401
PPR/E Garantido	34.564	(1.563)	33.001
Plano Génesis	2.382	(68)	2.314
Temporários Individual/Grupo	17.894	1.925	19.819
Outros produtos	658	(39)	619
	-----	-----	-----
	59.948	206	60.154
	-----	-----	-----
Resseguro cedido	(7.737)	126	(7.611)
	-----	-----	-----
	52.211	332	52.543
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 e 2009, a rubrica variação das provisões técnicas líquidas de resseguro tem a seguinte composição:

Variação das provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira

Provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2008	25.517

Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2009	7.581
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1.027)
Variação da provisão para estabilização da carteira	1.000

Provisões para prémios não adquiridos, e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	33.071

Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2010	5.598
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1.338)
Variação da provisão para estabilização da carteira	600

Provisões para prémios não adquiridos, e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	37.931
	=====

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Provisão matemática e compromissos de taxa em 31 de Dezembro de 2008	294.240

Variação da provisão matemática em 2009	14.224
Variação da provisão para compromissos de taxa em 2009	1.867
Outros	(1.317)

Provisão matemática e compromissos de taxa, em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	309.014

Variação da provisão matemática em 2010	44.042
Variação da provisão para compromissos de taxa em 2010	(1.867)
Transferência para provisão para participação nos resultados atribuídos	51

Provisão matemática e compromissos de taxa, em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	351.240
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2008	686 -----
Participação nos resultados liquidada	(19)
Participação nos resultados atribuída em 2009	370 -----
Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	1.037 -----
Participação nos resultados liquidada	(188)
Transferência para provisão matemática	(51)
Participação nos resultados atribuída em 2010	(24) -----
Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	774 =====

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2008	4.241 -----
Varição em capitais próprios em 2009	4.241 -----
Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	8.482 -----
Varição em capitais próprios em 2010 (Nota 28)	(4.941) -----
Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	3.541 =====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)42. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	144	149
Reembolso de despesas	5.519	5.855
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.879	5.691
Outros	19.989	21.367
	-----	-----
	31.531	33.062
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.183)	(2.477)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 31)	(3.621)	(3.621)
Outros encargos e gastos operacionais	(27.210)	(26.755)
Outros impostos		
Directos	(1.933)	(1.401)
Indirectos	(1.664)	(1.517)
	-----	-----
	(37.611)	(35.771)
	-----	-----
	(6.080)	(2.709)
	=====	=====

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de administração e fiscalização (Nota 48)	8.294	7.262
Empregados	227.255	234.568
	-----	-----
	235.549	241.830
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	38.601	38.645
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 46)	10.392	17.494
Pensões pagas	-	188
Fundo de pensões de contribuição definida	152	120
Reformas antecipadas (Nota 46)	3.539	3.159
Amortização de desvios fora do corredor (Nota 46)	5.168	5.654
Outros encargos sociais obrigatórios	1.997	1.845
	-----	-----
	59.849	67.105
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas (Nota 46)	1.283	697
Transferências de pessoal	675	630
Plano complementar de reforma (Nota 46)	4.430	-
Outros	6.727	6.672
	-----	-----
	13.115	7.999
	-----	-----
	308.325	316.934
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	8.071	7.875
Material de consumo corrente	3.141	3.330
Outros fornecimentos	441	506
Serviços externos:		
Serviços especializados	46.082	46.423
Manutenção de software e equipamento informático	35.741	35.796
Comunicações	17.458	19.545
Publicidade e edição de publicações	14.556	15.639
Rendas e alugueres	11.986	12.598
Deslocações, estadas e representações	7.212	6.627
Conservação e reparação	3.309	4.916
Transportes	2.356	2.366
Formação de pessoal	2.444	2.674
Seguros	744	844
Outros serviços de terceiros	5.200	6.341
	-----	-----
	158.741	165.480
	=====	=====

45. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Banco Caixa Geral Totta de Angola	3.476	-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.240	-
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(149)	(167)
Partang, SGPS, S.A.	(19)	-
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	105	64
	-----	-----
	4.653	(103)
	=====	=====

46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2010 e 2009 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	3,20%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2011 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010.

A base para a taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2010 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, as taxas de rendimento de uma amostra de obrigações de empresas privadas em Euros com qualidade de crédito Aa- (notação de risco de crédito, com base em quatro agências de rating – Moody's, Standard & Poor's, Fitch e Dominion Bond Rating Service). Esta informação foi retirada da Bloomberg.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2010 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009	2008	2007	2006
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	275.580	255.009	231.114	241.071	223.396
. Pensionistas	36.406	34.692	34.895	35.054	31.698
. Reformados e reformados antecipadamente	855.952	896.251	973.904	1.045.467	1.028.912
	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>	<u>1.239.913</u>	<u>1.321.592</u>	<u>1.284.006</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.822	127.877	132.522	139.806	140.619
- Subsídio por morte	18.184	17.728	17.994	18.767	19.189
	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>	<u>1.390.429</u>	<u>1.480.165</u>	<u>1.443.814</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.312.888	1.395.849	1.391.585	1.486.078	1.446.847
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>	<u>1.156</u>	<u>5.913</u>	<u>3.033</u>
Desvios actuariais e financeiros					
- Alteração de pressupostos	-	(51.086)	(100.674)	(54.502)	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(29.458)	(21.172)	(4.100)	76.028	17.144
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	103.392	61.639	306.680	4.221	(32.174)
	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>	<u>302.580</u>	<u>80.249</u>	<u>(15.030)</u>
	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>	<u>201.906</u>	<u>25.747</u>	<u>(15.030)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2010			2009		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.431	25.930	35.630	5.448	23.760	32.400
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	175	24	32	100	6	8
Pensionistas	912	4.165	5.679	879	4.006	5.462
Reformados e reformados antecipadamente	5.381	78.038	106.416	5.430	80.432	109.680
	<u>11.899</u>	<u>108.157</u>	<u>147.757</u>	<u>11.857</u>	<u>108.204</u>	<u>147.550</u>

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	2010	2009
Responsabilidades no início do período	1.331.557	1.390.429
Custo dos serviços correntes	15.389	14.455
Custo dos juros	68.280	74.207
(Ganhos)/Perdas actuariais	(29.458)	(72.258)
Reformas antecipadas	3.539	3.159
Valores pagos	(78.567)	(80.946)
Contribuições dos empregados	2.426	2.511
Acréscimo de responsabilidades (ex-BSN)	778	-
Responsabilidades no fim do período	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de “Custos com o pessoal” (Nota 43):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo dos serviços correntes	15.389	14.455
Custo dos juros	68.280	74.207
Rendimento esperado	(74.572)	(74.337)
	-----	-----
Custo do exercício – Plano de benefício definido	9.097	14.325
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	32	9
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	485	3.160
Custo do exercício – acréscimo de responsabilidades com o BSN	778	-
	-----	-----
	10.392	17.494
	=====	=====

O movimento na flutuação de valores em 2009 e 2010 foi o seguinte:

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2008	281.304

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2009	(64.152)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2009	54.934
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	(8.106)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	6.705
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 43)	(5.654)

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	265.031

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2010	(26.243)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2010	92.075
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	(3.215)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	11.317
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 43)	(5.168)

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2010	333.797
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue (Nota 18):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Flutuação de valores	333.797	265.031
(Insuficiência)/Excesso de financiamento	(1.056)	64.292
	-----	-----
	332.741	329.323
	-----	-----
Flutuação de valores – fundo de pensões da Sucursal de Londres	(357)	(240)
	-----	-----
	332.384	329.083
	=====	=====

Os desvios actuariais com pensões em 2010 e 2009 podem ser explicados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alteração de pressupostos actuariais	-	(44.621)
Alteração da tabela salarial em 2010/ 2009 com impacto em pensões e salários	(18.601)	(13.748)
Alterações na população	(735)	(175)
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(9.721)	(8.270)
. Por permanência	6.947	6.555
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(4.133)	(3.893)
	-----	-----
	(26.243)	(64.152)
	=====	=====

Em 2009 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto de 5,5% para 5,25% e das alterações da taxa de crescimento das pensões e da taxa de inflação de 2,5% para 1,75% e de 2% para 1,75%, respectivamente.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2010 e 2009 são explicados como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alteração da taxa de desconto	-	(6.465)
Alterações salariais e de nível	(2.481)	(1.353)
Outros	(734)	(288)
	-----	-----
	(3.215)	(8.106)
	=====	=====

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2010 e 2009 relativas a 20 e 12 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.539 e mEuros 3.159, respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma antecipada, nos montantes de mEuros 1.283 e mEuros 697, respectivamente, foram registadas por resultados (Nota 43).

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2010 e 2009 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 5,8% e 3,5%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e da tabela salarial foi de 1% em 2010 e 1,5% em 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.606	5.548
Pensionistas	912	879
Reformados e reformados antecipadamente	5.381	5.430
	-----	-----
	11.899	11.857
	=====	=====

(1) Dos quais 175 e 100 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2009 e 2010 foram as seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados e reformados antecipadamente</u>	<u>Pensionistas</u>
Número total em 31-12-2008	5.583	5.479	842
Saídas:			
. De activos	(116)	-	-
. Por mortalidade	(6)	(72)	(23)
. Outras	-	-	(8)
Transferências	(15)	15	-
Entradas	102	8	68
Número total em 31-12-2009	<u>5.548</u>	<u>5.430</u>	<u>879</u>
Saídas:			
. De activos	(110)	-	-
. Por mortalidade	-	(80)	(21)
. Outras	-	-	(12)
Transferências	(21)	21	-
Entradas de colaboradores do BSN	84	-	-
Entradas	105	10	66
Número total em 31-12-2010	<u>5.606</u>	<u>5.381</u>	<u>912</u>

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	1.391.585

Contribuições do Banco (monetárias)	70.000
Contribuições dos empregados	2.511
Rendimento líquido do Fundo	12.699
Valores pagos	(80.946)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849

Contribuições do Banco (monetárias)	22.000
Contribuições dos empregados	2.426
Rendimento líquido do Fundo	(28.820)
Valores pagos	(78.567)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2010 e 2009 foram de -2,1% e 0,9% respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	632.370	800.575
Fundos de Investimento Imobiliário	229.267	238.881
Fundos de Investimento Mobiliário	130.708	76.017
Instrumentos de capital	2.221	9.277
Imóveis	88.155	88.273
Depósitos	223.664	180.638
Outros activos	6.502	1.856
	-----	-----
	1.312.888	1.395.849
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis arrendados	23.839	23.799
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	209.548	247.382
	-----	-----
	233.387	271.181
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida de directivos do Banco, no montante de mEuros 4.430 (Nota 43).

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativo ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de mortalidade	AM92/AF92	AM92/AF92
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	6,20%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,70%	5,70%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	4,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,20%	3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	25.003	24.012
Cobertura – valor patrimonial do fundo	23.112	21.457
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(1.891)	(2.555)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2008	19.510

Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Perdas actuariais	3.630
Valores pagos	(544)

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2009	24.012

Custo dos serviços correntes	239
Custo dos juros	1.395
Ganhos actuariais	(817)
Valores pagos	(589)
Variações cambiais	763

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003
	=====

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	16.697

Rendimento líquido do fundo	2.343
Contribuição do Banco	2.772
Contribuições dos empregados	189
Valores pagos	(544)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457

Rendimento líquido do fundo	1.378
Contribuição do Banco	184
Valores pagos	(589)
Variações cambiais	682

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos dos exercícios de 2010 e 2009 da Sucursal de Londres apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuição do Banco – financiamento do fundo	184	2.772
Custo dos serviços correntes	239	185
Custo dos juros	1.395	1.231
Rendimento esperado	(1.333)	(1.028)
	-----	-----
	485	3.160
	===	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a flutuação de valores da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)	-
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)	-
Variações cambiais	81	-
Valor não financiado	(1.891)	(2.555)
	-----	-----
Flutuação de valores	(357)	(240)
	===	===

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	19.254	11.073
Instrumentos de capital	3.758	9.399
Depósitos	100	985
	-----	-----
Valor do fundo	23.112	21.457
	=====	=====

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo da Santander Totta Seguros abrangidos pelo fundo de pensões da Companhia (Nota 1.3 k)), foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades por serviços passados com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 correspondia a mEuros 200 e mEuros 183, respectivamente. Nas mesmas datas, o valor do fundo de pensões ascendia a mEuros 205 e mEuros 188, respectivamente.

47. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Agosto de 2009 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de dez operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 19.950.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC.

Em Abril de 2009, a Totta - Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC) procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Como forma de financiamento, o Fundo LeaseTotta No. 1 FTC emitiu unidades de participação de montante idêntico à carteira de crédito adquirida, as quais foram integralmente subscritas pelo LeaseTotta No. 1 Limited, com sede na Irlanda.

O Fundo LeaseTotta No. 1 FTC entrega todos os montantes recebidos da Totta IFIC ao LeaseTotta No.1 Limited, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.462.000.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta No. 1 FTC são geridos pela Navegador – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. A Totta IFIC continua a efectuar a gestão dos contratos de leasing e de aluguer de longa duração titularizados, entregando ao Fundo LeaseTotta No. 1 FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta No. 1 FTC e a Tagus emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Hipototta PLC/Ltd, LeaseTotta, com sede na Irlanda e pelo BST, respectivamente.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros. O Fundo LeaseTotta No. 1 FTC entrega todos os montantes recebidos da Totta IFIC ao LeaseTotta No.1 Limited, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, os Hipototta PLC/Ltd, o LeaseTotta No. 1 Limited e a Tagus emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipotitta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	247.612	AAA	Aaa	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	15.966	A+	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	7.036	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>270.614</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>281.614</u>						
Hipotitta nº 2 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.557.200	825.711	AAA	AAA	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39.800	27.473	AA+	AA+	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,5%	Euribor 3 m + 1%
Classe C	53.000	36.630	A	A	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	<u>2.650.000</u>	<u>889.814</u>						
Classe D	18.550	18.550			Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.668.550</u>	<u>908.364</u>						
Hipotitta nº 3 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual					Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	3.206.200	1.386.866	AAA		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122.400	112.702	AA		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71.400	65.743	A		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	<u>3.400.000</u>	<u>1.565.311</u>						
Classe D	17.000	17.000			Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>3.417.000</u>	<u>1.582.311</u>						
Hipotitta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual					Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.256.344	AAA		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	44.240	AA-		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	139.720	A		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.440.304</u>						
Classe D	14.000	14.000			Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.454.304</u>						
Hipotitta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	1.136.262	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.243.262</u>						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>1.253.262</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 7 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual	S&P	Moody's		
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.412.425	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	A	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	BB	B1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.616.425</u>				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.020.000</u>	<u>1.636.425</u>				
Hipototta nº 8 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating Moody's	Data de reembolso		Remuneração
	Inicial	Actual				
Classe A1	125.000	-	Aaa	Julho de 2061		Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.021.900	909.449	Aaa	Julho de 2061		Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	40.600	40.600	Aa3	Julho de 2061		Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	25.000	25.000	A2	Julho de 2061		Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	12.500	12.500	Baa2	Julho de 2061		Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	25.000	25.000	Ba2	Julho de 2061		Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.250.000</u>	<u>1.012.549</u>				
Classe F	22.550	22.550	Ca	Julho de 2061		Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.272.550</u>	<u>1.035.099</u>				
Hipototta nº 10 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating Moody's	Data de reembolso		Remuneração
	Inicial	Actual				
Classe A	927.500	733.370	Aaa	2062		Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	20.000	20.000	Aa3	2062		Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	20.000	20.000	A3	2062		Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	20.000	20.000	Ba1	2062		Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	12.500	12.500	B1	2062		Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.000.000</u>	<u>805.870</u>				
Classe F	20.000	20.000		2062		Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.020.000</u>	<u>825.870</u>				
Hipototta nº 11						
Dívida emitida	Montante		Rating S&P	Data de reembolso		Remuneração
	Inicial	Actual				
Classe A	1.760.000	1.646.835	AAA	2063		Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	240.000	240.000	BBB+	2063		Euribor 3 m + 0,60%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.886.835</u>				
Classe C	40.000	40.000		2063		Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.040.000</u>	<u>1.926.835</u>				
LeaseTotta No. 1 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating S&P	Data de reembolso		Remuneração
	Inicial	Actual				
Classe A	1.040.000	1.040.000	AAA	Janeiro de 2042		Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000	-	Janeiro de 2042		Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.300.000</u>	<u>1.300.000</u>				
Classe C	65.000	65.000	-	Janeiro de 2042		Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.365.000</u>	<u>1.365.000</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC, Hipototta nº 4 PLC e Hipototta nº 10 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 8 Ltd e Hipototta nº 11 vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

O saldo em dívida (valor nominal) das obrigações emitidas pelo LeaseTotta No. 1 Limited não foi amortizado até Outubro de 2010. Até essa data, as amortizações dos créditos titularizados foram utilizadas para comprar novos créditos até ao limite do valor nominal inicialmente determinado (1.300 milhões de Euros). As classes A e B vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST e a Totta IFIC têm a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, do Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos primeiros quatro Hipotottas, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5, Hipototta nº 7, Hipototta nº 8 e Hipototta nº 10 e as obrigações da classe C, para o Hipototta nº 11 constituem o último passivo a liquidar. A obrigação classe C constitui o último passivo a liquidar pelo LeaseTotta No. 1 Limited.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST e pela Totta IFIC, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos Hipototta FTC e pelo LeaseTotta No. 1 FTC);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1, 2, 3 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1%, 1%, 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 6 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F dos Hipototta nº 7, 8 e 10 Ltd e classe C do Hipototta nº 11 correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

O Grupo detém a maior parte das obrigações emitidas em operações de titularização. As obrigações detidas por outras entidades, no montante de mEuros 1.892.604, estão registadas na rubrica de responsabilidades representada por títulos e detalhadas no Anexo I.

Foi contratualizado um instrumento de gestão de liquidez entre o BST e o LeaseTotta No.1 Limited que corresponde a uma facilidade de liquidez concedida ao LeaseTotta No. 1 Limited. O BST contratou um instrumento de gestão de liquidez simétrico com a Totta IFIC.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os seis primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes Hipotottas destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e LeaseTotta No. 1 FTC e os Hipototta PLC/Ltd e LeaseTotta No.1 Limited e foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco e a Totta IFIC detêm a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, as operações relativas às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd e pelo LeaseTotta No. 1 Limited que são detidas pelo BST e suas subsidiárias e pela Totta IFIC foram anuladas no processo de consolidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

48. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com as quais a ST SGPS e as empresas do Grupo mantêm saldos ou transacções nos exercícios de 2010 e 2009 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Tottaurbe - Emp. Administração e Construções, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander de Negócios, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services Investments Limited	Reino Unido
Abbey National Treasury Services PLC	Reino Unido
Alliance & Leicester PLC	Reino Unido
Banco Banif, S.A.	Espanha
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander International Miami	EUA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banesto Financial Products, PLC	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Catter Allen International, LTD	Reino Unido
Geoban, S.A.	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Multirent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Open Bank Santander Consumer, S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, SL	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank and Trust, Ltd.	Bahamas
Santander Central Hispano Issuances, Ltd.	Ilhas Cayman
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Santander Consumer EFC, S.A.	Espanha
Santander Investment Services, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander UK PLC	Reino Unido
Unión de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo (cont.)	
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Ali Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPyme Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
H.B.F. Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Entidades de propósito especial	
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 2 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 3 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 6 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 8 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 9 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 10 FTC	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 11)	Portugal
LEASETOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 2 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 3 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 6 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 8 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 9 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 10 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e no exercício então findo, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
<u>Activos:</u>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.517	-	9.928
Activos financeiros detidos para negociação	199.977	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.496	-	441.309
Activos financeiros disponíveis para venda	798	-	49.891
Aplicações em instituições de crédito	1.140.625	40	68
Crédito a clientes	-	-	129.308
Derivados de cobertura	122.826	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	133.697	-
Activos por Impostos Correntes	-	-	-
Outros activos	111.457	5	-
<u>Passivos:</u>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.102.372	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	2.669.914	77.690	721.357
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.776	5.583
Responsabilidades representadas por títulos	66.941	-	217.474
Derivados de cobertura	164.490	-	-
Passivos subordinados	-	-	-
Outros passivos	144.051	-	647
<u>Custos:</u>			
Juros e encargos similares	641.222	40	23.800
Encargos com serviços e comissões	1.160	-	91
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8.626.735	-	2.747
Resultados de reavaliação cambial	-	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	211.452	-	-
Resultados de outros activos	214	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	51	-	18.828
Margem bruta da actividade de seguros	9	-	468
Resultados de activos afectos a passivos por seguros	-	-	187
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	4.102	-
Gastos gerais administrativos	-	-	36.002
<u>Proveitos:</u>			
Juros e rendimentos similares	688.051	9	14.606
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7.931.819	-	3.011
Resultados de reavaliação cambial	4.705	-	-
Resultados de outros activos	282.069	-	713
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	552
Rendimentos de serviços e comissões	56	-	245
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	340	-	13.762
Margem bruta da actividade de seguros	71	-	180
<u>Extrapatrimoniais:</u>	-		
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	463.746	-	344
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	3.851	914	40.047
Operações cambiais e instrumentos derivados	28.544.177	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e no exercício então findo, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
<u>Activos:</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20.694	-	-	7.702
Activos financeiros detidos para negociação	502.852	-	-	4.819
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.743	-	-	802.010
Activos financeiros disponíveis para venda	1.628	-	-	1.058.166
Aplicações em instituições de crédito	697.294	-	-	13.310
Crédito a clientes	-	-	2	154.774
Derivados de cobertura	233.982	-	-	2.941
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	2.634	-
Outros activos	22	3	268	-
<u>Passivos:</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.002.290	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	1.583.861	19.340	-	2.604.012
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	258	9.728	13.301
Responsabilidades representadas por títulos	97.008	-	-	2.383.484
Derivados de cobertura	190.280	-	-	2.227
Passivos subordinados	25.016	-	-	-
Outros passivos	114.848	3	5	15
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	674.492	33	1	71.271
Encargos com serviços e comissões	1.334	-	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6.307.464	-	-	70.999
Resultados de reavaliação cambial	4.436	-	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	413	-	-	1.217
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	103	-
Gastos gerais administrativos	-	-	15.775	19.541
Resultados de activos afectos a passivos por seguros	-	-	-	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	783.821	-	-	33.537
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6.315.424	-	-	73.586
Rendimentos de serviços e comissões	25	-	-	443
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	956	-	-	80.921
Margem bruta da actividade de seguros	113	-	-	1.468
<u>Extrapatrimoniais:</u>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	415.514	-	-	324
Garantias recebidas	715	-	-	-
Compromissos perante terceiros	2.450	25	8	27.069
Operações cambiais e instrumentos derivados	64.272.141	869	-	114.109

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**ÓRGÃOS SOCIAIS****Conselho de Administração**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência, ascendiam a mEuros 1.228 e mEuros 1.178, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 8.294 e mEuros 7.262, respectivamente (Nota 43).

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 49 e que está dividido em ciclos. Para os órgãos sociais, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal nos exercícios de 2010 e 2009 é apresentado de seguida:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Primeiro ciclo – PI09 – atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2009	-	112
Segundo ciclo – PI10 – atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2010	152	304
Terceiro ciclo – PI11 – atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	362	362
Quarto ciclo – PI12 – atribuídas em 2009 e a exercer em Julho de 2012	311	155
Quinto ciclo – PI13 – atribuídas em 2010 e a exercer em Julho de 2013	161	-
	-----	-----
	986	933
	===	===

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros.

Em 8 de Julho de 2010, foi finalizado o segundo ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. O número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 140.124, ao valor por acção de 8,77 euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo BST. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3 k). Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades com este benefício ascendiam a mEuros 164 (mEuros 140 em 31 de Dezembro de 2009).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. A fixação do montante do complemento da pensão de reforma será definida pela comissão de vencimentos quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 9.565 e mEuros 8.529, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisão para pensões e outros encargos” (Nota 25).

Em 2010, no novo plano complementar de reforma para directivos do Banco, estão incluídos os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano específico de benefício definido acima referido. A contribuição de 2010 para este novo plano ascendeu a mEuros 892.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade em 2010 ascendeu a mEuros 72.

49. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Na Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander de 23 de Junho de 2007 foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”, para os períodos de 23 de Junho de 2007 a 31 de Dezembro de 2009 (com data de entrega das acções respeitantes ao primeiro ciclo até 31 de Julho de 2009 e do segundo ciclo até 31 de Julho de 2010). O Grupo está inserido neste plano abrangendo cerca de 340 colaboradores.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades compreendidas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção.

Em 2009 foi concluído o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos (PI09). A percentagem aplicada sobre o número máximo de acções que foram atribuídas no início do ciclo foi de 90,79%. Esta percentagem reflecte a evolução do Banco Santander face aos dois parâmetros supra referidos. Em termos do retorno total para o accionista o Banco Santander classificou-se em sétimo lugar com 53,79%. Em termos do crescimento do lucro por acção, o Banco Santander ficou em primeiro lugar do grupo de referência com 7,70%. A entrega das referidas acções ocorreu em 6 de Julho de 2009, ao preço de abertura da acção do Banco Santander nesse dia (8,49 Euros por acção).

Em 2008 o Plano foi alargado para um terceiro ciclo até 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 para um quarto ciclo até 31 de Dezembro de 2011 (com datas de entrega das acções previstas até 31 de Julho de 2011 e até 31 de Julho de 2012, respectivamente). Estas extensões abrangeram cerca de 341 e 337 colaboradores, respectivamente. Em 2010, o Plano foi alargado para um quinto ciclo até 31 de Dezembro de 2012 (com data de entrega das acções prevista até 31 de Julho de 2013). Esta extensão abrangeu cerca de 335 colaboradores.

Conforme referido na nota 1.3 r), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores das empresas do Grupo a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2010 e 2009, o custo deste plano pode ser apresentado como segue:

Plano de acções vinculado a objectivos do Grupo Santander	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Primeiro ciclo – PI09	-	634
Segundo ciclo – PI10	627	1.254
Terceiro ciclo – PI11	1.283	1.283
Quarto ciclo – PI12	1.167	583
Quinto ciclo – PI13	743	-
	-----	-----
	3.820	3.754
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2008:					
PI09	424.919	5,7474	Jul-2009	330	2007
PI10	636.663	5,6936	Jul-2010	330	2007
PI11	707.381	5,4419	Jul-2011	341	2008
Movimento em 2009:					
PI09 - Anulações (*)	(540)			-1	
PI09 - Acções disponibilizadas	(385.936)		Jul-2009	-329	
PI09 - Acções não disponibilizadas (**)	(38.443)				
PI10 - Anulações (*)	(800)			-1	
PI12 - Atribuição do direito	775.819	4,5112	Jul-2012	337	2009
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:					
PI10	635.863	5,6936	Jul-2010	329	2007
PI11	707.381	5,4419	Jul-2011	341	2008
PI12	775.819	4,5112	Jul-2012	337	2009
Movimento em 2010:					
PI10 - Anulações (*)	(22.850)	-	-	-2	-
PI10 - Acções disponibilizadas	(554.988)	-	Jul-2010	-327	-
PI10 - Acções não disponibilizadas (**)	(58.025)	-	-	-	-
PI11 - Anulações (*)	(28.890)	-	-	-7	-
PI12 - Anulações (*)	(2.030)	-	-	-3	-
PI13 - Atribuição do direito	800.103	5,5707	Jul-2013	335	2010
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	678.491	5,4419	Jul-2011	334	2008
PI12	773.789	4,5112	Jul-2012	334	2009
PI13	800.103	5,5707	Jul-2013	335	2010

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

Adicionalmente, o Grupo Santander teve um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial (PI06), abrangendo 2.601 colaboradores, e que consistiu em opções sobre acções do Banco Santander condicionadas à valorização relativa da cotação da respectiva acção e ao crescimento do resultado líquido por acção em relação a um grupo de bancos comparáveis. As datas de início e de conclusão do direito verificaram-se entre 15 de Janeiro de 2008 e 15 de Janeiro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2010 (2º, 3º e 4º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “MonteCarlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI11	PI12	PI13
Volatilidade (*)	19,31%	42,36%	49,65%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	3,47%	4,88%	6,34%
Taxa de juro sem risco	4,835%	2,040%	3,330%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 44,9% para PI11, 55,42% para PI12 e 62,62% para o PI13, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição;

- Dada a elevada correlação entre o RTA e o crescimento do lucro por acção (BPA), considerou-se que a valorização do RTA é também válida para o BPA. Esta valorização, por se referir a uma condição que não é de mercado, é revista e ajustada anualmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

50. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2010			
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Valor líquido
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99.074	217.801	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	124.980	111.303	-
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.674	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.974.695	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.484.164	-	27.360	(67.087)
Aplicações em instituições de crédito	-	1.914.628	-	-
Crédito a clientes	65.072	33.285.609	-	(536.657)
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-
	<u>11.295.117</u>	<u>35.424.291</u>	<u>356.464</u>	<u>(603.744)</u>
				<u>46.472.128</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.597	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	8.449.191	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.249.362	15.768.935	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	4.064.822	3.757.855	-	-
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-
Provisões técnicas	-	377.126	-	-
	<u>11.067.906</u>	<u>33.160.269</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>44.228.175</u>
	2009			
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Valor líquido
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	524.421	231.990	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	114.660	111.781	-
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.005.555	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4.976.995	-	30.248	(45.431)
Aplicações em instituições de crédito	-	2.597.135	-	-
Crédito a clientes	77.203	32.828.604	-	(487.461)
Derivados de cobertura	259.515	-	-	-
	<u>11.320.977</u>	<u>36.064.820</u>	<u>374.019</u>	<u>(532.892)</u>
				<u>47.226.924</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.485.448	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.185.646	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.149.695	13.931.602	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	4.696.343	9.351.803	-	-
Derivados de cobertura	237.067	-	-	-
Provisões técnicas	-	337.589	-	-
Passivos subordinados	-	278.851	-	-
	<u>13.679.168</u>	<u>30.852.953</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>44.532.121</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

O montante apresentado nesta Nota como “Provisões técnicas” corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor” através de resultados inclui mEuros 4.301.702 e mEuros 4.348.608, respectivamente, referente à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui mEuros 31.835 e mEuros 29.593, respectivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 23).

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento colectivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento colectivo encontram-se registados na rubrica “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja valorização em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascende a mEuros 2.881.409 e mEuros 3.405.661, respectivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afectos aos referidos produtos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2010					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	12.862.095	(12.887.471)	(25.376)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	460.336	(411.247)	49.089	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	363.395	(266.371)	97.024	4.941	(453.036)	(448.095)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56.064	-	56.064	-	-	-
Crédito a clientes	1.088.868	(245.346)	843.522	-	-	-
Derivados de cobertura	1.248.577	(1.257.332)	(8.755)	-	(19.384)	(19.384)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.021.278	(1.055.465)	(34.187)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.771	(116.774)	(114.003)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	76.138	(206.678)	(130.540)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	359.808	(317.713)	42.095	-	-	-
Passivos subordinados	-	(4.868)	(4.868)	-	-	-
Provisões técnicas	106.641	(92.281)	14.360	-	-	-
	<u>17.645.971</u>	<u>(16.861.546)</u>	<u>784.425</u>	<u>4.941</u>	<u>(472.420)</u>	<u>(467.479)</u>
Garantias prestadas	<u>19.674</u>	<u>(896)</u>	<u>18.778</u>			

	2009					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	9.141.218	(9.273.030)	(131.812)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	841.467	(183.394)	658.073	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	128.271	(9.336)	118.935	35.724	(4.241)	31.483
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56.298	-	56.298	-	-	-
Crédito a clientes	1.398.490	(234.664)	1.163.826	-	-	-
Derivados de cobertura	1.112.840	(991.083)	121.757	-	(32.500)	(32.500)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	774.634	(1.256.272)	(481.638)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(122.259)	(122.259)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	93.818	(286.728)	(192.910)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	51.993	(340.110)	(288.117)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(7.570)	(7.570)	-	-	-
Provisões técnicas	93.016	(82.260)	10.756	-	-	-
	<u>13.692.045</u>	<u>(12.786.706)</u>	<u>905.339</u>	<u>35.724</u>	<u>(36.741)</u>	<u>(1.017)</u>
Garantias prestadas	<u>21.301</u>	<u>(642)</u>	<u>20.659</u>			

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 10.938 e mEuros 19.223, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.021	-	4.021	5.340	-	5.340
Disponibilidades em outras instituições de crédito	167	-	167	805	-	805
Activos financeiros disponíveis para venda	263.131	-	263.131	99.256	-	99.256
Aplicações em instituições de crédito	51.876	-	51.876	50.153	-	50.153
Crédito a clientes	930.093	(606)	929.487	1.225.866	(662)	1.225.204
	<u>1.249.288</u>	<u>(606)</u>	<u>1.248.682</u>	<u>1.381.420</u>	<u>(662)</u>	<u>1.380.758</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	-	(42.621)	(42.621)	-	(21.661)	(21.661)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(74.153)	(74.153)	-	(97.827)	(97.827)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.400	(185.163)	(176.763)	8.818	(266.281)	(257.463)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(259.002)	(259.002)	-	(265.340)	(265.340)
Passivos subordinados	-	(4.868)	(4.868)	-	(7.570)	(7.570)
	<u>8.400</u>	<u>(565.807)</u>	<u>(557.407)</u>	<u>8.818</u>	<u>(658.679)</u>	<u>(649.861)</u>
Garantias prestadas	<u>18.850</u>	<u>-</u>	<u>18.850</u>	<u>20.446</u>	<u>-</u>	<u>20.446</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	<u>40.728</u>	<u>(14.981)</u>	<u>25.747</u>	<u>41.390</u>	<u>(13.189)</u>	<u>28.201</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>46.146</u>	<u>-</u>	<u>46.146</u>	<u>44.708</u>	<u>-</u>	<u>44.708</u>

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2010 e 2009 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 4.373 e mEuros 5.221, respectivamente (Nota 32).

Contabilidade de cobertura

2010					
Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
60.277	60.561	4.306	64.867	60.279	(4.639)
2.799.668	2.866.636	73.037	2.939.673	2.775.000	(109.711)
(1.262.055)	(1.268.789)	19.427	(1.249.362)	1.492.218	(24.096)
(3.994.405)	(4.046.810)	(18.012)	(4.064.822)	5.211.922	39.901
2.709.100	2.709.100	-	2.709.100	2.709.100	55.600
(959.100)	(959.100)	-	(959.100)	959.100	(14.966)
(646.515)	(638.402)	78.758	(559.644)	13.207.619	(57.911)

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em operações financeiras					
	2010			2009		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	224	(224)	-	1.073	(1.073)	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	1.771	(1.796)	(25)
Activos financeiros disponíveis para venda	65.270	(66.420)	(1.150)	7.767	(6.617)	1.150
Recursos de bancos centrais	2.771	(2.771)	-	(2.771)	2.771	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.035	6.632	7.667	21.424	(17.970)	3.454
Responsabilidades representadas por títulos	(4.803)	6.788	1.985	(25.745)	25.686	(59)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
	<u>64.497</u>	<u>(55.995)</u>	<u>8.502</u>	<u>3.519</u>	<u>1.001</u>	<u>4.520</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2010		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	316.875	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	236.283	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.674	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.974.695	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.425.100	19.337	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	-	1.914.628	1.914.628
Crédito a clientes	64.867	32.749.157	32.814.024
Derivados de cobertura	<u>131.512</u>	<u>-</u>	<u>131.512</u>
	<u>11.235.848</u>	<u>35.236.280</u>	<u>46.472.128</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.597	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	-	8.449.191	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.249.362	15.768.935	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	4.064.822	3.757.855	7.822.677
Derivados de cobertura	<u>189.423</u>	<u>-</u>	<u>189.423</u>
Provisões técnicas	<u>-</u>	<u>377.126</u>	<u>377.126</u>
	<u>11.067.906</u>	<u>33.160.269</u>	<u>44.228.175</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	756.411	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	226.441	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.005.555	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.939.618	22.194	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	-	2.597.135	2.597.135
Crédito a clientes	77.203	32.341.143	32.418.346
Derivados de cobertura	259.515	-	259.515
	<u>11.283.600</u>	<u>35.943.324</u>	<u>47.226.924</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.485.448	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.185.646	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.149.695	13.931.602	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	4.696.343	9.351.803	14.048.146
Derivados de cobertura	237.067	-	237.067
Provisões técnicas	-	337.589	337.589
Passivos subordinados	-	278.851	278.851
	<u>13.679.168</u>	<u>30.852.953</u>	<u>44.532.121</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2010					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	406.355	-	1.233.319	-	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.924.930	49.720	45	-	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.806.872	118.297	(514.042)	73.037	(59.064)	6.425.100
Crédito a clientes	60.277	489	-	4.306	(205)	64.867
Derivados de cobertura	-	-	131.512	-	-	131.512
	<u>10.198.434</u>	<u>168.506</u>	<u>850.834</u>	<u>77.343</u>	<u>(59.269)</u>	<u>11.235.848</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.262.597	-	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	-	4.301.702
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.262.055	6.734	-	(19.427)	-	1.249.362
Responsabilidades representadas por títulos	3.994.405	52.405	-	18.012	-	4.064.822
Derivados de cobertura	-	-	189.423	-	-	189.423
	<u>9.558.162</u>	<u>59.139</u>	<u>1.452.020</u>	<u>(1.415)</u>	<u>-</u>	<u>11.067.906</u>
<u>2009</u>						
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	526.831	(562)	1.475.440	-	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.946.703	52.895	5.957	-	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.973.342	56.317	(60.431)	7.767	(37.377)	4.939.618
Crédito a clientes	72.573	548	-	4.082	-	77.203
Derivados de cobertura	-	-	259.515	-	-	259.515
	<u>9.519.449</u>	<u>109.198</u>	<u>1.680.481</u>	<u>11.849</u>	<u>(37.377)</u>	<u>11.283.600</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	1.250.000	6.597	-	2.771	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.485.448	-	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.848.608	2.639	-	-	-	4.851.247
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.159.601	3.856	-	(13.762)	-	1.149.695
Responsabilidades representadas por títulos	4.633.472	70.412	-	(7.541)	-	4.696.343
Derivados de cobertura	-	-	237.067	-	-	237.067
	<u>11.891.681</u>	<u>83.504</u>	<u>1.722.515</u>	<u>(18.532)</u>	<u>-</u>	<u>13.679.168</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram em cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2010			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	406.281	1.233.393	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.853.984	120.711	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	5.982.445	438.273	4.382	6.425.100
Crédito a clientes	-	64.867	-	64.867
Derivados de cobertura	-	131.512	-	131.512
	<u>9.242.710</u>	<u>1.988.756</u>	<u>4.382</u>	<u>11.235.848</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.262.597	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.301.702	-	4.301.702
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.249.362	-	1.249.362
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.064.822	-	4.064.822
Derivados de cobertura	-	189.423	-	189.423
	<u>-</u>	<u>11.067.906</u>	<u>-</u>	<u>11.067.906</u>
	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	507.661	1.480.412	13.636	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.334.166	-	671.389	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	3.288.695	420.899	1.230.024	4.939.618
Crédito a clientes	-	77.203	-	77.203
Derivados de cobertura	-	259.515	-	259.515
	<u>7.130.522</u>	<u>2.238.029</u>	<u>1.915.049</u>	<u>11.283.600</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	1.259.368	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.485.448	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.348.608	502.639	4.851.247
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.149.695	-	1.149.695
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.696.343	-	4.696.343
Derivados de cobertura	-	237.067	-	237.067
	<u>-</u>	<u>13.176.529</u>	<u>502.639</u>	<u>13.679.166</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A valorização dos activos e passivos financeiros da Sociedade compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor por cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções cotadas em mercados activos.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos das carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização dos cash flows futuros e a modelos de valorizados baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – A Sociedade classifica neste nível a valorização de instrumentos financeiros que utilizam modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais a Sociedade utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2010		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.875	316.875	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.283	236.283	-
Activos financeiros disponíveis para venda	19.337	19.337	-
Aplicações em instituições de crédito	1.914.628	2.004.768	90.140
Crédito a clientes	32.749.157	32.026.907	(722.250)
	<u>35.236.280</u>	<u>34.604.170</u>	<u>(632.110)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.807.162	4.807.714	(552)
Recursos de outras instituições de crédito	8.449.191	8.472.419	(23.228)
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.768.935	15.847.031	(78.096)
Responsabilidades representadas por títulos	3.757.855	3.681.395	76.460
Provisões técnicas	377.126	377.126	-
	<u>33.160.269</u>	<u>33.185.685</u>	<u>(25.416)</u>
	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	756.411	756.411	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	226.441	226.441	-
Activos financeiros disponíveis para venda	22.194	22.194	-
Aplicações em instituições de crédito	2.597.135	2.683.343	86.208
Crédito a clientes	32.341.143	32.316.292	(24.851)
	<u>35.943.324</u>	<u>36.004.681</u>	<u>61.357</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	767.462	767.688	(226)
Recursos de outras instituições de crédito	6.185.646	6.238.220	(52.574)
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.931.602	13.957.294	(25.692)
Responsabilidades representadas por títulos	9.351.803	9.298.482	53.321
Provisões técnicas	337.589	337.589	-
Passivos subordinados	278.851	276.469	2.382
	<u>30.852.953</u>	<u>30.875.742</u>	<u>(22.789)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável a empresas foi considerado igual ao valor de balanço. Para o crédito concedido a particulares (habitação e consumo) e pequenos negócios (empréstimos), foi considerado o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa a empresas ou particulares, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos pelo Banco, foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

De acordo com a Norma IFRS 4, a Santander Totta Seguros efectuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da Norma IAS 39, atendendo ao facto de, na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);
- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 15.088 e mEuros 23.300, respectivamente e encontram-se reflectidos na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação”.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

Actividade Bancária e outras

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e de *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento, pelas contrapartes, dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Actividade Seguradora

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no spread de crédito.

De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (LT2 e Corporate) que apresentem ratings mínimos de BBB-, com outlook estável (pelas Agências de rating Moody's e S&P) e spread de crédito abaixo de 400 bp's face à taxa swap equivalente à data da compra.

Excepcionalmente, pode ser definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos. Deverá ser sempre documentado e devidamente justificado a razão da sua aquisição (cobertura, gestão).

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do rating). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente..

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Investimentos e obedece a critérios prudenciais e limites definidos e aprovados pelo Grupo Santander.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um rating, e que na ausência deste, se possa associar a nível de rating enquadrado nas normas aprovadas.

O rating consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O rating atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o rating, menor a probabilidade de default atribuída, não consubstancia nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de rating a probabilidade de default deve ser entendida como nula, sendo o rating uma medida de risco ex-ante que serve para qualificar em termos relativos o tipo de risco.

Em termos de rating, a Companhia utiliza os dados fornecidos pelas seguintes agências: Moodys, Standard & Poors e Fitch Ibca.

O rating utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver rating, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o rating é o da dívida sénior.
- No caso de veículos ou credit linked notes, será tomado em conta o rating do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (credit default swap) para o tipo de dívida em causa. O Rating obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, rating da referência mais baixa no caso de first-to-default, rating do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS).
- No caso de não ser possível atribuir um rating, então considera-se a emissão como sem rating.
- No caso dos depósitos considera-se que o rating implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.

O rating utilizado é o mais baixo entre o da Moodys o da Standard & Poors, recorrendo-se apenas à Fitch Ibca caso não exista informação das outras companhias.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos spreads de crédito de diferentes sectores por diferentes prazos como forma de apoiar na avaliação de activos: obrigações, estruturas e derivados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com seis: Swiss Re, General Cologne Re, Partner Re, New Re, Genworth e Munich Re. Os ratings dos maiores resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

General Cologne Re	AA+
Genworth	A-
Munich Reinsurance Co.	AA-
New Re	AA-
National Re	A+
Cardif	AA
CNP	AA-
Partner Re	AA-
Swiss Re	A+

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.875	316.875	756.411	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.283	236.791	226.441	226.863
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.675	1.639.675	2.001.709	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.974.694	2.974.694	4.005.555	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	6.444.437	6.444.437	4.961.812	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	1.914.628	1.914.628	2.597.135	2.597.135
Crédito a clientes	32.814.024	40.604.270	32.418.346	40.645.494
Derivados de cobertura	131.512	131.512	259.515	259.515
	<u>46.472.128</u>	<u>54.262.882</u>	<u>47.228.558</u>	<u>55.456.128</u>
Garantias prestadas	<u>2.136.469</u>	<u>2.136.469</u>	<u>2.139.230</u>	<u>2.139.230</u>

A exposição máxima de “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2010, inclui os montantes de mEuros 1.982.317 e mEuros 5.807.929 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 2.240.834 e mEuros 5.986.314 em 31 de Dezembro de 2009, respectivamente).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Crédito concedido

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. O Grupo, para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Crédito ao consumo	1.179.495	1.187.917
Crédito à habitação	15.360.671	15.302.418
Outros créditos concedidos a particulares	434.810	383.853
Cartões de crédito de particulares	247.990	240.268
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	17.222.966	17.114.456
Crédito concedido a grandes empresas	3.795.822	2.135.125
Crédito concedido a médias empresas	6.047.348	7.057.740
Crédito concedido a pequenas empresas	1.260.731	1.886.687
Cartões de crédito de empresas	10.768	12.309
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1.011
Papel comercial	2.633.386	2.658.983
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	13.748.055	13.751.855
Garantias prestadas	2.103.616	2.112.715
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	33.074.637	32.979.026

As análises de risco são suportadas por um modelo de rating desenvolvido pelo Grupo, de elaboração obrigatória, excepto no que se refere a clientes particulares e a empresários em nome individual. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Desta forma, o sistema de rating interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido em empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2010		2009	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	1.044.258	80.141	1.472.002	137.090
Rating 4 - 6	8.049.184	1.341.733	7.434.913	1.325.342
Rating 1 - 3	659.695	83.130	562.246	70.065
	9.753.137	1.505.004	9.469.161	1.532.497
Sem Rating	1.350.764	116.917	1.610.391	130.649
	11.103.901	1.621.921	11.079.552	1.663.146
Cartões de crédito de empresas	10.768	-	12.309	-
Instituições Financeiras	-	481.695	1.011	449.569
Papel comercial	2.633.386	-	2.658.983	-
	13.748.055	2.103.616	13.751.855	2.112.715

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascendem a mEuros 46.504 e mEuros 53.355, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,27% e 0,31%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação entre 2006 e 2009, pode ser detalhado como segue:

	2010			2009		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas						
Médias empresas	27.825	6.923	34.748	24.596	5.559	30.155
Pequenas empresas	41.450	3.830	45.280	34.890	3.142	38.032
	69.275	10.753	80.028	59.486	8.701	68.187
Particulares	164.733	36.669	201.402	124.890	20.350	145.240
	234.008	47.422	281.430	184.376	29.051	213.427

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Vincendo	1.810.798	1.543.352
Vencido		
Até 90 dias	31.711	28.785
Entre 90 e 180 dias	36.847	30.664
Mais de 180 dias	408.074	342.106
	2.287.430	1.944.907
	=====	=====
Garantias prestadas	32.853	26.515
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de crédito vencido ou em imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária e por penhor de depósitos no Grupo ou por títulos de dívida emitidos pela própria instituição, apresenta a seguinte composição:

	2010		2009	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em dívida	386.613	922.284	349.430	823.805
Garantia inferior ao capital em dívida	111.401	42.464	96.760	40.536
Sem garantia	604.622	-	394.667	-
	<u>1.102.636</u>	<u>964.748</u>	<u>840.857</u>	<u>864.341</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 122.967 e mEuros 117.062, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	120.750	122.075
Equipamento	1.579	2.159
Outros activos recebidos em dação em pagamento	45.856	33.262
Activos financeiros disponíveis para venda	22.120	22.120
	-----	-----
	190.305	179.616
	-----	-----
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	(36.973)	(38.139)
Imparidade de equipamento	(780)	(1.173)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(7.465)	(1.122)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.120)	(22.120)
	-----	-----
	(63.338)	(62.554)
	-----	-----
	122.967	117.062
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresentam o seguinte detalhe, por *rating* externo:

	2010	2009
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P/Moody's		
Sem rating externo	-	13.636
	-	13.636
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P/Moody's		
AAA	113.171	169.613
AA + / AA / AA -	795.735	1.372.986
A + / A / A -	1.606.081	1.479.662
BBB + / BBB / BBB -	323.488	322.428
BB -	20.509	9.597
B +	46.026	44.416
CCC	-	2.526
D	10.645	7.283
Sem rating externo	30.106	65.497
	2.945.761	3.474.008
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P/Moody's		
AAA	123.792	178.697
AA + / AA / AA -	3.097.820	1.123.339
A + / A / A -	2.296.589	2.224.607
BBB + / BBB / BBB -	174.664	307.575
BB + / BB	-	153.359
B +	-	700
Sem rating externo	594.603	802.959
	6.287.468	4.791.236
	9.233.229	8.278.880

RISCO DE LIQUIDEZ

Actividade Bancária e outras

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liabilities Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva do Banco, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro;
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2010 o Grupo tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) no montante global de mEuros 10.000.000, do qual ainda falta utilizar mEuros 7.529.580.

De referir que não é realizada pelo Grupo uma análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (trading).

Actividade Seguradora

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos por contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de activos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro forward;
- Os activos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2010							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<u>Activo</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	251.033	161	503	66.614	-	-	-	318.311
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.283	-	-	-	-	-	-	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.674	-	-	-	-	-	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.881.408	-	4.831	98.302	-	-	-	2.984.541
Activos financeiros disponíveis para venda	2	66.131	353.256	2.468.215	2.427.114	2.588.161	223.595	8.126.474
Aplicações em instituições de crédito	711.674	77.771	521.025	93.123	371.740	309.369	-	2.084.702
Crédito a clientes	548.642	4.399.668	5.707.716	8.353.221	4.414.349	14.332.325	-	37.755.921
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-	-	-	-	131.512
	<u>6.400.228</u>	<u>4.543.731</u>	<u>6.587.331</u>	<u>11.079.475</u>	<u>7.213.203</u>	<u>17.229.855</u>	<u>223.595</u>	<u>53.277.418</u>
<u>Passivo</u>								
Recursos de bancos centrais	1.800.000	3.008.865	-	-	-	-	-	4.808.865
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.597	-	-	-	-	-	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	-	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	2.265.663	4.409.546	891.039	39.479	579.871	382.688	-	8.568.286
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.936.551	3.899.478	4.081.360	1.489.163	1.786.260	19.483	-	17.212.295
Responsabilidades representadas por títulos	105.000	931.725	1.926.176	2.669.699	1.454.675	1.273.522	-	8.360.797
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-	-	-	-	189.423
Provisões técnicas	26.267	1.122	21.299	17.440	15.289	295.735	-	377.152
	<u>15.887.203</u>	<u>12.250.736</u>	<u>6.919.874</u>	<u>4.215.781</u>	<u>3.836.095</u>	<u>1.971.428</u>	<u>-</u>	<u>45.081.117</u>
	2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<u>Activo</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	282.849	776	3.620	479.439	-	-	-	766.684
Disponibilidades em outras instituições de crédito	226.441	-	-	-	-	-	-	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	-	-	-	-	-	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.405.661	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-	4.019.509
Activos financeiros disponíveis para venda	2	66.451	233.144	638.224	2.391.675	2.109.026	215.561	5.654.083
Aplicações em instituições de crédito	1.714.452	92.244	175.563	125.811	68.371	615.668	-	2.792.109
Crédito a clientes	810.852	3.905.335	4.882.334	6.752.815	3.584.065	19.431.896	-	39.367.297
Derivados de cobertura	259.515	-	-	-	-	-	-	259.515
	<u>8.701.481</u>	<u>4.565.876</u>	<u>5.299.707</u>	<u>8.006.385</u>	<u>6.141.747</u>	<u>22.156.590</u>	<u>215.561</u>	<u>55.087.347</u>
<u>Passivo</u>								
Recursos de bancos centrais	5.028	8.480	2.020.611	-	-	-	-	2.034.119
Passivos financeiros detidos para negociação	1.485.448	-	-	-	-	-	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.348.608	-	505.153	-	-	-	-	4.853.761
Recursos de outras instituições de crédito	626.652	2.397.711	640.806	1.909.878	217.444	671.870	-	6.464.361
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.534.167	4.198.176	3.228.536	678.249	1.541.677	25.792	-	15.206.597
Responsabilidades representadas por títulos	177.531	4.179.488	1.211.708	3.632.063	1.754.008	3.905.488	-	14.860.286
Derivados de cobertura	237.067	-	-	-	-	-	-	237.067
Provisões técnicas	30.801	1.509	10.519	33.268	16.034	245.458	-	337.589
Outros passivos subordinados	-	1.186	3.078	8.539	8.529	393.496	-	414.828
	<u>12.445.302</u>	<u>10.786.550</u>	<u>7.620.411</u>	<u>6.261.997</u>	<u>3.537.692</u>	<u>5.242.104</u>	<u>-</u>	<u>45.894.056</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista;
- Os passivos e activos associados a produtos “unit link” da actividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de Negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente o Grupo procede a outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado, nomeadamente a Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua imediata correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um excelente indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Utilizam-se igualmente medidas de sensibilidades e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas. Referimo-nos ao cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que podemos classificar em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades);
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2010				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99.074	217.801	-	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	236.283	-	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	406.281	1.233.394	1.639.675
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.869.020	1.026.976	78.698	-	2.974.694
Activos financeiros disponíveis para venda	6.047.833	550.595	(153.991)	-	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	1.669.483	68.244	176.901	-	1.914.628
Crédito a clientes	1.957.163	30.856.928	(67)	-	32.814.024
Derivados de cobertura	-	-	-	131.512	131.512
	<u>11.543.499</u>	<u>32.601.817</u>	<u>961.906</u>	<u>1.364.906</u>	<u>46.472.128</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	4.805.011	-	2.151	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.262.597	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	5.912.145	2.417.521	119.525	-	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.579.852	5.275.370	163.075	-	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	5.127.249	2.595.803	99.625	-	7.822.677
Derivados de cobertura	-	-	-	189.423	189.423
Provisões técnicas	377.126	-	-	-	377.126
	<u>32.103.085</u>	<u>10.288.694</u>	<u>384.376</u>	<u>1.452.020</u>	<u>44.228.175</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	282.501	-	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	226.441	-	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	14.198	-	507.099	1.480.412	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.399.089	1.516.067	90.399	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	3.037.836	1.726.945	197.031	-	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	1.860.859	176.014	560.262	-	2.597.135
Crédito a clientes	5.176.542	27.229.935	11.869	-	32.418.346
Derivados de cobertura	-	-	-	259.515	259.515
	<u>12.488.524</u>	<u>31.122.871</u>	<u>1.875.602</u>	<u>1.739.927</u>	<u>47.226.924</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	2.015.638	-	11.192	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.485.448	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.848.608	-	2.639	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	3.287.391	2.328.996	569.259	-	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.108.637	4.803.693	168.967	-	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	8.013.236	5.967.570	67.340	-	14.048.146
Derivados de cobertura	-	-	-	237.067	237.067
Provisões técnicas	337.589	-	-	-	337.589
Passivos subordinados	-	278.673	178	-	278.851
	<u>28.611.099</u>	<u>13.378.932</u>	<u>819.575</u>	<u>1.722.515</u>	<u>44.532.121</u>

Actividade Bancária e outras**Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)**

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;
- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença dos mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- supõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro.
- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2010		2009	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	658	(649)	4.726	(4.412)
Activos financeiros disponíveis para venda	3.438	(3.423)	14.066	(13.646)
Aplicações em instituições de crédito	8.714	(8.713)	13.677	(13.056)
Crédito a clientes	234.639	(234.188)	246.682	(239.530)
	<u>247.449</u>	<u>(246.973)</u>	<u>279.151</u>	<u>(270.644)</u>
Derivados de cobertura	<u>(28.918)</u>	<u>28.900</u>	<u>(24.326)</u>	<u>19.606</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	-	(9.389)	9.389
Recursos de outras instituições de crédito	136.632	(136.476)	(78.307)	76.542
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.750	(65.339)	(71.500)	65.655
Responsabilidades representadas por títulos	15.026	(14.992)	(40.638)	40.484
Outros passivos subordinados	-	-	(2.829)	2.822
	<u>220.408</u>	<u>(216.807)</u>	<u>(202.663)</u>	<u>194.892</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros – negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realizar o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, a moeda de reporte dos valores do VaR é dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	2010	2009
VaR Percentil 99%	(70)	(110)
VaR Weighted Percentil 99%	(47)	(43)

Actividade Seguradora

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis conforme a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável ou de taxa fixa.

As obrigações de taxa variável são menos sensíveis a variações das taxas de juros, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor.

Assim sendo, o valor das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa.

O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a MDuration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a MDuration média para as carteiras de obrigações de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e reportada aos Comités de Investimentos e de Riscos.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento da normativa legal conforme as características e classificação legal dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e 2008, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à excepção de produtos Unit Links) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2010	2009
+ 100 bp's	(33)	264
- 100 bp's	33	(264)

A sensibilidade do valor patrimonial associado a produtos de seguros com risco do tomador de seguro é considerado imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a swaps de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2010			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	311.871	2.699	2.305	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	211.072	14.069	11.142	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.625.510	13.140	1.025	1.639.675
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.962.307	12.387	-	2.974.694
Activos financeiros disponíveis para venda	6.435.245	9.192	-	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	644.047	1.233.433	37.148	1.914.628
Crédito a clientes	32.594.043	184.676	35.305	32.814.024
Derivados de cobertura	131.176	336	-	131.512
	<u>44.915.271</u>	<u>1.469.932</u>	<u>86.925</u>	<u>46.472.128</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	4.807.156	-	6	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.248.457	13.117	1.023	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	8.010.031	417.152	22.008	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.042.327	815.929	160.041	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	7.822.677	-	-	7.822.677
Derivados de cobertura	188.024	1.399	-	189.423
Provisões técnicas	377.126	-	-	377.126
	<u>42.797.500</u>	<u>1.247.597</u>	<u>183.078</u>	<u>44.228.175</u>
	2009			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	694.880	49.066	12.465	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	194.818	19.438	12.185	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	1.941.307	36.893	23.509	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.993.648	11.907	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.881.733	19.485	60.594	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	2.112.410	431.480	53.245	2.597.135
Crédito a clientes	32.159.376	225.735	33.235	32.418.346
Derivados de cobertura	258.359	1.156	-	259.515
	<u>46.236.531</u>	<u>795.160</u>	<u>195.233</u>	<u>47.226.924</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	2.023.341	3.471	18	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.461.477	13.887	10.084	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	5.281.886	318.554	585.206	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.019.735	835.205	226.357	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	13.182.522	166.525	699.099	14.048.146
Derivados de cobertura	233.207	3.860	-	237.067
Provisões técnicas	337.589	-	-	337.589
Passivos subordinados	278.851	-	-	278.851
	<u>41.669.855</u>	<u>1.341.502</u>	<u>1.520.764</u>	<u>44.532.121</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VaR associado ao risco cambial referente à actividade bancária do Grupo corresponde a:

	2010	2009
VaR Percentil 99%	(14)	(110)
VaR Weighted Percentil 99%	(9)	(43)

Os activos e passivos financeiros associados à actividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

Risco de cotação de activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros expostos a riscos associados ao mercado de cotações correspondem a instrumentos de capital registados em activos de negociação e em activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o Grupo não tinha risco associado de cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)51. GESTÃO DO CAPITAL

A Santander Totta, SGPS a nível consolidado (Grupo) procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal, como igualmente a manutenção de rácios de capital que lhe permita manter os seus elevados ratings.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS propõe a distribuição de dividendos no montante de mEuros 205.000 (dos quais já foram pagos mEuros 115.000), o que corresponde a um dividendo de 0,10 Euros por acção.

A partir de Junho de 2009, a Santander Totta, SGPS utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). Por sua vez, em Dezembro de 2010, passou a utilizar o método misto para o Risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação e para parte das unidades de participação de carteira de negociação e o método standard para o resto da carteira de negociação. A Sociedade tem utilizado o método do indicador básico para o risco operacional.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais da Santander Totta, SGPS a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (montantes expressos em milhões de Euros):

	2010	2009
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.719	2.896
Capital Elegível	1.972	1.972
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	534	410
Interesses Minoritários Elegíveis	566	584
Impactos de transição IAS (regime transitório)	86	114
Deduções aos F.P. Base	-439	-184
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	0	253
Passivos subordinados c/venc.indeterminado	32	46
Passivos subordinados c/venc.determinado	0	300
Reservas de Reavaliação	0	0
Outros Elementos/Deduções aos F.P.Complementares	-32	-93
C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS	-9	-9
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.710	3.140
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	24.355	26.405

RÁCIOS	2010 (*)	2009
TIER I (A/E)	11,2%	11,0%
CORE CAPITAL	10,3%	9,2%
TIER II (B/E)	0,0%	1,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	11,1%	11,9%

(*) De acordo com a Instrução nº16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2010, o rácio de adequação de fundos próprios é 10,6%, o Tier I é 10,7% e o Core Tier I é 9,4%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Totta, SGPS mantém níveis sólidos de capital como o demonstra o rácio core capital de 10,3% e o rácio Tier I de 11,2% em Dezembro de 2010. A incorporação do resultado do ano após a distribuição estimada de dividendos e a optimização dos activos ponderados pelo risco, nomeadamente com a adopção em Dezembro de 2010 de modelos internos para a maior parte dos derivados de negociação e para outros activos de negociação contribuíram para um aumento no ano de 2010 dos rácios core capital e Tier I. O rácio de adequação de fundos próprios baixou de 11,9% em Dezembro de 2009 para 11,1% em Dezembro de 2010, para o que contribuiu a amortização de empréstimos subordinados de 314 milhões de Euros.

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (NOTA 24)

TENTATIVO E PRELIMINAR
SOMENTE PARA DISCUSSÃO

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correções de Valor		Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquiridas pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado				
Obrigações em circulação													
Obrigações de Caixa													
Agro(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	318	-	318	26	14 617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Ações: Archer-Daniels Midland Co; Monsanto Co; Syngenta AG; K+S AG; Agrium Inc
Água(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	318	-	318	26	14 617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Ações: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc
Aqua Rendimento Clientes	EUR	59 669	18 873	40 796	889	-	889	114	41 799	Variável	21-Ago-2006	22-Ago-2011	Cabaz de Ações: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc; Pentair Inc; Geberit AG Reg; Pennon Group Plc; Aguas de Barcelona - Class A; Kurita Water Industries Ltd
AutoCallable 80-20	EUR	8 055	-	8 055	-	-	-	(901)	7 154	Variável	7-Jun-2010	7-Jun-2011	Cabaz de Ações
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	14 750	-	14 750	-	-	-	(2 912)	11 838	Variável	30-Ago-2010	30-Ago-2013	Cabaz de Ações
Banca(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	367	-	367	36	16 197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Ações
Bio Energia(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 272	-	14 272	317	-	317	26	14 615	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Ações: Abengoa SA; AES Corp; Pacific Ethanol Inc; Medis Technologies Ltd; Earth Biofuels Inc
Cabaz Mundial Euribor Clientes	EUR	7 650	50	7 600	-	-	-	(261)	7 339	Variável	21-Jan-2008	21-Jan-2011	Cabaz de 3 índices
Cabaz Mundial Euribor II	EUR	5 500	-	5 500	-	-	-	21	5 521	Variável	7-Mar-2008	7-Mar-2011	3 índices
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7 050	-	7 050	-	-	-	(2 160)	4 890	Variável	12-Out-2009	12-Out-2012	Cabaz de índices
Converg. Europeia (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	265	-	265	56	15 245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 índices accionistas
Dividendos (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	265	-	265	56	15 245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 índices accionistas
Energias Renováveis 10% VI	EUR	5 900	-	5 900	-	-	-	1	5 901	Variável	25-Mar-2008	25-Mar-2011	Cabaz de ações
Eólica(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	318	-	318	26	14 617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Ações: Vestas Wind Systems AS; Gamesa Corporation tecnologica SA; FPL Group Inc; Clipper Windpower Plc; Iberdrola SA
Euro Banca 7,00% Clientes	EUR	85 000	10 917	74 083	-	-	-	503	74 586	Variável	30-Abr-2007	30-Mai-2011	Cabaz de 5 ações e índice accionista
Euro Premium 7,00% Clientes	EUR	12 940	1 149	11 791	158	-	158	63	12 012	Variável	30-Abr-2007	2-Mai-2011	Cabaz de 10 ações e índice accionista
Europa 5	EUR	7 424	-	7 424	216	-	216	(263)	7 377	Variável	8-Mar-2010	8-Mar-2013	Cabaz de ações
Europa 5 2ªserie	EUR	3 094	-	3 094	47	-	47	(89)	3 052	Variável	25-Mai-2010	25-Mai-2013	Cabaz de ações
Europa 155	EUR	1 920	-	1 920	-	-	-	(19)	1 901	Variável	28-Jun-2010	28-Jun-2014	Índice accionista
Infra-estruturas Aeronautica (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	358	-	358	25	18 913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 ações
Infra-estruturas Energia (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	358	-	358	25	18 913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 ações
Infra-estruturas Telecomunicações (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	358	-	358	25	18 913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 ações
Infra-estruturas Transportes (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	358	-	358	25	18 913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 ações
Infra-estruturas Utilities (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	358	-	358	25	18 913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 ações
Investimento Premium 8,25% Clientes	EUR	15 020	1 621	13 399	-	-	-	43	13 442	Variável	26-Mar-2007	28-Mar-2011	Cabaz de 4 ações
Japão (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 923	-	14 923	264	-	264	56	15 243	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	1 índice accionista
Media (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	367	-	367	36	16 197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Ações
Obrigações Europa 2ªSerie	EUR	1 210	-	1 210	-	-	-	(47)	1 163	Variável	9-Nov-2009	9-Nov-2012	Cabaz de ações
OPV Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10 384	-	10 384	210	-	210	45	10 639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Índices: IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Nikkei 225
OPV E.U.A(OPV INVEST FEI)	EUR	10 384	-	10 384	210	-	210	45	10 639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Índices: IPOX - 30 U.S. - price return; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa e Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10 384	-	10 384	210	-	210	45	10 639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Índices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Nikkei 225
OPV Europa e E.U.A (OPV INVEST FEI)	EUR	10 384	-	10 384	210	-	210	45	10 639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Índices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 U.S. - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa(OPV INVEST FEI)	EUR	10 384	-	10 384	210	-	210	45	10 639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Índices: IPOX - 30 Europe - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR
Performance Mais	EUR	63 095	62 334	761	66	66	-	(1 268)	(507)	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz índices
Performance Mais II	EUR	13 731	13 633	98	4	4	-	(432)	(334)	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz índices
Premium Bens de Luxo Clientes	EUR	11 778	414	11 364	-	-	-	(14)	11 350	Variável	17-Set-2007	19-Dez-2011	Cabaz de ações
Rendimento China 8% Clientes	EUR	100 447	17 587	82 860	1 631	-	1 631	31	84 522	Variável	22-Jan-2007	24-Jan-2011	Índice FTSE Xinhua China 25
Rendimento China Premium 10% Clientes	EUR	15 000	2 854	12 146	236	-	236	5	12 387	Variável	12-Fev-2007	14-Fev-2011	Índice FTSE Xinhua China 25
Rendimento Europeu	EUR	99 796	94 948	4 848	469	446	23	(759)	4 112	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Índice accionista
Rendimento Global	EUR	3 767	-	3 767	-	-	-	(125)	3 642	Variável	18-Jan-2010	18-Jan-2013	Cabaz de ações
Rendimento Premium 7,5% 2ª Serie Clientes	EUR	9 020	918	8 102	-	-	-	11	8 113	Variável	1-Jun-2006	1-Jun-2012	Índices: ABN AMRO Alfa Index Europe e Dow Jones Euro Stoxx 50 - Prio Return
Rendimento Valor Global Clientes	EUR	68 900	21 627	47 273	-	-	-	208	47 481	Variável	25-Set-2006	26-Set-2011	Índices Accionistas: FTSEuroFirst 80 - price return (EUR); FTSE Xinhua China 25 - price return; S&P Latin America 40; Stndard & Poor's 500 Composite Price; Nikkei 225
Santander Rendimento Certo Clientes	EUR	19 963	4 167	15 796	-	-	-	-	15 796	Variável	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor 1 ano
Santander Rendimento Cresce 6%	EUR	15 719	2 888	12 831	-	-	-	(1)	12 830	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Seguros (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	367	-	367	36	16 197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Ações
Solar (ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	318	-	318	26	14 617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Ações: Solarworld AG; Q-Cells AG; Energy Conversion Devices Inc; Conergy AG; Evergreen Solar Inc
ST Diversificação Invest 1ª amortização Clientes	EUR	23 913	22 549	1 364	1 939	1 825	114	(476)	1 002	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2011	EUR3M
ST Diversificação Invest 2ª amortização Clientes	EUR	23 913	22 549	1 364	-	-	-	(476)	888	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2013	EUR/USD
ST Diversificação Invest 3ª amortização Clientes	EUR	23 913	22 549	1 364	-	-	-	(476)	888	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2015	cabaz índices
ST Diversificação Invest 4ª amortização Clientes	EUR	23 913	22 549	1 364	-	-	-	(476)	888	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	cabaz índices
Super Rendimento Campeão Clientes	EUR	58 906	7 414	51 492	-	-	-	221	51 713	Variável	23-Ago-2007	23-Nov-2012	Cabaz de 5 ações
Taxas de Cambio (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	265	-	265	56	15 245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxas de cambio
Taxas de Juro (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	265	-	265	56	15 245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxa de juro swap usd
Telecomunicações(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	367	-	367	36	16 197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Ações
Totta Multinvestimento Clientes	EUR	84 511	81 064	3 447	4 634	4 286	348	59	3 854	Variável	28-Fev-2006	28-Fev-2011	Cabaz de Fundos

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (NOTA 24)

TENTATIVO E PRELIMINAR
SOMENTE PARA DISCUSSÃO

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquiridas pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em circulação													
Totta Rendimento Certo Clientes	EUR	54 986	12 343	42 643	-	-	-	-	42 643	Variável	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor a 1 ano
Totta Rendimento Cresce 6% Clientes	EUR	57 053	9 871	47 182	-	-	-	(5)	47 177	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Utilities (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	367	-	367	36	16 197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Valor Premium Clientes	EUR	11 665	646	11 019	-	-	-	2	11 021	Variável	25-Jun-2007	27-Jun-2011	Índice Accionista FtseUROFIRST 80
Valorização Performance 5 anos	EUR	21 533	-	21 533	28	-	28	(1 395)	20 166	Variável	30-Sep-2010	30-Sep-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9 987	-	9 987	8	-	8	(749)	9 246	Variável	2-Nov-2010	2-Nov-2015	Cabaz de índices
Valorização Dolar	EUR	3 645	-	3 645	-	-	-	(134)	3 511	Variável	12-Abr-2010	12-Abr-2013	Taxa de cambio EUR/USD
Total Obrigações de Caixa		1 423 859	455 514	968 345	17 913	6 627	11 286	(11 216)	968 415				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias													
Covered Bonds Hipotecárias	EUR	1 000 000	-	1 000 000	28 929	-	28 929	10 230	1 039 159	4,75%	23-Mai-2008	23-Mai-2011	Taxa Fixa
Covered Bonds Hipotecárias - 2ª Emissão	EUR	1 000 000	44 150	955 850	4 698	33	4 665	20 687	981 202	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Taxa Fixa
Covered Bonds Hipotecárias - 3ª Emissão	EUR	1 000 000	25 400	974 600	17 692	477	17 215	1 976	993 791	2,63%	15-Abr-2010	15-Abr-2013	Taxa Fixa até à maturidade, variável se extensão de prazo
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	247 612	169 933	77 679	301	12	289	-	77 968	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1 256 344	338 113	918 231	(2 409)	21	(2 430)	-	915 801	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	1 136 262	239 568	896 694	508	247	261	-	896 955	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
		5 640 218	817 164	4 823 054	49 719	790	48 929	32 893	4 904 876				
		7 064 077	1 272 678	5 791 399	67 632	7 417	60 215	21 677	5 873 291				
							(1 880)						
OUTROS													
EMTN's	EUR	2 470 420	651 260	1 819 160	24 373	3 274	21 099	(3 669)	1 836 590				
EURO COMMERCIAL PAPER	EUR	112 493	-	112 493	299	-	299	-	112 792				
		2 582 913	651 260	1 931 653	24 672	3 274	21 398	(3 669)	1 949 382				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS		9 646 990	1 923 938	7 723 052	92 304	10 691	81 613	18 008	7 822 673				

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (NOTA 26)

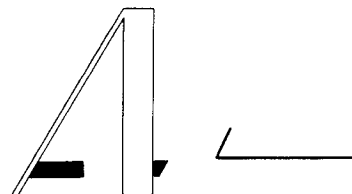
(Montantes expressos em milhares de Euros)

TENTATIVO E PRELIMINAR
SOMENTE PARA DISCUSSÃO

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
- Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270 447	270 447	-	224	224	-	-	3,02%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
- Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4 275	4 275	-	42	42	-	-	2,76%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	41 541	41 541	-	412	412	-	-	2,76%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Empréstimo Subordinado 2002 - Totta IFIC	EUR	10 000	10 000	-	21	21	-	-	1,03%	Perpétuas	
- Empréstimo Subordinado 2007 - Totta IFIC	EUR	50 000	50 000	-	3	3	-	-	1,69%	Perpétuas	29 de Junho de 2017
- Obrigações perpétuas subordinadas 98	EUR	2 993	2 993	-	1	1	-	-	3,78%	Perpétuas	30 de Dezembro de 2008
- Obrigações perpétuas subordinada - Totta Seguros 2002	EUR	14 000	14 000	-	2	2	-	-	2,84%	Perpétuas	
		393 256	393 256	-	705	705	-	-			

Relatórios e Pareceres Consolidados





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 48.181.543 mEuros e um total de capital próprio de 3.044.065 mEuros, incluindo um resultado consolidado líquido atribuível aos accionistas de 434.627 mEuros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações nos capitais próprios, do rendimento integral e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. E da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

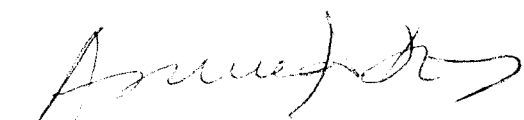
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. E também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

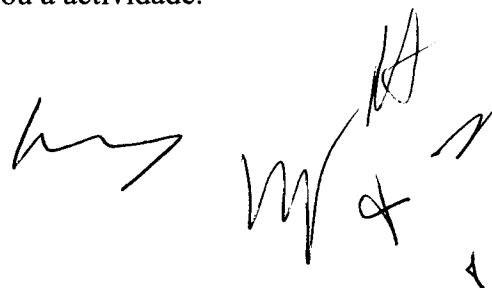
Lisboa, 16 de Março de 2011


ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2010.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2010, Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pela **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.



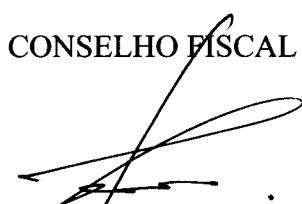
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

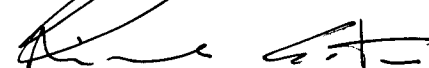
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2010.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL



Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO - DEZEMBRO DE 2010

(milhares de euros)

	Notas / Quadros anexos	Dez/10			Dez/09
		1 Valor antes de provisões imparidade e amortizações	2 Provisões, imparidade e amortizações	3 = 1 - 2 Valor líquido	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais				-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	69 381	-	69 381	45
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos Financeiros detidos para venda	5 e 10	64 011	1 813	62 198	163
Aplicações em instituições de crédito	6	115 003	-	115 003	139 062
Crédito a clientes		-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis		-	-	-	-
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	2 822 256	-	2 822 256	2 822 505
Activos por impostos correntes	8	189	-	189	431
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	9 e 10	85 532	480	85 052	85 054
Total de Activo		3 156 371	2 293	3 154 079	3 047 259
Passivo					
Recursos de bancos centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	10	42	-	42	42
Passivos por impostos correntes	8	421	-	421	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	11	177 139	-	177 139	115 664
Total de Passivo		177 603	-	177 603	115 706
Capital					
Capital	12	1 972 962	-	1 972 962	1 972 962
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	12	839 136	-	839 136	808 205
(Acções próprias)	12	(514)	-	(514)	(514)
Resultado do Exercício	12	279 892	-	279 892	265 901
(Dividendos antecipados)		(115 000)	-	(115 000)	(115 000)
Total de Capital		2 976 476	-	2 976 476	2 931 554
Total de Passivo + Capital		3 154 079	-	3 154 079	3 047 259

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

As notas financeiras anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - DEZEMBRO DE 2010
(milhares de euros)

	Notas / / Quadros anexos	Dez / 10	Dez / 09
Juros e rendimentos similares	13	891	989
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		891	989
Rendimentos de instrumentos de capital	14	280 324	266 214
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões		(0)	(0)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (Líquido)		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (Líquido)		-	-
Resultados de reavaliação cambial (Líquido)		-	-
Resultados de alienação de outros activos		900	-
Outros resultados de exploração		(0)	(0)
Produto Bancário		282 115	267 203
Custos com pessoal		(1 578)	(1 164)
Gastos gerais administrativos		(179)	(173)
Depreciações e amortizações		-	-
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	10	-	36
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		280 358	265 901
Impostos		(465)	(0)
Correntes	8	(465)	(0)
Diferidos		-	-
Resultado após impostos		279 892	265 901
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado Líquido do exercício		279 892	265 901

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

As notas financeiras anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009

(Montantes expressos em mEuros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	700	948
Pagamento de juros e comissões	(0)	(0)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(2 323)	(778)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(2)	(2)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	(1 625)	168
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	24 060	(16 560)
Outros activos	2	-
	24 062	(16 560)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	-	-
Outros passivos	-	-
	-	-
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	22 437	(16 392)
Impostos pagos	388	(574)
Caixa líquida das actividades operacionais	22 825	(16 966)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	280 324	266 214
Alienação de activos disponíveis para venda	-	36
Aquisição de acções próprias	-	(21)
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	(24 750)
Caixa líquida das actividades de investimento	281 474	241 479
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(234 962)	(224 965)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(234 962)	(224 965)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	69 337	(452)
Caixa e seus equivalentes no início do período	45	496
Caixa e seus equivalentes das empresas incorporadas	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	69 381	45

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais



(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de Dezembro de 2004 e tem como objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de Dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (totta), mediante a transferência de parte do seu património para com ela constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida, observando-se assim as condições que permitem a aplicação de neutralidade fiscal (artigo 68.º do Código do IRC).

Por escritura celebrada no dia 21 de Abril de 2005, foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por acção. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado em mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão na Santander Totta, SGPS no montante de mEuros 640.575.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nas situações referidas na carta circular n.º102/2004/DSB de 23 de Dezembro de 2004.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1.2. - Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos Financeiros

i) Classificação

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Imparidade

A existência de evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados: uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados: quando em relação a títulos não cotados se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

b) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

c) Impostos sobre Lucros

A Santander Totta é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

d) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

e) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

3. IMPACTOS DA INTRODUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

A aplicação das IFRS nas demonstrações financeiras individuais teve o seguinte impacto:

Activos intangíveis (IAS 38)

Para que um activo seja definido como intangível de acordo com a IAS 38 é necessário que se verifique algumas condições:

° Identificabilidade

Quando o activo pode ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado;

Quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.

° Controlo sobre o recurso

Uma entidade controla um activo se tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam do recurso subjacente e puder restringir o acesso de outros a esses benefícios. A capacidade de uma entidade de controlar os benefícios económicos futuros de um activo intangível enraíza-se nos direitos legais que sejam impuníveis num tribunal. Na ausência de direitos legais, é mais difícil demonstrar controlo sobre o activo. Porém, o cumprimento legal de um direito não é uma condição necessária para o controlo porque uma entidade pode ser capaz de controlar os benefícios económicos futuros de alguma outra maneira.

° Benefícios económicos

Os benefícios económicos futuros que fluem de um activo intangível podem incluir réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso do activo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual num processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros e não aumentar os réditos futuros.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Impostos diferidos (IAS 12)

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta no montante de mEuros 69.381 (mEuros 45 em 31 de Dezembro de 2009).

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é constituída da seguinte forma:

	Dez/10				Dez/09			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Imparidade (Nota 10)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Imparidade (Nota 10)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Outros não residentes	62.030	5	-	62.035	-	-	-	-
	62.030	5	-	62.035	-	-	-	-
Instrumentos de Capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	113	-	(83)	30	112	-	(82)	30
Valorizados ao custo histórico	1.077	-	(1.077)	-	1.108	-	(1.108)	-
Outros								
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	786	-	(653)	133	786	-	(653)	133
	1.976	-	(1.813)	163	2.006	-	(1.843)	163
	64.006	5	(1.813)	62.198	2.006	-	(1.843)	163

O movimento ocorrido na imparidade em 2010 é apresentado na Nota 10.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	Dez/10	Dez/09
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	115.000	139.060
Juros a Receber	3	2
	115.003	139.062
	115.003	139.062

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	Dez/10		Dez/09	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	99,99	47.250	99,99	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	97,52	2.708.296	97,38	2.303.519
Totta Crédito Especializado, IFIC	83,19	66.305	83,19	66.305
Banco Santander Negócios Portugal, S.A.	-	-	100,00	404.777
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
ISBANP - Engenharia e Software Bancário, S.A.	-	-	49,90	249
		<u>2.822.256</u>		<u>2.822.505</u>

Em 3 de Maio de 2010, o Banco Santander Totta, S.S. procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN), nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais. A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 5 de Agosto de 2010, a Santander Totta SGPS alienou à Ingenieria de Software Bancario 49.900 acções da ISBAN PT com o valor nominal de 5 euros por acção.

8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/10	Dez/09
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	-	-
Pagamento especial por conta	-	-
Pagamento por conta	-	232
Retenções na fonte	189	199
	<u>189</u>	<u>431</u>
Activos por impostos diferidos		
Por prejuízo fiscais	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	(421)	-
	<u>(421)</u>	<u>-</u>
	<u>(232)</u>	<u>431</u>

A Santander Totta está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O cálculo do imposto corrente é apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%. Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 mEuros. A derrama estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite

As declarações de autoliquidação relativas ao exercício de 2004 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal.

A carga fiscal, medida pela relação entre dotação para impostos sobre lucros e o lucro do período antes da mesma, foi a seguinte:

	Dez/10	Dez/09
Impostos sobre os lucros		
Impostos correntes sobre os lucros		
Impostos sobre lucros do exercício	421	-
Impostos sobre lucros de exercícios anteriores	44	-
Impostos diferidos	-	-
Lucro do exercício antes de impostos	280.358	265.901
Carga fiscal	0,17%	0,00%

Reconciliação entre a taxa mensal e a taxa efectiva:

	Dez/10		Dez/09	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		280.358		265.901
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	26,50%	74.295	26,50%	70.464
Dividendos não tributáveis	-26,50%	(74.286)	-26,53%	(70.547)
Provisões não tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Correcções de anos anteriores	0,02%	44	0,00%	-
Outros	0,13%	369	0,03%	83
Impostos sobre os lucros do exercício	0,15%	422	0,00%	-

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/10	Dez/09
Devedores e Outras Aplicações		
Devedores diversos		
Suprimentos	491	491
Outros	85.040	85.042
	<u>85.531</u>	<u>85.533</u>
Imparidade	(480)	(480)
	<u>85.052</u>	<u>85.054</u>

Os contratos de suprimentos foram efectuados à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros, à sociedade PAVRIL – Pavimentos do Ribatejo, S.A. no montante de 269 mEuros e à sociedade FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 52 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Santander Totta, SGPS, S.A.

Em Outubro de 2008 a Santander Totta concedeu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., prestações acessórias, reembolsáveis nos termos dos Estatutos da sociedade, no montante de 85.000 mEuros. Estas prestações foram classificadas como outros activos de acordo com a IAS 32.

SANTANDER TOTTA -SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2010 foi o seguinte:

	Dez/08	Dotações	Reposições/ Reversões	Utilizações	Dez/09	Dotações	Reposições/ Reversões	Utilizações	Dez/10
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda									
Emitidos por residentes									
Instrumentos de capital	1.280		(36)	(54)	1.190	-	-	(30)	1.160
Emitidos por não residentes									
Instrumentos de capital	653	-	-	-	653	-	-	-	653
	<u>1.933</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>(54)</u>	<u>1.843</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>1.813</u>
Imparidade em Outros Activos									
Devedores e Outras Aplicações	480	-	-	-	480	-	-	-	480
Outras provisões	42	-	-	-	42	-	-	-	42
	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42</u>
	<u>2.455</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>(54)</u>	<u>2.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>2.335</u>

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/10	Dez/09
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo		
Imposto de selo		
Dividendos a pagar	115.037	115.030
Credores diversos		
Outros fornecedores	-	-
	<u>115.037</u>	<u>115.030</u>
Encargos a pagar		
Gastos gerais administrativos	54	53
Compra Obrigações Hipototta 4	62.035	-
Bónus a administradores	-	568
	<u>62.089</u>	<u>621</u>
Receitas com rendimento diferido		
Outras	13	13
	<u>13</u>	<u>13</u>
	<u>177.139</u>	<u>115.664</u>

12. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na nota 1, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos accionistas da Sociedade, através da entrega das acções das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do ex-totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 acções, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Conforme descrito também na nota 1, em 21 de Abril de 2005 foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma estava a 30 de Junho representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada nas contas individuais da Sociedade uma reserva de fusão de mEuros 640.575.

No dia 28 de Maio de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 235.000.

SANTANDER TOTTA -SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No dia 30 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000 sobre lucros do exercício de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 os principais accionistas da sociedade eram os seguintes:

	% de participação	
	Dez/10	Dez/09
Santusa Holding - Grupo Santander Central Hispano	99,86	99,86
Outros	0,14	0,14
	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	Outras Reservas e Resultados Transitados	
	Dez/10	Dez/09
Fusão da Foggia, SGPS na Santander Totta, SGPS		
Reservas de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	128.088	101.498
Resultados Transitados	70.472	66.132
Acções Próprias	(514)	(514)
	<u>838.621</u>	<u>807.691</u>

O movimento da situação líquida é o seguinte:

	TOTAL	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Acções Próprias	Dividendos Antecipados	Lucro do Período
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>2.931.554</u>	<u>1.972.962</u>	<u>101.498</u>	<u>640.575</u>	<u>66.132</u>	<u>(514)</u>	<u>(115.000)</u>	<u>265.901</u>
Aplicação de resultados	0		26.590		124.311		115.000	(265.901)
Distribuição de Dividendos	(234.970)				(119.970)		(115.000)	
Lucro do Período	279.892							279.892
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>2.976.476</u>	<u>1.972.962</u>	<u>128.088</u>	<u>640.575</u>	<u>70.473</u>	<u>(514)</u>	<u>(115.000)</u>	<u>279.892</u>

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/10	Dez/09
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	891	989
	<u>891</u>	<u>989</u>

14. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Durante 2010 e 2009 a Santander Totta recebeu os seguintes dividendos de filiais:

	Dez/10	Dez/09
Banco Santander Totta, S.A.	270.128	223.974
Banco Santander Negócios Portugal, S.A.	-	7.507
Totta Crédito Especializado, IFIC	-	9.983
Taxagest, SGPS, S.A.	85	-
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	10.111	24.750
	<u>280.324</u>	<u>266.214</u>

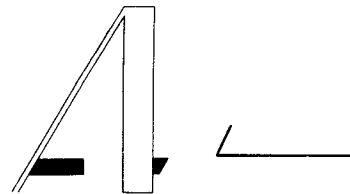
15. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 os custos com os órgãos sociais são constituídos por mEuros 716 de remunerações fixas, mEuros 843 de remunerações variáveis e mEuros 19 de encargos com remunerações.

Em 31 de Dezembro de 2009 os custos com os órgãos sociais são constituídos por mEuros 582 de remunerações fixas, mEuros 568 de remunerações variáveis e mEuros 14 de encargos com remunerações.

Relatórios e Pareceres Individuais





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 3.154.078.591 euros e um total de capital próprio de 2.976.475.811 euros, incluindo um resultado líquido de 279.892.299 euros), as Demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2010 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal e que constituem o anexo à Instrução nº 23/2004, as quais, na parte aplicável a esta sociedade, são coincidentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

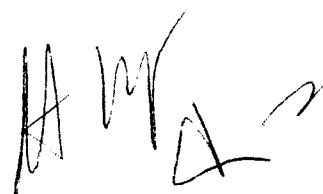
Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 16 de Março de 2011

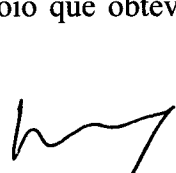


ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2010.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2010, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.





PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)